

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA PRÍNCIPE – PORTUGAL:
EFICIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE REDES DE COOPERAÇÃO**



ANA MARIA LUCIANO BARREIRA

Orientação: Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

Júri:

Presidente: Doutor Vítor Manuel Mendes Magriço, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Eduardo Costa Dias, professor auxiliar do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa;

Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Lisboa, Maio de 2010

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Cooperação Descentralizada Príncipe – Portugal: Eficiência da existência de Redes de Cooperação

Ana Maria Luciano Barreira

Orientação: Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira (ISEG/UTL)



2010



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

FICHA TÉCNICA

ALUNA: Ana Maria Luciano Barreira
(Email: ana_principe@sapo.pt / missionariodaramada@sapo.pt).

MESTRADO: Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

ORIENTADOR: Professor Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira.

PAÍS DE ESTUDO: Região Autónoma do Príncipe, República Democrática de São Tomé e Príncipe.

TEMA GERAL: Cooperação Descentralizada Príncipe – Portugal: Eficiência da Existência de Redes de Cooperação.

Subtemas Específicos/Objecto de Estudo:

- Cooperação Intermunicipal em Rede como forma de melhorar as relações entre Portugal e a Região Autónoma do Príncipe.
- Funcionamento e Eficiência das Geminações no cumprimento de Objectivos e Promessas.
- Estudar uma forma de integrar o trabalho dos agentes geminados (Municípios, ONGDs e outros actores) numa Rede de Cooperação.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJECTOS EM QUE A AUTORA ESTÁ ENVOLVIDA, NO PRÍNCIPE E EM PORTUGAL:

- <http://movimentomissionario.blogs.sapo.pt/>
- <http://africaprincipe.blogs.sapo.pt/>

“Se não receio o erro, é porque estou sempre disposto a corrigi-lo.”

Bento de Jesus Caraça

GLOSSÁRIO DE TERMOS E DE ABREVIATURAS

ACP - Países de África, Caraíbas e Pacífico

AMI – Assistência Médica Internacional

AMP – Associação de Mulheres do Príncipe

ANAIP – Associação de Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

ALRAP – Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Príncipe

AR – Assembleia Regional

BM – Banco Mundial

CD – Cooperação Descentralizada

CIM – Cooperação Intermunicipal

CM – Câmara Municipal

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CST – Companhia Santomense de Telecomunicações

ED – Educação para o Desenvolvimento

EM – Empresa Municipal

EMAE – Empresa de Água e Electricidade de São Tomé e Príncipe

GE – Gestão Estratégica

GPR – Gabinete de Planeamento Regional

GRP – Governo Regional do Príncipe

INESTP – Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organização Não-Governamental

ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PD – Países Desenvolvidos

PDR – Plano de Desenvolvimento Regional

PED – Países em Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCULTUR – Programa de Intervenção do PDR para a Cultura

PROFORM – Programa Macro de Formalização do PDR

PROGEST - Programa Macro de Gestão do PDR

PROMAR – Programa de Intervenção do PDR para os Mares

PRORUR – Programa de Intervenção do PDR Rural

PROTUR – Programa de Intervenção do PDR para o Turismo

PROURB – Programa de Intervenção do PDR Urbano

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAP – Região Autónoma do Príncipe

STP – São Tomé e Príncipe

SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento

TIC – Tecnologias de Informação

UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas/ União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UE - União Europeia

URB-AL – Programa Horizontal de Cooperação Descentralizada entre os Agentes Locais da UE e da América Latina

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

A Cooperação Descentralizada surge num contexto em que existe um conjunto vasto de novos actores que participam e contribuem activamente para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a par da acção dos Estados e Organismos Internacionais. A Cooperação Intermunicipal é uma forma de Cooperação Descentralizada, que pressupõe o estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades, em que os actores determinantes nestas relações são, geralmente, os Municípios. A Cooperação Intermunicipal pode assumir várias formas: geminações, protocolos/acordos de colaboração/cooperação e redes.

Num contexto de Globalização, as relações que se estabelecem entre os vários actores são cada vez mais complexas e criam formas inovadoras de Cooperação Descentralizada, numa perspectiva de parceria e desenvolvimento integrado. Tendo em conta estes novos relacionamentos a uma escala intercontinental e global, que dão origem, cada vez mais, a uma Sociedade em Rede, os actores tendem a ligar-se em Redes de Cooperação.

A Região Autónoma do Príncipe está geminada com seis autarquias portuguesas desde 1988. No entanto, apesar destes 21 anos de Cooperação Intermunicipal, verificamos que o Príncipe ainda sofre de dupla insularidade e de vários constrangimentos sócio-económicos incompatíveis com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. É necessário procurar soluções conjuntas para o Desenvolvimento Sustentável do Príncipe. Através de um inquérito realizado no Príncipe e em Portugal pretendeu-se aferir sobre: a caracterização de cada geminação, o envolvimento da Sociedade Civil na cooperação com o Príncipe, os impactos locais em Portugal e no Príncipe das acções de cooperação e a opinião dos vários actores sobre um projecto conjunto - Rede de Cooperação – que envolveria todos os intervenientes que promovem acções de Cooperação Intermunicipal Portugal – Príncipe.

Pretendemos demonstrar que a implementação de uma Rede de Cooperação entre Portugal – Príncipe seria mais eficiente: criaria sinergias, relações inovadoras e acções dinâmicas que permitiriam uma cooperação e uma canalização de recursos mais eficazes.

Palavras-chave: Cooperação Descentralizada; Cooperação Intermunicipal; Geminação; Rede de Cooperação; Sociedade em Rede; Região Autónoma do Príncipe.

ABSTRACT

Decentralized Cooperation arises in a context where there is a wide range of new actors who participate and contribute actively to International Cooperation for Development together with the action of States and International Organizations. Intermunicipal Cooperation is a form of Decentralized Cooperation, which presupposes the establishment of relationships between two or more communities, in which the actors determining these relationships are usually the Municipal Councils. Intermunicipal Cooperation can take many forms: twinning, protocols/agreements of collaboration/cooperation and networks.

In a context of Globalization, the relationships established between various actors are increasingly complex and create innovative forms of Decentralized Cooperation, in terms of partnership and integrated development. Given these new relationships on an intercontinental and global scale, given rise, increasingly, to a Network Society, the actors tend to connect to Networks of Cooperation.

The Autonomous Region of Príncipe is twinned with six Portuguese Municipal Councils since 1988. However, despite these 21 years of Intermunicipal Cooperation, we find that Príncipe still suffers of a double insularity and various socio-economic constraints incompatible with the Millennium Development Goals. It's necessary to look for joint solutions to the Sustainable Development of Príncipe. Through an inquest conducted in Príncipe and Portugal aimed to assess on: characterization of each twinning, the involvement of Civil Society in cooperation with Príncipe, the local impacts on Portugal and Príncipe of the cooperation's actions and feedback from the various stakeholders on a joint project – Cooperation Network – involving all stakeholders that promote actions of Intermunicipal Cooperation Portugal – Príncipe.

We intend to demonstrate that the implementation of a Cooperation Network between Portugal – Príncipe would be more efficient: would create synergies, innovative relationships and dynamic actions than could lead to a more effective cooperation and resource channeling.

Key-words: Decentralized Cooperation; Intermunicipal Cooperation; Twinning; Network Cooperation; Network Society; Autonomous Region of Príncipe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha querida Mãe, Maria Barreira, que toda a sua vida se entregou, para que eu e a minha mana pudéssemos ter um futuro! Após a morte do nosso Pai, ela teve que lutar e sofrer por nós, através do seu árduo trabalho, e é graças a ela acreditar em mim e ao seu sacrifício diário, que hoje posso entregar este trabalho.

À minha querida Mana, Daniela, por estar sempre ao meu lado, por me ter aturado nos momentos mais complicados deste trabalho, e por ser quem é!

Ao meu Amor, Bruno, que partilha comigo a vida e a loucura de sermos Missionários, e que acompanhou em detalhe esta Dissertação, quer pelas suas ideias e sugestões, quer pela nossa Viagem/Missão ao Príncipe. Obrigado, por seres quem és, pelo teu Amor, por tudo! À minha família e futura família Dias, amigos e ao Sr. Albino, por tudo!

Ao Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira, por ter despertado esta minha paixão por África, na licenciatura em Economia (na cadeira de Economia Africana), que me motivou a escolher este Mestrado e, também, pela motivação, dedicação e orientação académica e profissional.

A todos os colegas e professores que se cruzaram comigo neste percurso académico e que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, em particular, à Bárbara Ribeiro, que está sempre ao meu lado, nos melhores e piores momentos.

Ao Padre Arsénio, por me ter mostrado o caminho, que tantas vezes ousei não seguir, e por ter criado o Movimento Missionário que definiu claramente o rumo deste trabalho. Ao Padre Daniel pelos seus contributos para este trabalho, por me ter desafiado a ir ao Príncipe, pela primeira vez, em 2005, e por me ensinar o que é verdadeiramente ser Missionária. Ao Movimento Missionário, actual Associação MOVER MUNDOS, por terem feito este caminho lado a lado, e por me terem dado na cabeça quando eu também precisei. À Cristina Gabriel, pela sua partilha de experiência e conselhos que me ajudaram imenso! À Paróquia da Ramada, que nos envia e confia em nós para, ano após ano, realizar os nossos Projectos! Às Missões e amigos do Fundão e de Évora, que tanto me ensinaram e que me inspiraram neste trabalho (em especial o Pe. Paulo Figueiró, o Pe. José Atanásio e D. José Alves).

A todos os amigos do Príncipe, que é impossível nomear todos por serem todos tão importantes, obrigado pela hospitalidade na vossa Casa, obrigado a todos os que responderam aos Inquéritos e me deram informações sobre as Geminações e a Cooperação Descentralizada. À Cooperação Portuguesa em São Tomé, pelos seus esclarecimentos, ao INE de São Tomé e Príncipe, pelos dados facultados, ao Presidente do Governo Regional do Príncipe, António José Cassandra, e edilidades da Região Autónoma do Príncipe, por todo o seu apoio e colaboração neste trabalho. Às Irmãs que nos acolheram nas suas casas, à Missão Católica e à Paróquia da Ilha do Príncipe, que nos fazem acreditar e voltar ao Príncipe, em novas Missões.

A todos os representantes autárquicos portugueses que responderam aos Inquéritos sobre a sua geminação com o Príncipe, e deram informações precisas e importantes sobre cada geminação (Aveiro, Oeiras, Odivelas, Benavente, Marco de Canaveses e Faro). Um obrigado especial ao Dr. Emanuel Francisco, da Câmara Municipal de Oeiras e à Patrícia Martins da Câmara Municipal de Odivelas, pelo seu apoio incomparável e, também, à Dra. Rosário Costa, pela partilha da sua experiência de investigação sobre a Cooperação Descentralizada e pelos seus preciosos conselhos.

Ao meu melhor amigo do Príncipe, o Aniju, que tem 5 anos, e que todos os dias me faz recordar que os nossos sonhos se podem tornar realidade, quando nos entregamos totalmente e queremos MOVER MUNDOS. Finalmente, a todos os que não consegui nomear aqui, mas que contribuíram de alguma forma para este trabalho!

*Em memória do meu querido Pai,
João Diogo Barreira,
do meu avô Francisco
e da minha avó Alice!
Em memória da D. Lúcia,
da D. Deolinda e do Sr. José Florindo.
Vocês foram, e são um exemplo para mim!
Obrigado!*

ÍNDICE GERAL

FICHA TÉCNICA	4
GLOSSÁRIO DE TERMOS E DE ABREVIATURAS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
AGRADECIMENTOS.....	9
ÍNDICE GERAL	12
ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS.....	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E REDES	23
1.1. CONCEITOS CENTRAIS: COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL.....	23
1.1.1. Tipos de Cooperação Intermunicipal	25
1.1.2. Formas de Cooperação Intermunicipal.....	25
1.1.3. Factores que Determinam a Cooperação Intermunicipal	26
1.1.4. Actores de Cooperação Intermunicipal	27
1.2. GÉNESE E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E DA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL.....	27
1.3. REDES MUNICIPAIS DE COOPERAÇÃO	29
1.3.1. Conceitos Gerais de Rede: Das Redes de Empresas à Sociedade em Rede	29
ESTRUTURA EM REDE	29
ESPECIFICIDADE DA REDE DE EMPRESAS: REDES DE COOPERAÇÃO A UM NÍVEL MICRO	32
TIPOS DE ESTRATÉGIAS DENTRO DE UMA ESTRUTURA EM REDE	34
REDES NUM CONTEXTO ESPACIAL: A SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	36
1.3.2. Redes Transnacionais de Cooperação Intermunicipal	38
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE EMPÍRICA: COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE.....	43
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE	43
2.1.1. Enquadramento Geral	43
2.1.2. Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para a RAP em articulação com o PNUD	46

2.2.	ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA CIM EM PORTUGAL.....	46
2.3.	O PAPEL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES NA PROMOÇÃO DA CIM	48
2.4.	CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DAS GEMINAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES COM A RAP: HISTÓRIA E ACÇÕES DESENVOLVIDAS	50
2.4.1.	Câmara Municipal de Aveiro	51
2.4.2.	Câmara Municipal de Oeiras	52
2.4.3.	Câmara Municipal de Marco de Canaveses	52
2.4.4.	Câmara Municipal de Benavente	53
2.4.5.	Câmara Municipal de Odivelas.....	53
2.4.6.	Câmara Municipal de Faro	53
2.4.7.	Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	54
2.4.8.	Outras Geminações da RAP: Santa Cruz (Cabo Verde) e Luanda (Angola).....	54
2.5.	ANÁLISE DOS INQUÉRITOS REALIZADOS (NO PRÍNCIPE E EM PORTUGAL)	55
2.5.1.	Metodologia e Análise da Amostra e Universo	55
2.5.2.	Interpretação dos Dados	56
2.5.2.1.	FORMAS E DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO.....	56
2.5.2.2.	MOTIVAÇÕES SUBJACENTES.....	58
2.5.2.3.	BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS	59
2.5.2.4.	O QUE PODERIA SER FEITO E MELHORADO	60
2.5.3.	Impactos Locais.....	61
2.5.3.1.	PONTO DE VISTA DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	61
2.5.3.2.	PONTO DE VISTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE.....	63
2.5.4.	Envolvimento da Sociedade Civil	64
2.5.5.	Síntese da Informação Recolhida nas Questões Abertas.....	66
2.5.5.1.	PRINCIPAIS FACTORES QUE DIFICULTAM OU QUE PODEM ESTIMULAR A COOPERAÇÃO AUTÁRQUICA	66
2.5.5.2.	ACÇÕES DE COOPERAÇÃO A NÍVEL MULTILATERAL OU EM REDE.....	67
2.5.5.3.	PRINCIPAIS NECESSIDADES DO PRÍNCIPE, TENDO EM CONTA OS ODM	68
2.6.	OPERACIONALIZAR A COOPERAÇÃO EM REDE	69
2.6.1.	Opinião sobre o Trabalho em Rede de todos os Municípios e Instituições geminadas com a RAP	69
2.6.2.	Vantagens e Inconvenientes num cenário em que a coordenação da Rede fosse feita a partir da RAP?	70
2.7.	SÍNTESE: EFICIÊNCIA DAS GEMINAÇÕES NO CUMPRIMENTO DE PROMESSAS E OBJECTIVOS.....	71

2.8. REDE DE COOPERAÇÃO: PROJECTO DE TRABALHO INTEGRADO DE TODOS OS AGENTES DE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA QUE DESENVOLVEM ACÇÕES DE COOPERAÇÃO COM O PRÍNCIPE	73
2.8.1. Benefícios da Rede de Cooperação Portugal - Príncipe	74
2.8.2. Modo de funcionamento.....	76
2.8.3. Cenário Actual versus Cenário com Rede de Cooperação	81
CONCLUSÃO	83
BIBLIOGRAFIA	88
ANEXOS	93

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro 1: Distribuição Geográfica das Geminações de Portugal com São Tomé e Príncipe, em 2009.....	50
Quadro 2: Caracterização e Enquadramento das Geminações dos Municípios Portugueses com a RAP – Histórias e Acções.	53
Figura 1: Exemplo de uma Rede.....	32
Figura 2: Modelos de Cooperação para o Desenvolvimento	42
Figura 3: Equipa de Cooperação Portugal – Príncipe – sugestão.....	80
Figura 4: Rede de Cooperação Portugal – Príncipe – sugestão.....	80
Tabela 1: Formas de Cooperação dos Municípios Portugueses com a RAP	57
Tabela 2: Domínios de Cooperação dos Municípios Portugueses com a RAP	58
Tabela 3: Motivações que estiveram na base das Relações de Cooperação	59
Tabela 4: Graus de Satisfação relativamente às acções de cooperação, na RAP e nos Municípios Portugueses.....	60
Tabela 5: Impactos locais na RAP segundo os Municípios Portugueses	62
Tabela 6: Impactos locais nos Municípios Portugueses, segundo os Municípios Portugueses ..	62
Tabela 7: Envolvimento da Sociedade Civil, nos Municípios geminados com o Príncipe	64
Tabela 8: Envolvimento da Sociedade Civil, Portuguesa e natural da RAP, no Príncipe.....	66

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO TEMA

A **Cooperação Intermunicipal (CIM)**, forma de **Cooperação Descentralizada (CD)**, tem assumido uma importância relevante e crescente nos últimos anos e tem assumido formas mais dinâmicas de relações entre os vários agentes de cooperação. A CIM surgiu nos anos 40, num contexto pós-guerra em que as cidades europeias procuraram unir-se entre si, tendo como base o princípio da solidariedade. Mais tarde, algumas cidades iniciaram as geminações com os municípios dos PVD. Portugal entrou, também, nesta dinâmica onde os seus laços se dirigiram aos PALOP, laços que deram origem a **Redes de Cooperação** como a UCCLA, as Associações de Municípios e a CPLP (que, embora sendo uma Rede de Países, foi criado recentemente o FORAL relacionado com a cooperação autárquica¹).

O conceito de **CD** foi formalmente introduzido na União Europeia, em 1989, na IV Convenção de Lomé, onde houve um reforço da participação da Sociedade Civil bem como um maior envolvimento e participação dos beneficiários das acções de cooperação no seu próprio desenvolvimento. Foi ainda reforçado pelo Acordo de Cotonou (UE/ACP) em 2000, que sucedeu às Convenções de Lomé, ao reforçar a promoção das abordagens participativas (II Pilar do Acordo de Cotonou), com especial enfoque nos agentes não estatais e na Sociedade Civil.

Existem vários conceitos de **CD**, que envolvem uma descentralização da tomada de decisões relativamente à cooperação internacional e uma maior participação da Sociedade Civil e de novos actores no processo de cooperação. A CD promove a democratização das sociedades e uma maior participação das populações, através de decisões ao nível das

¹ FORAL - Fórum das Autoridades Locais da CPLP, constituído a 6 de Dezembro de 2009 em Viseu, com o objectivo de promover a cooperação intermunicipal, em particular através do fomento de redes, no espaço lusófono.

autoridades locais, pois estas encontram-se mais próximas das populações e conhecem melhor a realidade e as necessidades locais.

A **CIM**, que é realizada entre municípios, é uma forma de Cooperação Descentralizada, que estará muito presente nesta dissertação. A CIM pressupõe uma parceria entre dois países, na maior parte dos casos entre os PD e PED, segundo uma relação de reciprocidade e igualdade. Assim, as Câmaras Municipais e as Associações de Municípios são determinantes neste tipo de cooperação, sendo que existem outros actores da Sociedade Civil que também devem ser considerados e integrados em parcerias de cooperação.

A globalização encerra desafios que só são possíveis de combater se houver uma aproximação entre os vários actores, pelo que a CD e a CIM podem contribuir e potenciar esta aproximação. “O fenómeno da globalização que varre o mundo não poderia revelar uma outra tendência tão forte e tão aparentemente contraditória como o da regionalização”², onde parece emergir um novo conceito: “**regionalização de base territorial descontínua**. Com efeito, pensamos que diferentes regiões e diferentes países podem aproximar-se para tirar partido das suas semelhanças, das suas complementaridades e mesmo das suas diferenças geográficas, se apoiadas em alguns factores comuns de aglutinação.”³

IMPORTÂNCIA DO TEMA

A **Cooperação Intermunicipal (CIM)**, como já foi definido anteriormente, tem como principais agentes os Municípios, os quais têm autonomia no domínio da cooperação externa. Verifica-se, apesar de ser um fenómeno relativamente recente, uma tendência crescente de envolvimento de autarquias locais portuguesas com os PVD, em grande parte com os PALOP, devido a motivações de diversas ordens, nomeadamente históricas, culturais e económicas.

² CIDAC (1999:53).

³ Idem.

Pretende-se, com esta dissertação, estudar os projectos de CIM que existem entre Portugal e a Região Autónoma do Príncipe (RAP), pertencente a um País Lusófono – São Tomé e Príncipe, numa perspectiva de **Rede**. Escolhi este país pelo facto de já ter estado no Príncipe, em 2005, num projecto missionário e de voluntariado social, e pelo facto de ter gostado muito da Ilha e de querer contribuir para ajudar a população de alguma forma. Em 2008 surgiu a oportunidade de regressar em missão ao Príncipe, e tendo em conta que coincidia com o início da investigação para a dissertação, tive a possibilidade de fazer trabalho de campo.

A escolha deste tema deve-se ao facto do Movimento Missionário⁴, do qual faço parte, colaborar com um Projecto de Cooperação com o Príncipe, fazendo despertar em mim um crescente interesse pela temática da Cooperação Descentralizada e da Educação para o Desenvolvimento. Por outro lado, a participação num seminário em 2008 com esta mesma temática fez-me perceber a multiplicidade de esforços que muitas vezes existe num mesmo espaço, tornando estes projectos muitas vezes ineficientes e insustentáveis.

A situação no Príncipe não é diferente. Neste momento encontram-se geminados com o Governo Regional do Príncipe seis Municípios Portugueses: Aveiro, Oeiras, Marco de Canaveses, Benavente, Odivelas e Faro. A Assembleia Regional do Príncipe tem, também, um Protocolo de Cooperação com a Assembleia Regional dos Açores. É importante realçar a importância do trabalho social efectuado pela Paróquia da Ramada ao longo dos últimos anos, as missões presentes no Príncipe, bem como outros actores como o Instituto Marquês de Valle Flôr e a AMI (ONGDs).

O que parece é que muito do que já foi feito, ou ainda não foi suficiente para promover o desenvolvimento local, ou o que já se fez e se perspectiva fazer pode não ter resultados esperados e eficientes se não houver um esforço coordenado e integrado entre

⁴ Actualmente, o Movimento Missionário formou a Associação MOVER MUNDOS – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento, que promove projectos e auxilia o Movimento Missionário na prossecução dos seus objectivos e actividades.

todos os agentes envolvidos. O que se pretende demonstrar é que o ideal seria formar uma Rede de Cooperação Portugal - Príncipe, de forma a envolver todos os agentes que cooperam com a Região Autónoma do Príncipe. Um dos objectivos é que este micro projecto possa contribuir, no futuro, para a promoção de novas formas de trabalho de Cooperação Descentralizada.

As Redes de Cooperação poderiam ser, de uma forma geral e neste caso de estudo, uma forma de ajudar a alcançar a médio e longo prazo o desenvolvimento local do Príncipe e uma troca de experiências bastante interessante entre os vários Municípios e agentes da Sociedade Civil.

HIPÓTESES DE TRABALHO

A actual situação da Cooperação Descentralizada Portugal – Príncipe não nos parece sustentável, na medida em que nem todos os projectos realizados se tornam eficientes e ficam aquém do cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), pelo que a CD neste âmbito poderia ter melhores efeitos no desenvolvimento das comunidades locais no Príncipe, bem como o envolvimento da Sociedade Civil, em laços mais estreitos entre as regiões. Assim, a hipótese colocada é que os projectos apresentados seriam mais eficientes se os actores criassem uma Rede de Cooperação onde estariam integrados de forma a realizar um trabalho conjunto neste sentido, a fim de que os resultados esperados tivessem maiores proporções, não esquecendo que quantidade nem sempre é sinónimo de qualidade.

OBJECTIVO

Pretende-se compreender o contexto em que a CD/CIM se insere, o seu significado, bem como compreender esta realidade entre a Região Autónoma do Príncipe e Portugal, ao se proceder a um estudo das principais Cooperações Intermunicipais na forma de protocolos e

geminções, entre alguns Municípios Portugueses e o Governo e Assembleia Regional do Príncipe.

O principal objectivo será demonstrar que, pelas experiências apresentadas, existe evidência empírica de que um trabalho integrado numa Rede de Cooperação que envolvesse todos estes actores, bem como potenciais ONGDs e actores da Sociedade Civil, seria mais eficiente do que a actual situação, em que parece não haver uma coordenação geral entre os vários actores envolvidos neste processo. Ou seja, pretende-se demonstrar a importância das Redes Municipais de Cooperação como vector-chave na Cooperação Intermunicipal.

METODOLOGIA

A metodologia desta dissertação consistiu, numa primeira parte, na leitura de bibliografia sobre as temáticas da CD, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, CIM, Redes de Cooperação e tipologias de trabalho em Rede. Estas informações mais teóricas serviram de base para compreender a realidade concreta da CIM, em geral, e de um trabalho integrado em Rede, em particular, fazendo uma aplicação à cooperação Portugal - Príncipe.

Posteriormente, foi feita uma caracterização geral da RAP, para conhecer a realidade específica com a qual os Municípios Portugueses firmaram um acordo de geminação. Foi analisado o Primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para 2009-2012, fornecido também pelo Presidente do Governo Regional, realizado em articulação com o PNUD, e que reflecte um conjunto de perspectivas e medidas de acção, de forma a evitar uma multiplicidade de acções e projectos descoordenados no Príncipe. Foram analisados materiais, relatórios e protocolos de geminação e cooperação, elaborados pelos agentes envolvidos, e foram realizados, também, inquéritos e entrevistas no terreno (Portugal e Príncipe).

Foram realizados inquéritos e entrevistas⁵, com o objectivo de fazer um levantamento de dados sobre as características destas geminações, bem como obter as opiniões dos agentes inquiridos, as quais têm interesse e são determinantes para os projectos em questão. Com a análise dos inquéritos e entrevistas realizados nos dois lados destes acordos bilaterais – Região Autónoma do Príncipe e respectivos Municípios Portugueses geminados – pretendeu-se, também, um confronto das informações e opiniões de ambos os agentes.

Por último, tendo em conta a análise de todas as informações, e numa tentativa prática de sugerir um Projecto de uma Rede de Cooperação Portugal – Príncipe, inferiu-se sobre a possibilidade prática de implementação deste projecto e quais as vantagens, desvantagens, benefícios e dificuldades práticas do mesmo.

ESTRUTURA

Esta dissertação encontra-se dividida em dois capítulos. No **primeiro capítulo**, intitulado *“Enquadramento Teórico sobre Cooperação Descentralizada e Redes”*, começamos por explicitar os conceitos de Cooperação Descentralizada e de Cooperação Intermunicipal, a sua Génese e Evolução Histórica no quadro da União Europeia. Tendo em conta o nosso objecto de estudo, explicitamos alguns conceitos de Rede, passando pelo conceito de Rede de Empresas ao conceito de Sociedade em Rede. Finalmente, e tendo em conta estes conceitos, referimos as Redes Municipais e Transnacionais de Cooperação como vector-chave na CIM.

No **segundo capítulo**, *“Análise Empírica: Cooperação Descentralizada na Região Autónoma do Príncipe”*, começamos por fazer uma breve caracterização da Região Autónoma do Príncipe (RAP) e de São Tomé e Príncipe e explicitamos alguns factores que caracterizam a RAP e que dificultam o seu desenvolvimento. Enunciamos o Primeiro Plano de

⁵ No Príncipe, em Setembro e Outubro de 2008, antes de iniciar a dissertação. Em Portugal, desde Abril de 2009 que têm sido feitos contactos com os actores de cooperação, ao mesmo tempo que se desenrolou a investigação e a escrita da dissertação.

Desenvolvimento Regional 2009/2012 como um plano que pode contribuir para uma coordenação e integração em Rede dos actores que cooperam com o Príncipe. Posteriormente, no contexto português, elaboramos um breve Enquadramento Institucional e destacamos o papel dos Municípios Portugueses na promoção da CIM. De seguida, fazemos uma breve caracterização e enquadramento das Geminações dos Municípios Portugueses com a RAP, explicitando a história e acções desenvolvidas no âmbito de cada geminação com a RAP. Depois, analisamos os dados obtidos nos inquéritos realizados em Portugal e no Príncipe, retirando informações relativas às características das geminações e acordos, aos impactos locais no Príncipe e no Município Português destas acções de cooperação, ao envolvimento da Sociedade Civil, à opinião dos agentes inquiridos sobre a sua abertura a um trabalho integrado em rede coordenado pela RAP e, por fim, fazemos uma síntese, abordando a possível eficiência das geminações no cumprimento de promessas e objectivos. Por último, tendo em conta a informação dos pontos anteriores, propomos uma Rede de Cooperação, num Projecto de Trabalho Integrado de todos os agentes de Cooperação Descentralizada que desenvolvem acções de cooperação com o Príncipe.

Terminamos esta dissertação com algumas conclusões e recomendações deste estudo empírico.

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO SOBRE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E REDES

Neste capítulo, pretende-se explicitar e caracterizar os conceitos de Cooperação Descentralizada e de Cooperação Intermunicipal, a sua Génese e Evolução Histórica no quadro da União Europeia. Tendo em conta o nosso objecto de estudo, explicitamos alguns conceitos de Rede, passando pelo conceito de Rede de Empresas e de Gestão Estratégica ao conceito de Sociedade em Rede. Tendo em conta estes conceitos, referimos as Redes Municipais e Transnacionais de Cooperação como vector-chave na CIM e como forma potenciadora de CIM mais eficaz e eficiente na promoção da Cooperação para o Desenvolvimento.

1.1. CONCEITOS CENTRAIS: COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

A **Cooperação Intermunicipal (CIM)**, forma de **Cooperação Descentralizada (CD)**, tem assumido uma importância relevante e crescente nos últimos anos e tem assumido formas mais dinâmicas de relações entre os vários agentes de cooperação.

Existem alguns conceitos de **CD**, que envolvem uma descentralização da tomada de decisões relativamente à cooperação internacional e uma maior participação da Sociedade Civil e de novos actores no processo de cooperação. A lógica da CD é promover a democratização das sociedades e uma maior participação das populações, através de decisões ao nível das autoridades locais, pois estas encontram-se mais próximas das populações e conhecem melhor a realidade e as necessidades locais.

A **CD** pode, assim, contribuir para o desenvolvimento participativo e para uma boa governação, contribuindo para o cumprimento das metas a alcançar com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Como refere o PNUD (1993:5), “the decentralization of power –

from capital cities to regions, towns and villages – can be one of the best ways of empowering people, promoting public participation and increasing efficiency.”

Segundo Afonso e Fernandes (2005:19), “a **CD** diz respeito à cooperação realizada por entidades sub-estatais, que não fazem parte da Administração Central do Estado (municípios, regiões, instituições de ensino, etc.). Na realidade, constitui uma nova abordagem da cooperação, que se caracteriza pela descentralização de iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos actores da Sociedade Civil e por uma verdadeira participação dos actores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento.”

Alguns conceitos são explicitados pelas organizações internacionais e agências bilaterais de cooperação, que não vamos aprofundar no presente texto. No entanto, é importante referir que em **1994** no **encontro de Paris da OCDE** foram identificadas as seguintes **características da CD**, segundo Afonso (1998:27): “parceria de longo prazo entre autoridades locais do Norte e do Sul; formas específicas de intervenção; ênfase no intercâmbio técnico e formação; reconhecimento do papel das autoridades locais como interventores principais.”

Por sua vez, “a **CIM** ou **cooperação autárquica** é entendida neste estudo como o estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades e onde os principais actores são os **municípios** ou seus equivalentes, de acordo com a organização administrativa dos diferentes países. Nestas relações entre parceiros podem envolver-se outros actores, tais como ONG, outras organizações da sociedade civil, associações empresariais/industriais, etc.”⁶

Segundo os autores Afonso e Fernandes (2005:38), a CIM pressupõe uma “parceria entre os PD e PED, segundo uma relação de reciprocidade e igualdade”, em que os municípios

⁶ Afonso (1998:25). No **Anexo 2** estão enumeradas as vantagens, potencialidades e desafios da CIM.

passaram a dispor de atribuições no âmbito da cooperação externa⁷, atribuições que tiveram “na sua base uma devolução e (ou) delegação de poderes do Estado para as autarquias locais.”⁸

1.1.1. Tipos de Cooperação Intermunicipal

Existem vários tipos de CIM⁹:

- **Protocolos** (para realização de projectos específicos ou para assessorias técnicas);
- **Geminações** (acordos que visam trocar conhecimentos e realizar actividades, projectos ou programas, com uma perspectiva de médio e longo prazo. De acordo com Afonso (1998:29), “[as Geminações] são entendidas como parcerias permanentes, formalizadas mediante acordos entre as partes, reconhecidas oficialmente, entre dois ou mais municípios e que promovem a troca de conhecimentos e de experiências, podendo envolver diferentes sectores da sociedade civil (associações, ONG, outras organizações). A relação de geminação consiste em promover relações de amizade, intercâmbio e apoio mútuo.”);
- **Redes** (para promover a troca de experiências);
- **Acordos de cooperação; Acordos de colaboração e Acordos de cooperação e amizade.**¹⁰

1.1.2. Formas de Cooperação Intermunicipal

Segundo Afonso (1998:30-31), existem **duas formas** de CIM/Geminação: **bilateral** e **multilateral**. A **Geminação Bilateral** coloca em relação dois parceiros que se podem situar em

⁷ Segundo o CIDAC (1999:94-95), “a cooperação intermunicipal é parte integrante da cooperação internacional, devendo ser encarada como um instrumento para o desenvolvimento (...) tendo por base os princípios da solidariedade e da subsidiariedade.” Por sua vez, segundo Bravo e Sá (2000:43), o **princípio da subsidiariedade** significa que “todas as decisões políticas deveriam ser tomadas o mais próximo dos cidadãos.”

⁸ UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1984:63).

⁹ Estas definições encontram-se em Afonso e Fernandes (2005:38).

¹⁰ Consultar Costa (2003), para mais considerações sobre estes acordos.

qualquer parte do mundo. Por sua vez, a **Geminação Multilateral** une vários parceiros, “formando uma **rede de municípios** que podem por essa via criar sinergias nas suas acções.”¹¹ Assim, “um mesmo Município pode geminar-se várias vezes. A geminação dita «triangular» ou «quadrangular», no qual cada parceiro está ligado a um ou mais Municípios, cria relações muitas vezes de grande dinamismo.”¹² A CIM multilateral é uma tendência recente, através da qual se fortalecem os laços entre os vários parceiros, em que podem criar-se **Redes de Municípios** para determinados fins e objectivos estratégicos.

1.1.3. Factores que Determinam a Cooperação Intermunicipal

Ao analisar a evolução da CIM, é necessário ter em conta alguns factores que a determinam. Quanto à **origem**, por vezes nem sempre é claro o factor que desencadeou uma geminação. Existem importantes factores que desencadeiam a CIM, como o passado colonial, as relações internacionais entre os vários países e a intervenção de terceiros.

Quanto aos **motivos para o estabelecimento da CIM**, é importante salientar que cada caso é um caso, pelo que não podemos generalizar. Afonso (1998:47-48) enumera as seguintes **motivações**¹³: políticas, humanitárias, económicas, técnicas, interesses humanos, presença de minorias étnicas numa dada comunidade, proximidade geográfica, língua, cultura, semelhanças demográficas e laços históricos.

Quanto aos **canais para a formalização da CIM**, “os contactos formais são normalmente estabelecidos pelo órgão máximo dos municípios (...). Os relacionamentos pessoais são muito importantes pois muitas geminações só aconteceram porque os presidentes das câmaras se conheciam mutuamente. A intervenção de uma terceira parte pode ser fundamental.”¹⁴ Neste caso, a **Associação Nacional de Municípios** desempenha um

¹¹ Afonso (1998:31).

¹² ANMP (s.d.:11).

¹³ Consultar o estudo nesta área, mais recente, de Costa (2003).

¹⁴ Afonso (1998:48).

papel fundamental, bem como as **Organizações Internacionais** (União Europeia [com linhas de financiamento específicas para a CD] e Organizações das Nações Unidas) e as **ONG**.

Quanto aos **objectivos**, estes variam de acordo com a orientação geográfica das geminações. Por último, quanto às **actividades realizadas**, estas são muito variadas, bem como as suas características. No entanto, na maior parte das vezes a realidade sugere que existe uma grande diferença entre a intenção e a realização, ficando bastante aquém do que inicialmente se propunha fazer. O trabalho de Costa (2003) é bastante explícito a este respeito, partindo de um trabalho de campo.

1.1.4. Actores de Cooperação Intermunicipal

- Câmaras Municipais;
- Associações de Municípios;
- Outros actores da Sociedade Civil: ONGDs, Empresas Privadas, Associações, Fundações, etc.

1.2. GÉNESE E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E DA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

A CIM surgiu nos **anos 40**, na forma de geminações entre cidades da Europa Ocidental. De facto, num contexto de enorme destruição física e humana após a Segunda Guerra Mundial, vários municípios geminaram-se entre si, tendo em conta os princípios da **solidariedade** e da **subsidiariedade** entre as várias cidades europeias. Como refere Afonso (1998:18), “embora tendo sido um produto europeu, as geminações rapidamente se tornaram prática comum noutras partes do mundo, tendo subjacentes interesses diversos.”

Só posteriormente (anos 70/80) as cidades europeias iniciaram as suas geminações com municípios dos PVD, sendo que Portugal não foge à regra, havendo uma diversificação dos laços intermunicipais quanto ao destino e à sua natureza.

Segundo Afonso (1998:24-28)¹⁵, existem alguns **factores** que podem explicar este movimento: a rápida evolução das comunicações e dos sistemas de transportes; a crescente e rápida urbanização; a descentralização da administração pública; a reavaliação do papel do Estado, perspectivando-se a possibilidade do envolvimento e da apropriação pelas populações das estratégias de desenvolvimento (“de baixo para cima”¹⁶); a descentralização da cooperação para o desenvolvimento; a globalização e a localização; heterogeneidade, mobilidade e migrações – a globalização não conduz à uniformização; as mudanças em curso nos PVD, em particular nos Africanos e a desintegração da URSS.

Por outro lado, a introdução do conceito de **Cooperação Descentralizada**, como proposta da **União Europeia**, realizou-se em 1989, na **IV Convenção de Lomé**¹⁷, “reflectindo uma nova orientação do papel do Estado, da participação e protagonismo dos beneficiários, e um maior apoio ao envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento. Os desafios da globalização e do combate à pobreza têm conseguido aproximar diferentes actores e as parcerias público-privadas são, cada vez mais, uma realidade.”¹⁸ Segundo Alves (1996:128), “a CD é uma inovação da Convenção de Lomé IV (artigos 20-22, 230-g) e consagra o **reconhecimento dos actores não-governamentais enquanto parceiros da cooperação**, marcando por isso uma etapa importante na evolução de uma cooperação quase exclusivamente organizada num modelo Estado a Estado, para uma cooperação mais participativa.”

¹⁵ Coelho (2004:51) também adapta estes pontos no seu trabalho.

¹⁶ Estratégia “*bottom-up*”.

¹⁷ A I Convenção de Lomé foi assinada em 1975, “com 46 países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP). (...) A Convenção de Lomé surge no contexto da reivindicação pelos PVD de uma “Nova Ordem Económica Internacional”, e da emergência do cartel dos países exportadores de petróleo (OPEP).” Alves (1996:86).

¹⁸ IPAD (2006:40).

Foi ainda reforçado pelo **Acordo de Cotonou**¹⁹ (UE/ACP) em 2000, que sucedeu às Convenções de Lomé, ao reforçar a promoção das abordagens participativas (II Pilar do Acordo de Cotonou²⁰), com especial enfoque na actuação de **agentes não estatais** e na **Sociedade Civil**. Assim, pretende-se “incentivar a descentralização político-económica dos Estados ACP.”²¹ Segundo CMS (2001)²², “para a União Europeia, o apoio à CD é uma estratégia de desenvolvimento, ou uma aproximação específica de cooperação que coloca os **actores** no centro do **processo** de desenvolvimento. (...) Os actores da CD englobam a sociedade civil, o sector privado e o governo local.”

1.3. REDES MUNICIPAIS DE COOPERAÇÃO

1.3.1. Conceitos Gerais de Rede: Das Redes de Empresas à Sociedade em Rede

ESTRUTURA EM REDE

Para explicitar a dinâmica geral da **Sociedade em Rede**, que Castells estuda ao longo da sua obra, o mesmo define o **conceito de rede**: “a rede é um conjunto de nós interligados. Um nó é o ponto no qual uma curva se intercepta. O nó a que nos referimos depende do tipo de redes em causa”²³, relacionado com o tipo de relações sociais presentes nas redes. “As

¹⁹ Este acordo “surge após duas Convenções de Yaoundé e 4 Convenções de Lomé.” CMS (2001), “Acordo de Cotonou: Cooperação Descentralizada e Imigração”, pp.2. Para informações detalhadas consultar os seguintes sites: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12101.htm> e

http://www.europarl.europa.eu/factsheets/6_4_6_pt.htm?textMode=on

²⁰ Segundo Monteiro, Ramiro Ladeiro (2001), *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2.ª edição actualizada, Lisboa: ISCSP, pp.222 in Costa (2003:47), “Os restantes quatro pilares são: uma nova dimensão política; erradicação ou diminuição da pobreza; estabelecimento de um novo quadro para a cooperação económica e comercial; reforma da cooperação financeira.”

²¹ Neto (2000:73-74).

²² “Acordo de Cotonou: Cooperação Descentralizada e Imigração”, pp.12-13.

²³ Castells (2000:606-607). Ainda segundo este autor, “a topologia definida por redes determina que a distância (ou intensidade e frequência da interacção) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não lhe pertencerem. Por outro lado, dentro de determinada rede, os fluxos não têm distância ou têm a mesma distância entre os nós. Portanto, a distância (física, social, económica, política, cultural) é a mesma, para um determinado ponto ou posição, varia entre zero (para qualquer nó na mesma rede) e infinito (para qualquer ponto externo à rede). A inclusão/exclusão em redes e a arquitectura das relações entre elas, possibilitadas por tecnologias de informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções dominantes nas nossas sociedades.”

redes são estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que **partilhem os mesmos códigos de comunicação**. (...) A morfologia da rede é também uma fonte extraordinária de reorganização das relações de poder. As conexões que ligam as redes (...) são os instrumentos privilegiados de poder. Assim, os conectores são os detentores do poder.”²⁴

Na Sociedade em Rede, o trabalho é individualizado, e o capital coordenado a uma escala global.

Quando se fala num trabalho em **Rede**, verifica-se que existem um conjunto de diversos significados para este conceito dentro da tipologia de rede em que se insere. Podemos tomar como conceito geral o seguinte: “quando se trata do domínio da intervenção social em rede, é o de reunir organizações e pessoas à volta de um projecto comum. A acção em rede desencoraja a competição e a sectorialização e convida à cooperação, à inter-institucionalidade e à multidisciplinaridade” Madeira (2001:1).

Existem vários conceitos de trabalho em rede, desde as **Redes de Gestão Estratégica** às **Redes de Cooperação**. Para se compreender os vários mecanismos associados ao trabalho em rede, vão ser explicitados alguns conceitos de **Gestão e Planeamento Estratégico**, fazendo uma ponte para um nível de análise macro da **Sociedade em Rede**.

As Redes são uma forma de estrutura organizacional que uma empresa pode adoptar. Em **Gestão Estratégica (GE)** existe o princípio de que a **estrutura** a adoptar pela empresa segue a **estratégia** que a empresa define a cada momento, tendo em conta os seus objectivos²⁵.

Existem, também, várias formas de organizar tarefas simples desempenhadas por um pequeno grupo de pessoas numa dada empresa ou organização, de entre as quais se destacam

²⁴ Idem.

²⁵ Existem alguns factores que podem influenciar a estrutura organizativa a implementar pela organização, bem como a estratégia que a mesma segue a cada momento. Assim, as mudanças que ocorrem na estrutura variam consoante a estratégia que a empresa adopta em cada momento. De acordo com Besanko et al. (2003:555), “Chandler’s thesis is that *structure follows strategy*.”

as seguintes: **individualmente** (os elementos do grupo de trabalho são pagos tendo em conta o resultado do seu trabalho individual); **equipas “auto-geridas”** (um grupo de pessoas trabalha em torno de objectivos comuns); **hierarquia de autoridade** (existe um membro do grupo de trabalho especializado em coordenação e monitorização do trabalho do resto da equipa).

O grau de autoridade numa estrutura organizacional pode ser visto em termos da **centralização versus descentralização**. Uma organização é mais centralizada quando as decisões são tomadas a partir do nível hierárquico superior. Por sua vez, a descentralização de decisões ocorre quando estas são tomadas de forma mais flexível, a partir de vários departamentos. Normalmente estes conceitos são vistos como opostos, mas numa empresa real, esta questão torna-se complexa, pois podem coexistir estes dois tipos de decisão. O modelo desenvolvido por Porter “ajudou a promover a ideia de que para superar as pressões competitivas era necessário substituir o plano estratégico centralizador pelo pensamento estratégico descentralizador.”²⁶

Segundo Besanko et al. (2003:564), uma estrutura organizativa refere-se aos padrões gerais segundo os quais as empresas organizam tarefas, as pessoas em tarefas e fluxos de informação entre as pessoas. Segundo estes autores, existem quatro tipos de estruturas de empresas: **Estrutura Funcional** (estrutura em U), **Estrutura Multidivisional** (estrutura em M), **Estrutura Matricial** e **Estrutura em Rede**.

Interessa-nos estudar, apenas, a **Estrutura em Rede** para o presente trabalho. A mesma é uma forma recente de organização, em que “the basic unit of design in the **network structure** is the worker, rather than the specified job or task”²⁷, sendo que os trabalhadores da organização podem desempenhar um conjunto de múltiplas tarefas, bem como os seus esforços podem ser combinados e modificados, adaptando-se às mudanças da organização. A

²⁶ Faria (2004:4).

²⁷ Besanko et al. (2003:548).

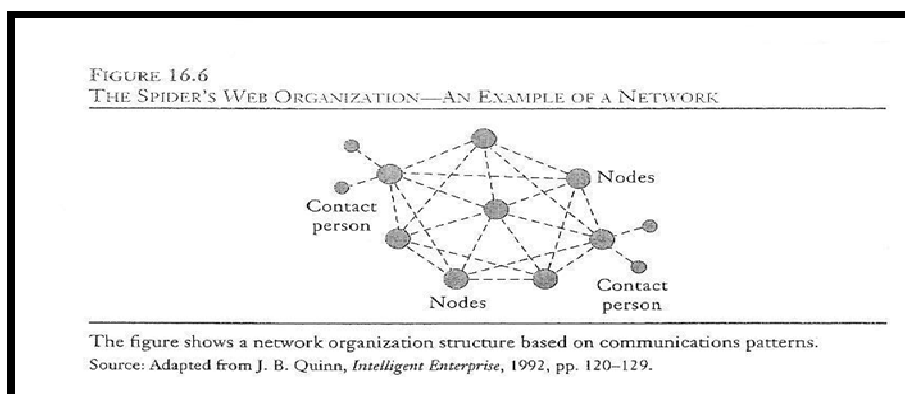
um nível de análise mais agregado, as redes podem desenvolver-se a partir dos padrões das relações de subunidades de uma dada organização.

ESPECIFICIDADE DA REDE DE EMPRESAS: REDES DE COOPERAÇÃO A UM NÍVEL MICRO

Numa **Rede de Empresas**, a ideia principal é a da existência de duas ou mais empresas que realizam acções conjuntas, e interagem entre si, tendo em conta a prossecução de objectivos comuns. Assim, uma Rede é “um grupo de organizações que colaboram entre si visando atingir objectivos comuns através de relações horizontais ou verticais, constituindo ou não uma nova entidade representativa do grupo.”²⁸

Uma outra definição sugere que “uma estrutura em rede é composta por um agrupamento de organizações distintas que coordenam acções conjuntamente, não por meio de estruturas hierárquicas formais, mas por meio de acordos e de relações pessoais.”²⁹ Castells (2000:230) define a **Empresa em Rede** da seguinte forma: “a forma específica de empresa cujo sistema de meios é constituído pela intersecção de segmentos de sistemas autónomos de objectivos. (...) A empresa em rede materializa a cultura da economia informacional/global: ao processar conhecimento, transforma símbolos em produtos.”

Figura 1: Exemplo de uma Rede



Fonte: Besanko et al. (2003:549-550)

²⁸ Wegner et al. (2008:4).

²⁹ Moura et al. (2008:6-7).

Uma rede é preferível a outras estruturas, na medida em que os custos de **coordenação** são menores do que os ganhos de eficiência técnica, e na medida em que os custos organizativos diminuem. O principal efeito desta abordagem é a implementação de uma cooperação dentro da organização, o que permite reduzir os custos de controlo, monitorização e pesquisa, sem um aumento significativo dos custos de transacção e de interacção entre os trabalhadores. De acordo com Hunger e Wheelen (1993:248), “the network organization structure provides an organization with increased flexibility and adaptability to cope with rapid technological change and shifting patterns of international trade and competition.” Permite, ainda, que a empresa se especialize nas actividades essenciais onde a mesma consegue retirar uma vantagem competitiva, bem como aumenta a eficiência e a efectividade. Segundo Marnoto (2007:72-74), “os relacionamentos inter-organizacionais caracterizam-se, também, pela interacção social. (...) Apesar de ser contraditório, a estrutura em rede tem, simultaneamente, um carácter de estabilidade e de mudança contínua.”

As **Redes de Empresas** são uma alternativa viável para as pequenas empresas que se encontram isoladas e incapazes de fazer face à concorrência, bem como acompanhar as mudanças e inovações tecnológicas e conseguir beneficiar de vantagens comparativas e de economias de escala. A colaboração e a cooperação, através das redes, são cada vez mais uma necessidade do que uma escolha, pois torna estas exigências possíveis de alcançar a um custo reduzido. Para que a **cooperação** seja possível, é necessário que os conceitos de **confiança** e **coordenação** estejam presentes. Num contexto onde a **globalização** conduz à **competição**, é necessário combinar **cooperação** com **competição**, como uma estratégia ideal para as empresas.

TIPOS DE ESTRATÉGIAS DENTRO DE UMA ESTRUTURA EM REDE

Segundo Wegner et al. (2008:4), existem dois tipos de Redes³⁰: **Redes Horizontais** e **Redes Verticais**. As **Redes Horizontais**, segundo os autores, caracterizam-se pela colaboração entre as empresas que actuam na mesma fase de uma cadeia de produção, e que realizam em conjunto actividades comuns ao grupo, actuando de forma complementar. Neste tipo de rede, as empresas são concorrentes entre si, e vêm na cooperação em rede uma forma de beneficiar com a aprendizagem e a troca de experiências. Existe, assim, uma **cooperação horizontal** neste tipo de redes. Por sua vez, as **Redes Verticais** caracterizam-se pela colaboração entre empresas com produtos complementares ou que fazem parte de diferentes fases de uma mesma cadeia de produção. Existe uma relação de dependência, neste tipo de rede, entre as grandes empresas e as empresas pequenas (que são fornecedoras ou subcontratadas em relação às primeiras). É uma rede do tipo *top-down*, onde se verifica, portanto, uma **cooperação vertical**.

A tendência actual é para uma procura de **Integração**, numa perspectiva um pouco diferente da descrita acima. De acordo com Benko e Lipietz (1994:195), “esta procura de integração só pode assentar num desenvolvimento das interacções horizontais. Na verdade, o modelo hierárquico centralizado, não só já não garante a solidariedade do comportamento da organização, como é cada vez mais contraditório com esse comportamento integrado. *Integração e descentralização não são, pois, contraditórias*; a descentralização das estruturas

³⁰ Por sua vez, existem dois conceitos interligados. Na **Integração Vertical**, as empresas verticalmente integradas são unidas através de uma hierarquia e partilham um dono comum. Cada membro da hierarquia produz bens diferentes que, combinados, satisfazem uma necessidade. Por sua vez, a **Integração Horizontal** consiste na criação de parcerias e/ou aquisição de empresas dentro do mesmo sector, visando um aumento da quota de mercado e beneficiando das economias de escala.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Integra%C3%A7%C3%A3o_vertical e http://wiki.advfn.com/pt/Integra%C3%A7%C3%A3o_horizontal.

surge como uma condição necessária da capacidade de reacção, incompatível com os longos vaivéns da pirâmide hierárquica.”³¹

Hoje, as mudanças sociais ocorrem espontaneamente pela acção dos agentes económicos em que a hierarquia das empresas é mais flexível e marcada pela “desintegração vertical” e pela “divisão social do trabalho”. Dada a crescente interdependência entre a sociedade internacional, existe a primazia da **horizontalidade** e **descentralização** a uma escala transnacional, na medida em que os Estados e regiões estabelecem acordos de regulação entre si.

A nível territorial, segundo Benko e Lipietz (1994:195), existe uma oposição entre duas grandes formas de organização: *a grande empresa* e *a rede estilhaçada de pequenas e médias empresas*.³² Ambas apresentam pontos fortes e fracos e complementam-se entre si. Ainda de acordo com Benko e Lipietz (1994:197), “a necessidade, universalmente reconhecida, de passar das organizações hierarquizadas e piramidais tayloristas a organizações em rede baseadas numa distribuição mais equilibrada da inteligência do sistema, constitui evidentemente uma oportunidade muito importante para se obter um melhor equilíbrio espacial, uma distribuição mais equitativa dos recursos e um território menos bipolarizado à imagem das suas empresas.”³³

³¹ Neste contexto, verifica-se que é vantajoso para as empresas unirem esforços, pelo que empresas que seguem estratégias de **Monopólio** são afectadas por perdas de eficiência e de competitividade.

³² Castells refere algumas formas de flexibilidade organizacional na experiência internacional. Neste trabalho vamos considerar duas dessas formas, que se caracterizam por um sistema de ligação entre empresas: “*o modelo de redes multidireccionais posto em prática por pequenas e médias empresas e o modelo de produção baseado na concessão de licenças e na subcontratação sob o controlo de uma grande empresa*.” (Castells 2000:211). Segundo Castells (2000:218), “a “empresa horizontal” é uma rede dinâmica e estrategicamente planeada de unidades autoprogramadas e autocomandadas com base na descentralização, participação e coordenação.” Um outro processo resultante destas transformações caracteriza-se pela desintegração das estruturas verticais e burocráticas, característicos das grandes empresas, e pelo desenvolvimento das redes de empresas. “*As redes são, e serão, as componentes fundamentais das novas organizações*, capazes de se formar e se expandir por toda a economia global, pois confiam no poder da informação proporcionada pelo novo paradigma tecnológico.” (Castells 2000:220).

³³ Num contexto de globalização, em que predomina a competição entre vários actores, e em que o mundo em que vivemos se encontra numa fase de mutação, torna-se necessário restabelecer laços e estratégias, de forma a fazer face às exigências que a nova economia coloca.

A **heterogeneidade** é importante, na medida em que os actores são diferentes pelo que beneficiam da interacção entre os vários agentes, complementando-se entre si e gerando inovação e conhecimento, através da aprendizagem. Também é possível que as empresas tentem o controlo da rede, tendo em vista o controlo do próprio conhecimento e os seus próprios objectivos, o que pode ser prejudicial para a mesma. Segundo Marnoto (2007:72), “numa rede, as empresas são interdependentes, o que significa que o resultado das acções de uma empresa não depende, unicamente, dessa empresa”, pelo que esta interdependência pode ser positiva ou negativa.

REDES NUM CONTEXTO ESPACIAL: A SOCIEDADE GLOBAL EM REDE

A **Globalização**, aliada à **Revolução Tecnológica**, e potenciada pelas **Tecnologias da Informação (TIC)** alterou, de forma significativa, as bases da sociedade. As novas tendências espaciais da geografia económica são de difícil percepção, na medida em que, numa era de globalização, os factores tradicionais de localização já não são preponderantes e as lógicas intra-organizacionais têm cada vez mais uma grande influência.

Castells (2000:95) refere que emergiu uma **Nova Economia** a uma escala global, nas últimas duas décadas, que tem como principais características, interligadas entre si, ser **Informacional, Global** e em **Rede**. A Revolução da **Tecnologia de Informação**, que ocorreu no último quartel do século XX potenciou o surgimento desta Nova Economia.

Uma questão importante prende-se com as **simetrias de poder entre empresas ou regiões conectadas numa Rede**. Segundo Santos e Filho (2008:3), “as relações de simetria ou assimetria de poder entre as empresas são ditadas pela quantidade de poder que uma organização possui sobre a outra.” Nas redes simétricas não existe centralização de poder e os actores envolvidos têm a mesma capacidade de influência. Por sua vez, nas redes assimétricas,

existe centralização de poder, em que um dado actor coordena os restantes. Nas redes simétricas, as relações de cooperação são mais frequentes e dinâmicas.

Esta **Economia Global** assenta numa **assimetria entre regiões**. O Global não significa que todas as regiões e países do mundo estejam integrados nesta rede. Castells (2000:163) refere que “a consequência desta concentração de recursos, dinamismo e riqueza em determinados territórios é a crescente segmentação da população mundial, seguindo a da economia global e conduzindo, em última análise, a tendências globais de crescente desigualdade e de exclusão social.” Assim, existe uma dinâmica destes segmentos, em que os mesmos estão ligados ou desligados da Rede. Este sistema é, assim, caracterizado pela instabilidade, exclusão, dinamismo e selectivismo.

É necessário ter em conta que a Globalização pode ter efeitos nefastos para as regiões, pelo que a solidariedade deve ser a solução para uma integração global mais equitativa. Como Stiglitz (2002:308) afirma, “se a globalização continuar a ser conduzida como até aqui, se continuarmos a não aprender com os nossos erros, ela não só não conseguirá promover o desenvolvimento, como continuará a criar pobreza e instabilidade.”

Ao analisar as relações e estruturas sociais da **Sociedade em Rede**, verificamos que as mesmas se organizam cada vez mais em torno de **Redes**, numa era onde predomina a **Informação**, que potencia uma viragem histórica. De acordo com Castells (2000:605), “o poder dos fluxos prevalece sobre fluxos de poder. Presença ou ausência na rede e as dinâmicas de cada rede, relativamente às outras são os factores críticos de dominação e mudança na nossa sociedade: uma sociedade que, assim, podemos designar de *sociedade em rede*, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a acção social.”

1.3.2. Redes Transnacionais de Cooperação Intermunicipal

Num contexto de **Globalização**, num mundo cada vez mais dominado pelas desigualdades entre países e pelo aumento do conhecimento através das TICs, existem cada vez mais “desafios e oportunidades [que exigem] soluções criativas que, por um lado, garantam a inserção das nações na chamada «Aldeia Global» e, por outro, assegurem a inclusão de todos os cidadãos no processo.”³⁴ A Globalização altera a noção de espaço e de tempo e promove desterritorialização das relações sociais e políticas, “fazendo emergir uma nova tipologia estadual - o Estado em rede – estruturada sobre uma lógica estadual de nível infranacional.”³⁵

Assim como a **Globalização** coloca em causa as antigas estruturas organizativas e o conceito de Estado-Nação, também altera as relações entre Estados e entre as Cidades, onde estas começam a ter um dinamismo próprio, principalmente em relações de cooperação internacional. Surge, neste processo, um conjunto de **novos actores** com poder de intervenção a nível da cooperação internacional: Autarquias Locais ou Municípios, Organizações Descentralizadas, ONGDs, Associações e pequenas e médias empresas. Nesta dinâmica recente, verifica-se um maior poder atribuído às **autarquias locais**, em termos de cooperação externa. Há o reforço do *empowerment* a nível local, pelo que assistimos a uma “**Glocalização**”, isto é, pensar globalmente e agir localmente.³⁶

Tendo em conta as novas dinâmicas a nível Global, existe uma vantagem na criação de **Redes Transnacionais**, uma vez que as Regiões que nelas participam podem “funcionar como *interface* relacional entre redes e daí retirar vantagens como sejam a facilidade de *integrar* tecnologias de outras regiões ou de empresas de outras regiões; desenvolver o papel de

³⁴ CIDAC (1999:61).

³⁵ Costa (2003:78;233).

³⁶ “Glocalização é um neologismo resultante da fusão dos termos globalização e localização. Refere-se à presença da dimensão local na produção de uma cultura global.” Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Glocaliza%C3%A7%C3%A3o>.

interligação de *local networks* envolvendo os diferentes agentes e organizações económicas e institucionais locais e constituírem elementos de ligação entre o nível comunitário, o nível transregional e o nível local.”³⁷

Existe, assim, uma mudança de terreno: “a substituição do termo «distrito» pelo de «rede», e o regresso em força da política”³⁸, em que os municípios ganharam um papel fundamental. Neste sentido, “a rede, pela sua definição mais funcional do que geográfica, amplia espantosamente as potencialidades espaciais dos novos «objectos» tomados em consideração.”³⁹

De uma forma geral, “pela própria noção da bilateralidade através das geminações para a criação de redes de CIM oferece, à partida, diversas **vantagens e potencialidades**: é mais **flexível e rápida** e actua de acordo com as necessidades sentidas localmente, ao contrário do que acontece muitas vezes com a cooperação governamental centralizada que arrasta consigo o peso dos seus processos administrativos, a morosidade, o cálculo político e o afastamento das populações, prejudicando, em última análise, o desenvolvimento local.”⁴⁰

No entanto, em Portugal, as Redes de Cooperação, interligando vários Municípios e actores da Sociedade Civil ainda é uma realidade a alcançar, e os seus benefícios estão ainda por explorar. Se os vários recursos humanos, técnicos e financeiros fossem correctamente canalizados, se houvesse uma programação e uma calendarização mais eficiente, o sucesso na concretização de muitos projectos seria uma realidade mais forte, contrariamente ao que se verifica actualmente. A **base desta dissertação** assenta na proposta de uma Rede de

³⁷ Neto, Paulo Alexandre (1999), *A Integração Regional, Economias de Rede e Inovação*, Lisboa: Instituto Piaget; pp. 166-167 citado de Costa (2003:90).

³⁸ Benko e Lipietz (1994:249-250).

³⁹ Idem.

⁴⁰ Costa e Ferreira (2004:19). Segundo Xavier (1999:51), “do ponto de vista conceptual, o conceito de alianças ou rede de municípios é muito diferente das formas tradicionais de CIM, tanto ao nível dos objectivos como ao nível dos conteúdos e meios. Nas alianças estratégicas há um processo rigoroso de selecção/classificação dos parceiros (...). Quanto ao conteúdo é composto por vários tipos de cooperação (industrial, técnica, comercial, científica, etc.) face à concorrência de outras cidades, não se limitando apenas a relações de amizade entre os signatários mas apresentando objectivos precisos.”

Cooperação Intermunicipal entre os Municípios Portugueses que promovem CIM com a Região Autónoma do Príncipe e dessa Rede com a própria RAP.

Como Afonso (1998:112-113) refere, e que sustenta a opinião base desta dissertação, “a base política é, também, visível na **competição** entre municípios desconhecendo uns o que os outros fazem nas geminações com o mesmo parceiro o que conduz à dispersão de actuações e a um eventual desperdício de recursos. [Por vezes,] do lado dos PALOP [existe algum] interesse neste desconhecimento pois dessa forma pensam tirar mais benefícios das várias geminações. (...) A **criação de redes de geminações** (...) concentraria os esforços e proporcionaria a **coordenação das actividades** por forma a responder adequadamente às necessidades do «irmão comum». Da mesma forma, a **troca de experiências** entre Municípios Portugueses envolvidos na CIM, sobretudo nos casos em que as geminações são celebradas com o mesmo parceiro, permitiria encontrar **complementaridades**, fazer **economias de escala** e possibilitaria a realização de obras de grande envergadura, ou de **projectos mais amplos de cooperação** que de outro modo são irrealizáveis por falta de meios das autarquias locais.”

Existem algumas **Redes Transnacionais** iniciadas pela **UE**. Como exemplo, iremos apresentar a rede **URB-AL**. Rothfuss (2006:3) “analisa as redes urbanas URB-AL, as quais foram iniciadas em 1995 pela Comissão Europeia como plataforma de cooperação tematicamente abrangente para assuntos relacionados às administrações municipais europeias e latino-americanas.” Não vamos entrar muito em detalhe neste estudo, apenas serão retiradas algumas considerações úteis para o presente trabalho.

Existem outras redes iniciadas pela UE, em que as mesmas “tiveram a sua origem em **acordos de geminação** existentes.”⁴¹ Segundo Costa (2003:84), “ao nível das redes de cooperação transnacional e transfronteiriça entre autarquias, destacam-se os programas comunitários URB-AL, Med-Urbs e Asia-Urbs.” O programa **URB-AL** é uma conexão inter-

⁴¹ Covas, António (1997), *Integração Europeia, Regionalização Administrativa e Reforma do Estado-Nacional*, Lisboa: INA, pp. 192 citado de Costa e Ferreira (2003:13).

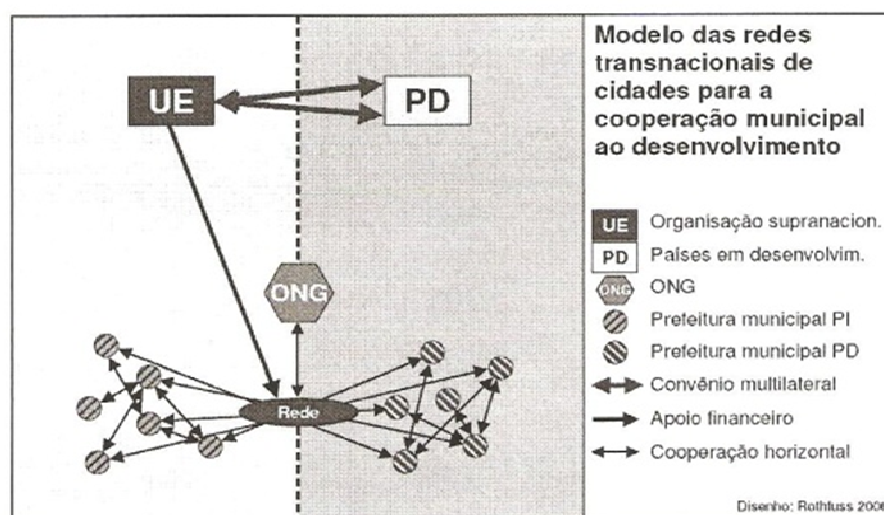
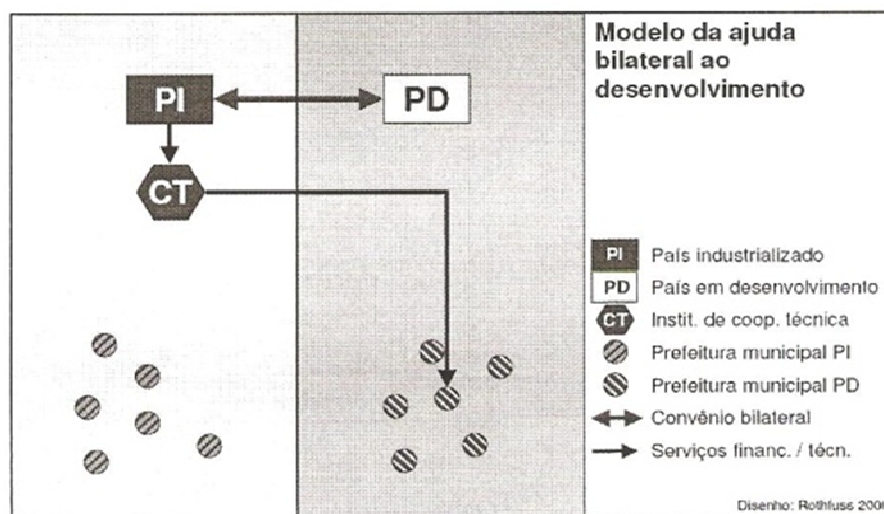
regional de administrações municipais da América Latina e da UE, criado em 1995 pela UE, tendo em vista o desenvolvimento de uma rede de cooperação entre as várias cidades, em torno de temas comuns relacionados com um desenvolvimento urbano social e ambiental sustentável.

Como Rothfuss (2006:3) refere, este é um “programa horizontal para uma CD”, em que “as redes são iniciadas «*top-down*», mas são definidas e construídas «*bottom-up*» (...)”, onde todos os actores de cooperação podem, ao mesmo tempo, captar e fornecer *know-how*. Esta Rede produz, assim, um dinamismo que envolve por igual todos os actores envolvidos nesta Rede de Cooperação.

Por último, apresentamos um quadro do autor, que mostra as diferenças entre uma **cooperação bilateral** e uma **cooperação em rede**. Vê-se claramente a **teia de relações horizontais** entre os Municípios que se encontram geminados (Países Industrializados e em Desenvolvimento, como o autor os designa) no segundo modelo, onde as relações de cooperação são, também, visivelmente muito mais dinâmicas, relativamente ao primeiro modelo.

Figura 2: Modelos de Cooperação para o Desenvolvimento

Quadro 4-5: Modelos da ajuda bilateral ao desenvolvimento



Realizado por: Rothfuss, 2006

Fonte: Rothfuss (2006:4)

CAPÍTULO 2 – ANÁLISE EMPÍRICA: COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE

Neste capítulo, é realizada a análise empírica do nosso objecto de estudo. Começamos por fazer um enquadramento geral da Região Autónoma do Príncipe (RAP) e explicitamos alguns factores que caracterizam a RAP e que dificultam o seu desenvolvimento. No contexto português, é elaborado um Enquadramento Institucional, onde se destaca o papel dos Municípios Portugueses na promoção da CIM. Fazemos, de seguida, uma breve caracterização e enquadramento das Geminações dos Municípios Portugueses com a RAP. Posteriormente, procedemos à análise dos dados obtidos nos inquéritos realizados em Portugal e no Príncipe, analisando informações relativas às características das geminações e acordos, aos impactos locais no Príncipe e nos Municípios Portugueses destas acções de cooperação, ao envolvimento da Sociedade Civil, à opinião dos agentes inquiridos sobre a sua abertura a um trabalho integrado em rede coordenado pela RAP e, por fim, fazemos uma síntese, abordando a possível eficiência das geminações no cumprimento de promessas e objectivos. Por último, tendo em conta a informação dos pontos anteriores, é proposta uma Rede de Cooperação, num Projecto de Trabalho Integrado de todos os agentes de Cooperação Descentralizada que desenvolvem acções de cooperação com o Príncipe.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE

2.1.1. Enquadramento Geral

São Tomé e Príncipe (STP) atingiu a sua independência em 1975, e a **Região Autónoma do Príncipe (RAP)** atingiu a sua autonomia administrativa em 29 de Abril de 1995.⁴²

A designação oficial do país é República Democrática de São Tomé e Príncipe, sendo a língua oficial a portuguesa, e a religião predominante a Cristã (maioritariamente a Católica).

Segundo CGD (2006:10), “São Tomé e Príncipe é um país insular, situado na zona equatorial do Oceano Atlântico, ao largo do Golfo da Guiné”. É constituído por duas Ilhas: “São Tomé” e “Príncipe” e por um conjunto de Ilhéus. A RAP tem uma **área** aproximada de 142 Km², sendo que o país tem uma área total de 960 Km².

Analisando os **quadros A e B do Anexo 3**, observamos que a população da RAP era cerca de 6000 habitantes em 2006, ou seja, cerca de 3,8% da população total santomense.

A RAP encontra-se numa situação de **dupla insularidade**, o que lhe acrescentam dificuldades e entraves ao seu desenvolvimento. A RAP tem-se deparado com algumas dificuldades específicas acrescidas, que dificultam o seu processo de desenvolvimento. Segundo o Governo Regional, existem alguns constrangimentos particulares que a RAP enfrenta⁴³:

- Um desenvolvimento desigual entre a Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe;
- Apenas 25% do território regional dispõe de energia eléctrica;
- Somente a população da cidade de Santo António tem acesso a água potável;
- Falta de saneamento básico e de tratamento dos resíduos sólidos;
- Estradas rurais e urbanas em péssimas condições, e ausência de estradas asfaltadas no interior da Ilha;

⁴² “A 12 de Julho de 1975, «sob a esclarecida direcção do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o Povo Santomense alcançou a sua Independência Nacional e proclamou perante a África e a Humanidade inteira a República Democrática de São Tomé e Príncipe».” Preâmbulo da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP), citado de Costa (2003:167).

⁴³ RAP (2007:6-8). Para mais informações sobre o País e a Região, consultar os **Anexos 3 e 4**.

- Dupla insularidade em relação a São Tomé: desnível das condições de vida entre as duas Ilhas; preços dos produtos mais elevados em relação a São Tomé; a emissão de documentos só pode ser realizada em São Tomé; falta de instituições prisionais; falta de um Hospital em condições: em situações de emergência os doentes são evacuados para São Tomé o que acresce os encargos no Orçamento Regional; ligação entre as duas Ilhas (vias aérea e marítima) muito irregular e incerta; pista do aeroporto em condições muito precárias e não permite a utilização de aviões de grande porte; navios para transporte de pessoas e mercadorias em péssimas condições.

Quanto a aspectos político-administrativos, foi a partir da Constituição de 1990 que os órgãos do Poder Local foram consagrados oficialmente, através da institucionalização de uma democracia multipartidária. “Aí fica estabelecido que «a República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado unitário, sem prejuízo da existência de autarquias locais».”⁴⁴

Relativamente à organização administrativa, existem quatro regiões administrativas que se encontram divididas em sete distritos. Destes sete distritos, um é a RAP. O facto de não haver uma correcta coordenação de acções de desenvolvimento e de cooperação, entre os Governos Central e Regional, potencia a actual situação de dupla insularidade do Príncipe e, também, o fracasso de muitos projectos. Como refere Afonso (1998:87), “apesar de já existir em STP Poder Local eleito por sufrágio universal, inúmeros problemas têm obstruído o seu real funcionamento, limitando as possibilidades de relacionamento internacional.” Assim, são cada vez mais importantes as parcerias entre o poder central e o poder local, “(...) como forma de em conjunto enfrentarem e vencerem os desafios e os obstáculos que se nos colocam ao desenvolvimento,”⁴⁵ tendo em conta as dificuldades de dupla insularidade que a RAP enfrenta.

⁴⁴ Costa e Ferreira (2003:21).

⁴⁵ CMS (2001), “Problemas e Potencialidades da Cooperação Intermunicipal”, pp. 11.

2.1.2. Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para a RAP em articulação com o PNUD

Em 2008 foi elaborado o **Primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)** para a RAP, para o período 2009/2012, por iniciativa do GRP e em articulação com o PNUD. Este PDR surge na sequência do processo de afirmação da Autonomia da RAP, e tem como principal pressuposto a integração de todos os cidadãos e actores da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento da RAP. Segundo PNUD e GRP (2008:2), “o PDR (...) assenta em três peças: **análise panorâmica** da situação actual; **opções estratégicas** e **plano operacional**.”

Uma questão fundamental no presente trabalho é que, com a introdução do PDR, a Rede de Cooperação que propomos torna-se viável e pode funcionar como um instrumento de aplicação daquele, uma vez que, “todos os projectos independentemente da sua dimensão e financiador deverão estar inscritos por programa logo que estes tenham condições para produzirem as suas integrações horizontais, com excepção para os projectos nos domínios da saúde e educação que decorrem originalmente de determinações centrais tendo por isso existência totalmente vertical.”⁴⁶ A sugestão que damos, no contexto do presente trabalho, é que este PDR seja um ponto de partida na definição de acções de CIM, envolvendo todos os actores que cooperam com a RAP (não só Municípios Portugueses, como também outros Municípios e actores da Sociedade Civil que já desenvolvem acções de CIM com o Príncipe).

2.2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA CIM EM PORTUGAL

A Cooperação Portuguesa tem um “carácter descentralizado, traduzido na existência de inúmeros organismos da Administração Central (Ministérios, Secretarias de Estado, Municípios, Universidades) que prosseguem actividades de cooperação.”⁴⁷

⁴⁶ PNUD e GRP (2008:49). Ver os **Anexos 5 e 6** para mais informações.

⁴⁷ Mesquita (2005:4). Ainda segundo Mesquita (2005:7), em 1999 foi criado o Grupo de Missão Intermunicipal, “com a função de coordenar as actividades e programas desenvolvidos pelas câmaras municipais”, que actualmente já não se encontra em funcionamento.

Ao longo destes últimos anos, as autarquias acumularam conhecimentos e experiências na resolução de questões concretas que se colocam às suas populações, pelo que “estas mais-valias podem ser potenciadas através do intercâmbio e troca de experiências com congéneres de outros países onde estes problemas ainda persistem.”⁴⁸

Segundo Costa e Ferreira (2003:15), a CD, designadamente a CIM, enquanto vertente integrante da Cooperação Portuguesa, assenta num quadro histórico, político e legal recente (ICP, 2000:v) e que está reflectido no documento de orientação estratégica denominado *A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI*, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º43/99, de 18 de Maio de 1999.

Para além dos **Municípios**, existem outros actores em Portugal que são importantes agentes de CIM. Não os iremos aprofundar no presente texto. No entanto, é importante referir os seguintes actores da CIM em Portugal:

- **Associações de Municípios;**
- **Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**⁴⁹, que é uma associação nacional que representa os municípios associados;
- **UCCLA**, que foi criada em 1985, e um dos membros é a cidade de Santo António do Príncipe, a qual é relevante nesta dissertação. A UCCLA é membro fundador da **URB-África**, uma ONGD, que promove acções de CIM, nomeadamente no Príncipe (assunto que iremos retomar posteriormente);
- **Instituições oficiais**, que apoiam o desenrolar de acções de CIM: **IPAD** e **MNE**;
- As **Empresas** e as **Associações Empresariais** também podem ser um importante actor de cooperação para o desenvolvimento.⁵⁰

⁴⁸ Afonso (1998:55).

⁴⁹ Site oficial: www.anmp.pt. Para uma análise mais detalhada, consultar Costa (2003:61-68).

⁵⁰ De acordo com Afonso e Fernandes (2005:92), “em Portugal as acções de cooperação têm sido desenvolvidas, de forma mais sistemática, por associações empresariais, concentrando-se as suas acções sobretudo nas áreas da assistência técnica, assessoria e formação.”

- **ONGD e a Sociedade Civil:** O envolvimento das ONGD na CIM também é algo que pode ser bastante proveitoso, no articular de recursos e de projectos comuns.⁵¹ A **Sociedade Civil**, em geral, é um importante agente de CD, na medida em que permite que a participação seja possível, a todos os níveis da sociedade e mais próximo das populações. Temos assistido ao surgimento de uma Sociedade Civil activa, com um destaque particular para as **ONGD**. Através de formas de incentivo da União Europeia, os actores da Sociedade Civil assumem cada vez mais papéis importantes ao nível da governação local.

2.3. O PAPEL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES NA PROMOÇÃO DA CIM

Nesta parte, vamos considerar o papel dos **Municípios**⁵² **Portugueses** na promoção da CIM. Estes têm autonomia no domínio da cooperação externa com outros países. Segundo Costa (2003:18), “em Portugal, a política de CIM está directamente relacionada com a nova ordem, política e constitucional, resultante das transformações ocorridas na sequência do 25 de Abril de 1974”, em que se verificou uma maior atribuição de poderes às autarquias locais, promovendo o movimento de descentralização de poderes e competências.

Existem, essencialmente, **três formas de estabelecimento de CIM** em Portugal: através de colaboração com municípios nacionais; através da assinatura de protocolos de geminação e/ou colaboração e através da criação/adesão a redes.

Em relação aos **acordos/protocolos de colaboração/cooperação**, estes “visam o desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas e pressupõem um envolvimento

⁵¹ Como Afonso (1998:110) refere, “um caso exemplar parece ser o de Aveiro que (...) criou um gabinete de CD com a participação da ONGD Sul e da Associação dos Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe.”

⁵² De acordo com Afonso (1998:75), “os municípios são uma das espécies de autarquias locais (...).”

menos intenso [relativamente às geminações], mais perene e mais direccionado para aspectos específicos.”⁵³

Por sua vez, as **Geminações**⁵⁴ pressupõem laços mais duradouros e mais profundos do que os acordos de cooperação, sendo também o tipo de acordo mais celebrado entre os vários agentes. Verifica-se, apesar de ser um fenómeno relativamente recente, uma tendência crescente de envolvimento de autarquias locais portuguesas com os PVD, em grande parte com os PALOP, devido a motivações de diversos domínios, nomeadamente o histórico e cultural. Compreende-se que os municípios, por estarem mais próximo das populações locais e, portanto, conhecerem melhor as suas necessidades, têm um melhor desempenho no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Entende-se, também, que muitas das dificuldades e necessidades que os municípios têm são semelhantes noutros municípios que passam pelos mesmos problemas. Assim a descentralização tem aqui uma vantagem comparativa relativamente aos Poderes Centrais.

Em relação às **Redes**, temos vindo a assistir a um incremento do trabalho em rede, com uma participação activa da Sociedade Civil. Contudo, segundo Costa (2003:237), “face às experiências de CD analisadas conclui-se que a implementação de redes intermunicipais de cooperação sob a forma de geminação multilateral, i.e., em rede, é pouco frequente”.

Deste modo, de forma a resolver alguns problemas da CIM, como a **falta de recursos** ou a **falta de institucionalização** da mesma, ou tirar maior benefício das suas potencialidades, estas redes de cooperação poderiam ser, de uma forma geral e neste caso de estudo, uma forma de alcançar a médio e longo prazo o desenvolvimento local da Região Autónoma do Príncipe e uma troca de experiências bastante interessante entre os vários municípios e

⁵³ Afonso (1998:90).

⁵⁴ Consultar os sites www.eudevays.eu/twinning e www.twinnings.eu, para mais informações sobre Geminações, principalmente num contexto Europeu.

agentes da Sociedade Civil. Um outro problema, já referido, da CIM, é a falta de **coordenação** de acções dos vários agentes.

No âmbito das **actividades realizadas**⁵⁵ pela CIM, iremos abordar este assunto no estudo de caso desta dissertação. No entanto, destacamos a **Educação para o Desenvolvimento (ED)**, a assistência directa à redução da pobreza e ao desenvolvimento participativo, o apoio aos serviços e às infra-estruturas sociais, a saúde, a educação e as questões ambientais.

2.4. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DAS GEMINAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES COM A RAP: HISTÓRIA E ACÇÕES DESENVOLVIDAS

Deste modo, e de acordo com as geminações existentes com a RAP, e que foram objecto de estudo no trabalho de campo, segue-se uma breve caracterização das geminações existentes entre os Municípios Portugueses e a RAP:

Quadro 1: Distribuição Geográfica das Geminações de Portugal com São Tomé e Príncipe, em 2009.

⁵⁵ Consultar o estudo da ACEP (2001), para alguns exemplos de actividades realizadas.

Geminções de Cidades e Vilas			
Cidade ou Vila	Geminada com	País	data
AVEIRO	REGIÃO DO PRÍNCIPE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1998-12-08
BENAVENTE	REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2001-10-08 (I)
BORBA	Mé-Zochi	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2008-11-17
BRAGANÇA	Água Grande	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2008-11-17
CASCAIS	CANTAGALO-CIDADE SANTANA	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1986-08-30
CRATO	LEMBÁ	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2000-09-20
FARO	Príncipe	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2008-11-17
GUIMARÃES	MÉ-ZOCHI- CIDADE DETRINDADE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1989-06-30
LISBOA	S.TOMÉ	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1983-05-26
LISBOA	ÁGUA GRANDE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1993-12-31
MARCO DE CANAVESES	REGIÃO DO PRÍNCIPE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1998-08-14
MATOSINHOS	CAUÉ-CIDADE DE ANGOLARES	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1989-05-19
OBRAS	REGIÃO DO PRÍNCIPE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1997-03-04
PONTA DELGADA	CAUÉ/ANGOLARES	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2000-11-24
PORTO	NENVES	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1987-06-15
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	LEMBÁ	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2000-06-09
SANTO TIROSO	CANTAGALO-CIDADE SANTANA	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1997-07-11
SEIXAL	LOBATA-CIDADE GUADALUPE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1994-09-13
SINTRA	MÉ-ZOCHI-CIDADE TRINDADE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1997-06-30
SOUSSEL	LOBATA-CIDADE GUADALUPE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1993-03-02
VAGOS	MÉ-ZOCHI-CIDADE TRINDADE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1993-10-29
VALONGO	MÉ-ZOCHI-CIDADE TRINDADE	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1994-01-13
VILA DO CONDE	LOBATA	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1998-11-03 (B)
VILA NOVA DE POIARES	CAUÉ	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	1998-10-30 (A)
VISEU	Cantagalo	S.TOMÉ E PRÍNCIPE	2008-11-17

Notas: (A)-Perspectiva de assinatura de acordo de geminação (B)-Iniciaram-se contactos tendo em vista futura geminação (C)-Acordos de cooperação (D)-Data não confirmada (E)-E Países da América do Sul

Fonte: ANMP⁵⁶

2.4.1. Câmara Municipal de Aveiro

A CIM entre a CM de Aveiro e a RAP teve início no dia **04/12/1988**, sendo a Geminção mais antiga que a RAP tem com um Município Português. No Protocolo de Geminção são salientados os laços históricos, culturais, de solidariedade e de amizade. Os domínios de cooperação patentes no Protocolo são os seguintes: cultural, social, educativo, informativo e turístico, tendo em conta a promoção cultural de ambos os Municípios e a cooperação em

⁵⁶ http://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/gem10110.php?cod_pais=STP

Programas de Desenvolvimento Municipal. No **Anexo 7** encontram-se as acções desenvolvidas por Aveiro, no âmbito desta geminação.

Em síntese, e de acordo com a documentação disponibilizada, a geminação com Aveiro aposta no apoio a jovens santomenses que se encontram a estudar em Aveiro (educação/formação profissional e alimentação). As áreas de intervenção de Aveiro são, essencialmente, as áreas da **Educação** (construção de uma Biblioteca no Príncipe, envio de material escolar e didáctico) e da **Saúde** (envio de equipamento médico e cirúrgico) que são fundamentais para o desenvolvimento da RAP.

2.4.2. Câmara Municipal de Oeiras⁵⁷

A Geminação com o Príncipe data de **04/03/1997**. Segundo o GRP, esta tem sido a Geminação mais frutífera, com o empenho pessoal do Presidente Isaltino Morais. No protocolo observam-se os seguintes domínios de cooperação: cultura, saúde, educação, desporto, meio-ambiente, infra-estruturas e formação do pessoal técnico. As acções desenvolvidas encontram-se no **Anexo 8**.

2.4.3. Câmara Municipal de Marco de Canaveses

A Geminação de Marco de Canaveses com o Príncipe teve início no dia **14/08/1998**. Segundo o Inquérito realizado, esta Geminação teve origem na Deliberação da Câmara de 25/05/1998 para a elaboração de um Protocolo de Geminação, que foi assinado em 14/08/1998, na sequência da vontade demonstrada pelo Presidente do GRP. Desta deliberação, destacamos o passado histórico-cultural que liga os dois países e a manutenção da língua portuguesa como língua oficial da República Democrática de STP, como factores favoráveis ao nascimento desta Geminação. Pode consultar-se o **Anexo 9** para mais informações.

⁵⁷ Consultar CMO (2002:22-23) para mais informações.

2.4.4. Câmara Municipal de Benavente

A Geminação entre Benavente e o Príncipe teve início em **08/10/2001**, tendo em conta uma focalização nas áreas da Cultura, Sociedade e Economia. O protocolo de cooperação refere os seguintes domínios de cooperação: cultura, saúde, educação, desporto, meio-ambiente, infra-estruturas e formação de pessoal técnico. Pode consultar-se o **Anexo 10** para mais informações.

2.4.5. Câmara Municipal de Odivelas

Esta é uma das Geminações mais recentes. O Protocolo de Geminação foi assinado no Príncipe em **22/09/2008**, e em Odivelas em 30/03/2009. Aquando da Geminação foram assinados vários protocolos, os quais prevêem as acções a desenvolver, presentes no **Anexo 11**.

2.4.6. Câmara Municipal de Faro

Esta é a Geminação mais recente, assinada no dia **17/11/2008**. No âmbito das acções a desenvolver, pode-se consultar o **Anexo 12**. O Protocolo de Geminação refere as relações culturais, económicas e de amizade entre os dois povos, como potenciadoras desta Geminação, bem como a aproximação não só dos dois Municípios, como também de associações, clubes, escolas e outras entidades da Sociedade Civil. O protocolo refere ainda que o programa a desenvolver será de intercâmbio cultural, político/institucional, social, educacional, científico, tecnológico, empresarial, económico e turístico.

Em síntese:

Quadro 2: Caracterização e Enquadramento das Geminações dos Municípios Portugueses com a RAP – Histórias e Acções.

Município	Data	Domínios	Principais acções
Aveiro	04-12-1988	Cultura; social; educação; turismo.	Educação (Bolsas de Estudo), Formação e Saúde.
Oeiras	04-03-1997	Cultura, saúde, educação, desporto, formação, ambiente e infra-estruturas.	Formação em Portugal, apoio à electrificação da cidade.
Marco de Canaveses	14-08-1998	Cultura, formação e educação.	Oferta de material escolar e de vestuário; estágios.
Benavente	08-10-2001	Cultura, saúde, educação, desporto, ambiente, infra-estruturas e formação.	Formação profissional.
Odivelas	22-09-2008	Cultura, educação, social.	Geminação recente. Entrega parque infantil; formação a alunos e professores.
Faro	17-11-2008	Cultura, político/institucional; social, educação, empresarial, económico, turismo, científico.	Geminação mais recente: Cooperação institucional; projectos formativos; iniciativas empresariais e investimentos.

Fonte: elaborado pela autora.

2.4.7. Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

A Assembleia Legislativa da RAA tem um Protocolo de Cooperação, assinado a **31/05/2008**, com a Assembleia Legislativa da RAP. O protocolo prevê uma relação de reciprocidade e troca de experiências, tendo em conta os laços de amizade e da fraternidade insular. No âmbito das acções já desenvolvidas e a desenvolver, pode-se observar o **Anexo 13**.

2.4.8. Outras Geminações da RAP: Santa Cruz (Cabo Verde) e Luanda (Angola)

- ✓ **Santa Cruz:** No âmbito desta cooperação, que nasceu há cinco anos, existe apoio mútuo em relação às áreas da agricultura, saúde, educação (vinda de professores cabo-verdianos para leccionar no Príncipe, no ensino pré-universitário), desporto, água (oferta de material de canalização), televisão (oferta de material de radiodifusão) e formação profissional.

- ✓ **Luanda:** Este Acordo de Geminação, assinado em Novembro de 2007, baseia-se nas relações de amizade entre os povos, e tem como objectivo a promoção de acções bilaterais que promovam a cultura e bem-estar dos povos, nas áreas económica, cultural, social, empresarial e científica, tendo sido promovida a formação profissional. No entanto, parece que poucas acções têm sido concretizadas até ao momento presente.

2.5. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS REALIZADOS (NO PRÍNCIPE E EM PORTUGAL)

Nesta parte da presente dissertação, pretendemos analisar a informação retirada dos inquéritos e entrevistas realizados, numa primeira fase no Príncipe e, numa segunda fase, em Portugal, junto dos Municípios Portugueses que têm uma Geminação com o Príncipe.

2.5.1. Metodologia e Análise da Amostra e Universo

Numa **primeira fase**, aquando da deslocação ao Príncipe⁵⁸, marcámos uma entrevista com o Presidente do GRP, José Cassandra, e fizemos um levantamento de dados sobre as principais geminações que o Príncipe tem, não só com **Portugal**, mas também com **Angola** e **Cabo Verde**, bem como projectos existentes com algumas **ONGDs**. Preparámos um Inquérito extensivo, que foi respondido e acompanhado de uma entrevista, por pessoas consideradas actores fundamentais na RAP, para nos darem algumas informações sobre as Geminações. Ficámos, também, a saber quais os Municípios Portugueses já geminados com a RAP (Aveiro, Oeiras, Marco de Canaveses e Benavente), e os que viriam a assinar em breve um Acordo de Geminação (Odivelas e Faro). Delimitámos, assim, a nossa **amostra** para esses **seis Municípios Portugueses** e para **algumas pessoas do GRP**⁵⁹. Formulámos algumas questões relativamente a outras Geminações, nomeadamente Santa Cruz (Cabo Verde), Luanda (Angola), geminação

⁵⁸ O trabalho de campo na Ilha do Príncipe ocorreu em Setembro e Outubro de 2008 e em Portugal de Abril a Outubro de 2009.

⁵⁹ A lista de pessoas inquiridas encontra-se no **Anexo 17**, bem como os Inquéritos implementados (**Anexos 14, 15 e 16**).

da AR do Príncipe e a AR dos Açores e outros projectos implementados por ONGDs e Missionários Locais, que muito têm contribuído para o desenvolvimento social da RAP.

Numa **segunda fase**, preparámos um inquérito a ser implementado aos seis **Municípios Portugueses** geminados com a RAP, e pesquisámos algumas informações sobre as ONGDs indicadas pela RAP. Constatámos que quase todos os Municípios têm uma ONGD que está inter-relacionada com a Geminção com a RAP. Verificámos também, e pela informação já analisada anteriormente, que já existiram iniciativas e vontade de alguns Municípios em congregar esforços no sentido de um projecto de cooperação comum com o Príncipe.

A realização destes inquéritos, e também de algumas entrevistas, teve como finalidade fazer um levantamento de dados sobre as características destas geminações, bem como obter as opiniões dos agentes inquiridos, as quais têm interesse e são determinantes para os projectos em questão. Com a análise dos inquéritos e entrevistas realizados nos dois lados destes acordos bilaterais – RAP e respectivos Municípios Portugueses geminados – pretendemos, também, um confronto das informações e opiniões de ambos os agentes e saber o grau de abertura e de aceitação dos agentes de cooperação no sentido de criar uma **Rede de Cooperação** entre todos os Municípios.

2.5.2. Interpretação dos Dados

2.5.2.1. FORMAS E DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO

Como podemos observar na **tabela 1**, a **forma de cooperação intermunicipal** mais comum com a RAP é a **geminção bilateral**. No caso de Odivelas, foram também assinados alguns Protocolos de Cooperação (Cultura, Educação e Promoção da Infância). Marco de Canaveses refere um Acordo de Cooperação. Verificamos, assim, numa escala micro, a mesma

conclusão de Costa e Ferreira (2003:25): “a CIM tem, na geminação bilateral, o seu modo mais frequente, revelando que se situa num segundo plano o propósito multilateral, isto é, a cooperação em rede.”

De notar a não existência de uma uniformidade de resposta por parte dos elementos inquiridos da RAP, relativamente a esta questão, e ainda sobre as questões relativas aos domínios de cooperação e às motivações que estiveram na origem das acções de cooperação, originando uma diversidade de respostas nestas questões.⁶⁰

Tabela 1: Formas de Cooperação dos Municípios Portugueses com a RAP

Formas de Cooperação	Aveiro	Oeiras	Marco Canaveses	Benavente	Odivelas	Faro
Geminação	X	X	X	X	X	X
Protocolos de Cooperação					X	
Acordos de Cooperação			X			
Redes						
Acordos de Colaboração						
Acordos de Cooperação e Amizade						
Outro (qual?)						

Fonte: análise feita pela autora, no tratamento dos dados dos Inquéritos.

Relativamente aos **domínios de cooperação** verificámos que, de acordo com os dados apurados e apresentados na **tabela 2**, 100% dos Municípios Portugueses desenvolve acções de cooperação nos domínios **Cultural** e de **Formação**. Seguem-se os domínios **Técnico**, **Educação** e **Ambiental**, com 66,67% dos Municípios a desenvolverem acções nos mesmos e os domínios das Infra-estruturas, Desporto e Saneamento Básico referidos por 50% dos Municípios. Os domínios de cooperação menos referidos são os seguintes: Económico, Serviços, Saúde, Social e Energético, referidos por 33,33% dos Municípios Portugueses e, por último, os domínios Industrial e Habitação, com apenas cerca de 16,67%. Os domínios do Comércio, Agrícola e dos Transportes não são referidos por nenhum Município.

Podemos observar, também, que os Municípios que referem mais domínios de cooperação são os Municípios de Faro e de Oeiras (66,67% dos domínios apresentados no

⁶⁰ Apresentamos estas respostas no **Anexo 18**.

inquérito⁶¹), seguidos de Aveiro (38,89%), depois Odivelas (33,33%), Benavente (27,78%) e por último Marco de Canaveses (16,67%). A situação de Faro e Odivelas pode justificar-se pelo facto de a sua geminação com a RAP ser relativamente recente (mais Faro do que Odivelas, visto que Odivelas já tem algum historial de cooperação “indirecta”, pela experiência social da Paróquia da Ramada), pelo que o leque de domínios é mais vasto por não estarem ainda bem definidas as acções de cooperação.

Tabela 2: Domínios de Cooperação dos Municípios Portugueses com a RAP

Áreas/ Domínios	Aveiro	Oeiras	Marco Canaveses	Benavente	Odivelas	Faro
Económico					X	X
Comércio						
Indústria						X
Serviços					X	X
Agricultura						
Transportes						
Técnico		X		X	X	X
Cultural	X	X	X	X	X	X
Educação	X	X		X	X	
Formação	X	X	X	X	X	X
Ambiental	X	X		X		X
Infra-estruturas	X	X				X
Habituação		X				
Saúde		X				X
Desporto	X	X	X			
Social		X				X
Saneamento Básico	X	X				X
Energia		X				X
Outros (Quais?)						

Fonte: análise feita pela autora, no tratamento dos dados dos Inquéritos.

2.5.2.2. MOTIVAÇÕES SUBJACENTES

Relativamente às motivações que estiveram na base do estabelecimento das relações de cooperação, segundo os dados apurados nos inquéritos e que podem ser observados na **tabela 3**, verificamos que a motivação predominante é a **humanitária**, em que é referida como a primeira motivação das relações de cooperação por três autarquias (50%).

⁶¹ Não consideramos o domínio “Outros”, uma vez que nenhum Município apontou um outro domínio de cooperação. Assim, neste ponto, consideramos que o total de domínios apresentado é de 18.

Em segundo lugar estão as motivações **histórica**, **cultural** e **social**, cada uma delas referida como principal motivação para duas autarquias (33,33%). Dois Municípios referem como principal motivação outras para além das motivações indicadas, a saber: Desporto e Formação (Marco de Canaveses) e Contributo Mútuo para o Desenvolvimento (Faro). A motivação económica não é apontada como a principal motivação para nenhuma das autarquias geminadas com o Príncipe.

Tabela 3: Motivações que estiveram na base das Relações de Cooperação

Motivações	Aveiro	Oeiras	Marco Canaveses	Benavente	Odivelas	Faro
Económica		4	5	2	5	5
Histórica	1	1	3		2	2
Cultural	1	3	4	1	3	
Humanitária	1		1	1	4	4
Social		2	2	1	1	3
Outras (Quais?)			1*			1**
* - Desporto e Formação ** - Contributo Mútuo para o Desenvolvimento		Legenda: Ordem Crescente de importância das motivações que estiveram na base dos acordos de CIM (1 – mais importante e 5 – menos importante).				

Fonte: análise feita pela autora, no tratamento dos dados dos Inquéritos.

2.5.2.3. BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Tal como em questões anteriores, aqui verificamos também respostas contraditórias não só entre os membros do GRP, como também entre os Municípios Portugueses e a RAP.

Assim, relativamente à avaliação dos Municípios Portugueses, podemos observar que Oeiras, Faro, Odivelas e Marco de Canaveses avaliam de forma positiva a cooperação com a RAP. Por sua vez, Aveiro e Benavente avaliam estas acções de cooperação como Razoável. Relativamente à avaliação pela RAP, verificamos que em relação a Aveiro existe alguma dúvida (Aveiro classifica como Razoável, e a RAP como Bom, havendo um membro que dá a classificação Fraco). Em relação a Marco de Canaveses, verificamos uma dualidade oposta de respostas: o Município Português classifica como Bom, e na RAP a classificação dada é fraco/nulo. Já tínhamos antes tido a percepção de que a RAP não vê com bons olhos a cooperação com este Município, afirmando que pouco ou nada foi feito.

Por sua vez, em relação a Benavente, a avaliação dos dois lados é relativamente semelhante. Existe uma excelente avaliação relativamente a Oeiras (de ambas as partes). Em Faro e Odivelas, apesar de as expectativas serem bastante boas de ambas as partes, ainda pouco se pode avaliar dado o carácter recente destas geminações.⁶²

Tabela 4: Graus de Satisfação relativamente às acções de cooperação, na RAP e nos Municípios Portugueses

Comparação: Graus de Satisfação	Municípios Portugueses	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
CM Aveiro	Razoável	Bom	Bom	Fraco
CM Oeiras	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Muito Bom
CM Marco de Canaveses	Bom	Fraco/Nulo	-	Nulo
CM Benavente	Razoável	Razoável	Fraco	Indiferente
CM Odivelas	Muito Bom	Nulo	Bom	Muito Bom
CM Faro	Bom	-	-	-

Fonte: análise feita pela autora, no tratamento dos dados dos Inquéritos.

2.5.2.4. O QUE PODERIA SER FEITO E MELHORADO

Em relação à questão colocada aos agentes inquiridos sobre o que poderia ser feito e melhorado, e quais os aspectos positivos e/ou negativos, foram diversas as respostas. No **Inquérito aos Municípios Portugueses**, a questão referia-se ao que poderia ser melhorado relativamente à cooperação com o Príncipe. Assim, **Aveiro** referiu a questão do financiamento do Estado Central a este tipo de iniciativas do Poder Local, como algo a melhorar. **Oeiras** referiu que têm tido um bom funcionamento e, consequentemente, têm obtido excelentes resultados nas acções de cooperação pois as suas verbas são 100% aplicadas nas acções de cooperação (e os orçamentos não são gastos em custos de pessoal). Por sua vez, **Marco de Canaveses** referiu que deveria haver uma intensificação na transmissão de conhecimentos técnicos aos vários níveis, uma maior interligação entre os munícipes de Marco de Canaveses e os habitantes de STP, a implementação de um programa de cuidados de saúde primários e a

⁶² Em relação a Odivelas, o Presidente do GRP avaliou como nulo, pois ainda nada aconteceu para se poder avaliar. Por sua vez, em relação a Faro não existem respostas do lado da RAP, pois na altura em que o inquérito foi elaborado ainda não tínhamos conhecimento deste acordo de geminação. A Geminação com Odivelas formalizou-se aquando do nosso trabalho de campo no Príncipe, pelo que foi possível incluir a mesma na análise.

realização de intercâmbios ao nível do artesanato e gastronomia, com enfoque na riqueza linguística. **Benavente** refere que estas acções deveriam ter alguma continuidade pragmática. **Odivelas** refere que ainda estão numa fase inicial de Geminação, pelo que ainda é cedo para responder a esta questão. Por último, **Faro** refere que deveriam ser realizadas iniciativas formativas, projectos de incentivo à organização de produtores e comércio de bens e serviços, bem como a concretização do apoio material e institucional com instituições do sector da saúde e empresas privadas.

Nos **inquéritos realizados na RAP**, procurámos investigar o que poderia ser melhorado em cada uma das Geminações. Assim, os inquiridos referiram que o que deveria ser melhorado, relativamente a **Aveiro**, seria o seguimento das acções, um maior relacionamento entre as duas instituições e uma programação de acções futuras. Os contactos deveriam ser mais frequentes, para um melhor cumprimento dos objectivos previstos nos protocolos assinados. Por sua vez, em relação a **Benavente**, deveria haver uma intervenção no domínio das infra-estruturas. Em relação a **Marco de Canaveses**, o GRP respondeu que tudo deveria ser melhorado nesta geminação. Por último, em relação a **Oeiras** apontam que deveria haver uma definição de acções prioritárias e um seguimento e monitorização das acções em curso.

2.5.3. Impactos Locais

Relativamente aos Impactos Locais, sentidos pelos actores de Cooperação no seu Município e na RAP, destacamos os seguintes, os quais constam nos Inquéritos em análise, e são apresentados de seguida.

2.5.3.1. PONTO DE VISTA DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

No Inquérito realizado aos Municípios Portugueses, formulámos duas questões a este respeito: quais os **impactos locais** das acções de cooperação com o Príncipe, na **RAP** e em cada um destes **Municípios**. Cada Município indicou os seguintes **impactos locais na RAP (tabela 5)**, dos quais destacamos a melhoria do saneamento básico e reflexos nos sectores da Educação, Saúde e Formação Profissional (nomeadamente através de estágios).

Tabela 5: Impactos locais na RAP segundo os Municípios Portugueses

MUNICÍPIO	IMPACTOS LOCAIS NA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE
Aveiro	Obras Públicas, Cooperação Descentralizada, Melhoramento do Saneamento Básico, Apoio à Educação e à Formação de Jovens, Saúde, Informática.
Oeiras	Infra-estruturação na Região (electricidade e saneamento básico); melhorias no funcionamento administrativo do GRP; criação de novos espaços, como o Centro Cultural, que funcionará como um centro de internet, mediateca e biblioteca e que poderá ser um importante centro de formação, através de um conjunto de parcerias com o IPAD e ONGDs.
Marco de Canaveses	Fortalecimento dos laços de amizade; melhoramento de aptidões profissionais, na sequência dos estágios culturais concedidos.
Benavente	Não respondeu a esta questão.
Odivelas	Efeito gerador de entusiasmo e a boa hospitalidade. Ganhos visíveis: o interesse e o esforço das pessoas em querer uma comunidade com mais e melhores condições. Desde o reconhecimento e efectivação de troços viários ao reconhecimento de que a Educação é um pilar importante para o Desenvolvimento individual e colectivo dos habitantes do Príncipe.
Faro	Esperam poder contribuir para o reforço das condições de vida, trabalho e emprego.

Fonte: Inquérito realizado pela autora.

Por sua vez, apontaram os seguintes **impactos locais no seu próprio Município**, (tabela 6), dos quais destacamos uma sensibilização e envolvimento da Sociedade Civil e uma aproximação cultural e social em relação à população do Príncipe.

Tabela 6: Impactos locais nos Municípios Portugueses, segundo os Municípios Portugueses

Município	Impactos Locais nos Municípios Portugueses
Aveiro	Sensibilização da Sociedade Civil para as problemáticas da Educação para o Desenvolvimento e da Cooperação Descentralizada.
Oeiras	Uma das motivações para o estabelecimento desta Geminação está relacionada com a presença de nacionais do Príncipe, que estão residentes no Concelho de Oeiras. Assim, um dos Impactos Locais em Oeiras é a melhoria da qualidade de vida destes cidadãos residentes neste Município.
Marco de Canaveses	Melhor conhecimento das reais dificuldades sentidas ao nível social, cultural e do planeamento urbano, entre outros, no Príncipe.
Benavente	O facto de várias pessoas do Príncipe efectuarem Estágios na CM tem proporcionado uma ligação interessante com a população deste Município. Realizou-se no início do ano uma recolha de materiais e roupas junto dos estabelecimentos de ensino do Município, o que permitiu uma elevada participação de alunos e familiares. Esta acção representou uma mais-valia humana, para além dos bens materiais, e insere-se num contexto de sensibilização sustentável para com este processo de geminação.
Odivelas	Uma vez que Odivelas é um jovem município e só este ano iniciou a cooperação, ainda não foi possível avaliar com rigor esses reflexos.
Faro	Concretização de projectos de investigação e de apoio ao desenvolvimento por parte do Município, da Universidade do Algarve e de Empresas.

Fonte: Inquéritos realizados pela autora.

2.5.3.2. PONTO DE VISTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE

Relativamente aos **impactos locais na RAP**, os membros do GRP indicam que, em virtude da cooperação de **Aveiro**, se verificaram os seguintes impactos: qualificação de Quadros da Administração Pública, formação de Técnicos de Saúde no Hospital de Aveiro, apoio na construção do Mercado e reforço das capacidades. Por sua vez, o impacto considerado das acções de cooperação de **Benavente** foi um aumento do número de formados no Príncipe. Em relação a **Oeiras**, verificou-se uma elevação da qualificação do ensino e seus agentes, iluminação pública, extensão energética e melhorias ao nível do Saneamento Básico. Por último, em relação a **Marco de Canaveses** foi-nos referido que não existem impactos locais desta geminação.

2.5.4. Envolvimento da Sociedade Civil

Ao analisar a informação recolhida e os dados apurados nos dois modelos de Inquéritos realizados (Portugal e Príncipe) verificámos que em Portugal, associados aos Municípios Portugueses geminados com a RAP, existem alguns actores de cooperação envolvidos com a CIM dos Municípios em questão. Alguns destes actores (Paróquias, Centros Sociais, Escolas, Associações, ONGDs e Empresas) assinaram um Protocolo de Cooperação/Colaboração e têm um papel fundamental no desenvolvimento destes projectos, grande parte através de acções de voluntariado⁶³. Na **tabela 7** podemos analisar a envolvimento da Sociedade Civil Portuguesa com a RAP, através da CIM.

Tabela 7: Envolvimento da Sociedade Civil, nos Municípios geminados com o Príncipe

MUNICÍPIOS PORTUGUESES	ACTORES DA SOCIEDADE CIVIL EM PORTUGAL
CM Aveiro	ANAIP - Associação Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe; SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento
CM Oeiras	Não se relacionam com a Sociedade Civil, a não ser que exista uma iniciativa do Governo Regional do Príncipe neste sentido. Assim, a pedido do GRP, Oeiras acolhe e apoia estes projectos da Sociedade Civil. Mas a iniciativa parte sempre da RAP. Existem algumas Associações que obtêm apoio da CM de Oeiras para desenvolver projectos nos países com os quais Oeiras tem uma relação de cooperação, sempre com a recomendação desses países.
CM Marco de Canaveses	Não existem parcerias com a Sociedade Civil.
CM Benavente	Não existem parcerias com a Sociedade Civil
CM Odivelas	Escolas (Associação de Jardins-Escola João de Deus, Escola Profissional Gustave Eiffel, Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, Escola Profissional Agrícola D. Dinis); Empresa Obriverca – Construções e Projectos SA, com a cedência de um Parque Infantil; Municipália – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas EM, Empresa Municipal no âmbito da Cultura; Paróquia da Ramada; Centro Comunitário e Paroquial da Ramada e Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento – Ligar à Vida; Movimento Missionário da Ramada.
CM Faro	Está assegurado o contributo solidário de uma instituição farenses de solidariedade social.

Fonte: dados apurados pela autora.

⁶³ Como é o caso da Paróquia da Ramada, que mantém um projecto pastoral e social, o Projecto Pagué, no Príncipe desde 2001, o qual tem sobrevivido através de acções de voluntariado. Destaco o Movimento Missionário da Ramada, e a Associação MOVER MUNDOS, dos quais faço parte, que são a expressão deste dinamismo de voluntariado missionário e social. Encontram-se mais informações sobre estes Projectos nos **Anexos 19 e 20**.

Por sua vez, no Príncipe existem projectos implementados por actores da Sociedade Civil, quer portugueses quer naturais da RAP. Alguns destes actores portugueses estão interligados com os Municípios Portugueses geminados com o Príncipe, como foi referido. Destacamos o importante papel da **Missão Católica** (da qual temos conhecimento directo), bem como de outras religiões existentes da RAP. Mais do que a questão do culto e da cultura que não têm lugar na presente dissertação, é importante ter em conta que, no caso da Missão Católica, esta tem contribuído para inúmeras infra-estruturas sociais, bem como para a formação profissional e educação, não só com as Irmãs e os Irmãos Missionários actualmente no Príncipe, como também outros missionários da Ramada e da missão italiana, que colaboram no terreno e dão formação e apoio técnico, pastoral, social e médico. Podemos observar, na **tabela 8**, alguns actores da Sociedade Civil envolvidos na CIM com a RAP e com os Municípios Portugueses.

Tabela 8: Envolvimento da Sociedade Civil, Portuguesa e natural da RAP, no Príncipe

REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE	LIGAÇÃO COM PORTUGAL	DESCRIÇÃO
Instituto Marquês de Valle Flôr	ONGD	Existe um protocolo de cooperação, e visa responder às necessidades do sector da saúde. Neste sentido, houve uma reabilitação e apetrechamento do Hospital Regional. Implementou o Projecto Saúde para Todos, para este efeito.
Paróquia da Ramada	Geminação com a Paróquia de Santo António, Ligação à CM de Odivelas	Existe um protocolo de cooperação para a área pré-escolar, formação de quadros no Príncipe e construção de infra-estruturas ligadas à área social. Construção de uma casa para Idosos (Casa de Betânia), Centro de Fisioterapia, duas Creches (Aeroporto e Nova Estrela) e uma Ludoteca na Cidade. Acção Missionária, Social e Académica do Movimento Missionário da Ramada e da Associação MOVER MUNDOS .
SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	CM AVEIRO	
ANAIP - Associação Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe	CM AVEIRO	
Município, SA	CONCELHO DE OEIRAS	Protocolo de Cooperação entre a Município, SA e o Governo Regional, para a criação de um Centro de Produção de Cartografia e Formação na Ilha do Príncipe, que data de 28/05/2008, e que tem como domínios: a formação de recursos humanos, o ordenamento do território e o ambiente.
Missão Católica	PRÍNCIPE	Irmãs Servas da Sagrada Família e Irmãos Eudistas
URB-África	UCCLA	É uma ONGD da UCCLA que tem vindo a trabalhar no Príncipe, em parceria com o Governo Regional e a AMP (Associação de Mulheres do Príncipe).
Associação Proatlântico	CONCELHO DE OEIRAS	
AMP – Associação de Mulheres do Príncipe	PRÍNCIPE	
Escuteiros do Príncipe	PRÍNCIPE	

Fonte: dados apurados pela autora⁶⁴

2.5.5. Síntese da Informação Recolhida nas Questões Abertas

2.5.5.1. PRINCIPAIS FACTORES QUE DIFICULTAM OU QUE PODEM ESTIMULAR A COOPERAÇÃO AUTÁRQUICA

Destacamos, das respostas aos inquéritos, como **factores que dificultam a cooperação autárquica**: a falta de meios financeiros (como factor mais referido), técnicos,

⁶⁴ Em FEC (2009:21-22) pode ler-se um texto que fala na Geminação da Paróquia da Ramada com a Paróquia da Cidade de Santo António, do Príncipe.

humanos e materiais; falta de concertação política; falta de coordenação entre as diversas instituições (apontado por Odivelas); fraca capacidade de concretização e operacionalização dos projectos; falta de meios de transportes e de comunicações (GRP) e falta de reciprocidade de acções.

Por sua vez, apenas Odivelas refere o empenho e determinação de cada parte em fazer mais e melhor, como um **factor que pode estimular a cooperação autárquica**.

2.5.5.2. ACÇÕES DE COOPERAÇÃO A NÍVEL MULTILATERAL OU EM REDE

Dos Municípios Portugueses inquiridos, e também em relação ao GRP, verificámos que **Aveiro** participa no **Projecto Enlaces**⁶⁵, que visa um envolvimento multilateral de vários agentes. **Oeiras** refere a criação, em Julho de 2009, da Agência AITEC Oeiras - África para a promoção do desenvolvimento, que é uma instituição do tecido empresarial do concelho e de cooperação na identificação de *clusters* de desenvolvimento dos Municípios com os quais se relacionam, a fim de que possam promover através desta Rede as suas relações internacionais. Por sua vez, **Faro** indicou que está envolvido em várias redes de cooperação europeias e, também, a nível mundial. A **RAP** desenvolve acções multilaterais a nível do PNUD e da UNICEF. A cidade de Santo António do Príncipe é membro da UCCLA (Projecto Agir para Prevenir, de saneamento do meio). **Odivelas**, **Marco de Canaveses**⁶⁶ e **Benavente**⁶⁷ não apresentam acções de cooperação multilaterais.

⁶⁵ O Projecto Enlaces é um Projecto de Cooperação Descentralizada e de Educação para o Desenvolvimento promovido pela FEC (Fundação Evangelização e Culturas) e pelo IPAD, e que interliga algumas organizações da Sociedade Civil e alguns Municípios, como é o caso de Aveiro, numa perspectiva de rede de actores locais. “A sua proposta de trabalho é baseada na realização de um percurso de formação, após o qual cada equipa multi-sectorial numa perspectiva de trabalho em rede e através de recursos e estratégias locais, define um plano de acção e realiza acções de ED no seu concelho, procurando uma articulação entre estas acções e a cooperação intermunicipal.” FEC (2009:7).

⁶⁶ Para além da geminação deste Município com a RAP, estão geminados com a cidade de Saint Georges les Baillargeaux, em Poitiers, França, desde 22 de Maio de 1994.

⁶⁷ Actualmente não estão a desenvolver acções multilaterais mas, quando é necessário e devidamente fundamentado, a Autarquia através da ANMP participará e desenvolverá acções multilaterais.

2.5.5.3. PRINCIPAIS NECESSIDADES DO PRÍNCIPE, TENDO EM CONTA OS ODM

As principais necessidades do Príncipe, tendo em conta o alcance dos ODM, apontados pelos agentes inquiridos, são as seguintes:

- Criação de infra-estruturas (e saneamento) básicas e de planeamento urbano;
- Construção de uma rede viária e de transportes adequada na Ilha, e também do Príncipe para São Tomé;
- Conseguir uma produção de energia autónoma;
- Reforço da participação da opinião pública nas políticas locais;
- Apostar na formação profissional e formação de quadros qualificados;
- Modernizar os meios de comunicação, meios informáticos e o acesso à internet em toda a Ilha, para evitar a infoexclusão;
- Implementação de uma rede escolar e de cuidados de saúde primários;
- Desenvolvimento de estruturas sociais;
- Falta de um porto de pesca/comercial;
- Aposta na Educação primária e infantil e na Formação Profissional;
- Ausência de equipamentos de apoio ao turismo, comércio de pescado e serviços, bem como iniciativas de sensibilização à protecção ambiental;
- **GRP:** Promover o acesso a água potável e a energia a toda a população; melhorar as habitações da população; dar formação à população a todos os níveis; falta de investimentos na Região; saneamento do meio; falta de outros domínios de cooperação: Indústria e Habitação.

2.6. OPERACIONALIZAR A COOPERAÇÃO EM REDE

2.6.1. Opinião sobre o Trabalho em Rede de todos os Municípios e Instituições geminadas com a RAP

Sobre esta questão, encontramos pontos comuns no sentido em que um trabalho de Cooperação em Rede que interligasse todos os agentes que estão geminados com a RAP seria favorável, sendo que esta perspectiva é aceite e vista com bons olhos. Assim, neste sentido, **Aveiro** salienta que o trabalho em Rede é fundamental para se conseguir um maior apoio ao Príncipe, pois se estiverem várias cidades envolvidas no processo, os esforços concentram-se e não se duplicam acções. **Oeiras** refere que deveria ser a Secretaria de Estado para a Cooperação a coordenar as acções a nível central, pois existe uma falta de diálogo entre o IPAD, o Governo e as autarquias locais. Para **Marco de Canaveses**, consideram-se sempre positivas as sinergias decorrentes da agregação de esforços entre os diversos municípios intervenientes, constituindo uma mais-valia na construção de uma cooperação sólida e eficaz. **Benavente** refere que foi excelente o protocolo com o Instituto da Cooperação Portuguesa (actual IPAD) e as várias Autarquias. Por sua vez, **Odivelas** afirma que no caso de Oeiras a intervenção é excelente.

Da parte da **RAP** também existe a visão de que poderá ser mais benéfico o trabalho em Rede, de forma a não haver duplicidade de acções. É muito importante para se criar uma Equipa de Seguimento e de Avaliação de todas as acções. Referem ainda que é um projecto que estão a tentar implementar, com o apoio do IPAD e do PNUD⁶⁸.

No entanto, **Faro** apresenta alguns **pontos negativos/preocupações** desta perspectiva. Afirma que terá muitas dificuldades em se concretizar, face à dispersão de interesses, localização física desses mesmos “actores”, diferença de interesses, prioridades, recursos e

⁶⁸ Consultar o tópico sobre o PDR (este plano poderá ser uma forma integrada de desenvolver projectos na RAP).

ritmos de trabalho. Deverá ser o GRP a gerir de forma muito bem planeada e articulada os diversos níveis de competências, disponibilidades e recursos colocados à sua disposição.

2.6.2. Vantagens e Inconvenientes num cenário em que a coordenação da Rede fosse feita a partir da RAP?

Esta questão foi feita apenas aos Municípios Portugueses. De forma sucinta, as **vantagens** apresentadas pelos Municípios Portugueses, num cenário em que a coordenação da Rede de Cooperação fosse feita a partir da RAP, são as seguintes:

- O Situação muito vantajosa, que depende das condições logísticas e materiais (Aveiro);
- O Possibilidade de identificar, objectivamente, as principais necessidades da população (Marco de Canaveses);
- O As vantagens dependem do pragmatismo e da tipologia de acções (Benavente);
- O Na lógica da subsidiariedade, a intervenção é desenhada a nível endógeno, significa uma actuação o mais próximo possível das pessoas (Odivelas);
- O Enfoque nos seus objectivos próprios, interesses e aptidões; aprendizagem; responsabilização interna para com os resultados a alcançar e maior profissionalismo (Faro).

Por sua vez, são apresentados os seguintes **inconvenientes**:

- O Ausência de um órgão nacional capaz de coordenar eficazmente toda a informação, e garantir ainda o correcto encaminhamento de esforços (Marco de Canaveses);
- O Possibilidade de poder perder leituras externas que podem enriquecer o projecto, com a abertura de novos horizontes (Odivelas);
- O É impraticável devido à falta de experiência e de sensibilidade do GRP (Oeiras);

- o Falta de experiência; menor capacidade de coordenação de recursos externos; formação; distância aos parceiros; compromisso com o território (estar demasiado próximo não permite a necessária capacidade de afastamento, realismo, objectividade e frieza que certas decisões de hoje exigem, em benefício dos objectivos de médio e longo prazo) (Faro).

2.7. SÍNTESE: EFICIÊNCIA DAS GEMINAÇÕES NO CUMPRIMENTO DE PROMESSAS E OBJECTIVOS

Verificámos, da análise decorrente, que a **forma de cooperação intermunicipal** mais comum com a RAP é a **geminação bilateral**, sendo que existem também alguns **Protocolos de Cooperação**. Relativamente aos **domínios de cooperação** com a RAP, verificámos que os domínios **cultural** e de **formação** são os mais frequentes. Seguem-se os domínios: **técnico**, **educação** e **ambiental**. Por sua vez, em relação às **motivações** que estiveram na base do estabelecimento das relações de cooperação, verificamos que a motivação predominante é a **humanitária** e, em segundo lugar estão as motivações: **histórica**, **cultural** e **social**.

Em relação ao **balanço dos resultados obtidos**, verificamos algumas respostas contraditórias não só entre os membros do GRP, como também entre os Municípios Portugueses e a RAP. A melhor avaliação foi atribuída a Oeiras e a classificação mais baixa a Marco de Canaveses e Benavente.

Quanto aos **impactos locais na RAP** apontados pelos Municípios Portugueses, destacamos a melhoria do saneamento básico e reflexos nos sectores da Educação, Saúde e Formação Profissional (nomeadamente através de estágios). Por sua vez, em relação aos **impactos locais no seu próprio Município** destacamos uma sensibilização e envolvimento da Sociedade Civil e uma aproximação cultural e social em relação à população do Príncipe. O que foi referido pelo GRP vai de encontro às respostas dos Municípios Portugueses.

Verificámos que em Portugal e no Príncipe, existem alguns actores da **Sociedade Civil** (alguns associados aos Municípios Portugueses geminados com a RAP), envolvidos na CIM Portugal - Príncipe. Relativamente ao desenvolvimento de **acções multilaterais**, Aveiro, Oeiras, Faro e a RAP têm alguma experiência neste sentido. O factor mais referido como **factor que dificulta a cooperação autárquica** é a falta de meios financeiros.

Posto isto, ao fazer uma possível análise sobre a **eficiência das geminações no cumprimento de objectivos e promessas** tem que se ter presente, antes de mais, que se tratam de acordos **bilaterais**, em que há duas partes. Portanto, ao analisar esta eficiência devemos ter em conta ambas as partes: Município Português e Príncipe.

Em relação ao **cumprimento de promessas**, pelo que nos foi referido, as geminações de Marco de Canaveses e de Benavente ficaram muito aquém das expectativas do Príncipe. Em relação a Oeiras a intervenção é excelente. Oeiras tem vindo a ser elogiada não só pela RAP, como também por alguns Municípios Portugueses, como por exemplo Odivelas. Relativamente a Faro e a Odivelas, apesar de estarem na fase inicial de geminação existem grandes expectativas de ambas as partes. Estas expectativas são maiores em Odivelas, visto já terem algum contacto de trabalho social no Príncipe, através da Paróquia da Ramada. No inquérito, conseguimos notar uma expectativa moderada do lado de Faro pois apresentaram uma boa noção da realidade neste tipo de acordos. Em relação a Aveiro, o balanço é positivo de ambas as partes.

Em relação ao **cumprimento de objectivos**, e de acordo com o que foi analisado, e que é do senso comum, não basta atribuir bolsas e estágios em Portugal para os alunos do Príncipe: o mais provável é que eles não regressem ao seu país de origem, pois apercebem-se das condições que Portugal tem e que lá são ainda uma miragem. Também não basta enviar medicamentos, material escolar, roupa e bens alimentares – “em vez de dar peixes, temos é que ensinar a pescar!”. Se o grande objectivo dos Municípios Portugueses e do Príncipe nestas

geminções é contribuir para o desenvolvimento do Príncipe, através de acções de Cooperação Descentralizada e Intermunicipal, então não é só com pequenas acções de curto prazo que se poderão atingir objectivos de médio e de longo prazo, tendo em conta os ODM. Já passaram 21 anos desde que o primeiro acordo de geminação foi assinado com a RAP, e ao observar as actuais necessidades que o Príncipe apresenta neste momento, pouco ou nada mudou, face a 21 anos atrás... Concluimos, pois, que é necessário fazer algo diferente para que estas cooperações se tornem mais eficientes, e para que os actores envolvidos não façam as mesmas acções de cooperação, não dupliquem os seus esforços, e se unam cada vez mais, por um desenvolvimento sustentável para o Príncipe.

Por último, sobre a questão de um trabalho de **Cooperação em Rede**, encontramos opiniões comuns dos vários actores. A perspectiva de um trabalho de Cooperação em Rede, que interligasse todos os agentes geminados com a RAP, é aceite pelos Municípios Portugueses e pelo Príncipe. O trabalho em Rede é fundamental para se conseguir um maior apoio ao desenvolvimento do Príncipe, pois se estiverem várias cidades e outros actores de cooperação envolvidos no processo, os esforços concentram-se e não se duplicam acções. É muito importante a criação de uma Equipa de Seguimento e de Avaliação de todas as acções, de forma a potenciar o trabalho em Rede.

2.8. REDE DE COOPERAÇÃO: PROJECTO DE TRABALHO INTEGRADO DE TODOS OS AGENTES DE COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA QUE DESENVOLVEM ACÇÕES DE COOPERAÇÃO COM O PRÍNCIPE

A principal hipótese de trabalho desta dissertação assenta no facto de que a actual situação da CD Portugal – Príncipe não é sustentável, na medida em que parece que nem todos os projectos realizados se tornam eficientes e ficam aquém do cumprimento dos ODM, significando isto que a CD neste âmbito poderia ter melhores efeitos no desenvolvimento das

comunidades locais no Príncipe, bem como o envolvimento da Sociedade Civil, em laços mais estreitos entre as regiões.

As Redes de Cooperação permitem potenciar a utilização dos recursos e ampliar os resultados esperados dos projectos de cooperação, pois as relações sociais que se estabelecem são feitas geralmente de forma **descentralizada**, onde predominam a **colaboração** e a **cooperação**. Seguem-se alguns pontos de reflexão sobre os benefícios que esta Rede traria ao Príncipe, bem como algumas sugestões práticas de funcionamento da mesma.

2.8.1. Benefícios da Rede de Cooperação Portugal - Príncipe

A multiplicidade de esforços que muitas vezes existe num mesmo espaço torna os projectos de cooperação muitas vezes ineficientes e insustentáveis, pela ausência de meios financeiros, técnicos e humanos. A situação no Príncipe não é diferente. Analisando o número de Municípios Portugueses geminados com o GRP - com a AR existe mais um – que são seis e, atendendo ao facto de que a Ilha tem cerca de 6000 habitantes, cada Município só teria que se “preocupar” com cerca de 1000 habitantes, se houvesse um trabalho concertado em **Rede** que permitisse a **coordenação** entre todos os agentes envolvidos.

Assim, os projectos apresentados seriam mais **eficientes** se os actores criassem esta **Rede de Cooperação** onde estariam **integrados** de forma a realizar um **trabalho conjunto** neste sentido, a fim de que os **resultados esperados** tivessem maiores proporções, não esquecendo que quantidade nem sempre é sinónimo de qualidade. Como o CIDAC (1999:28) chama a atenção há dez anos atrás, “a falta de coordenação das actividades entre municípios e entre estes e as outras instituições que fazem cooperação é uma das grandes limitações ao potenciar dos recursos, das capacidades e das competências.”

No Príncipe, e de acordo com a análise efectuada e a nossa percepção, o que parece é que muito do que já foi feito, ou ainda não foi suficiente para promover o desenvolvimento

local, ou o que já se fez e se perspectiva fazer pode não ter resultados esperados e eficientes, se não houver um esforço coordenado e integrado entre todos os agentes envolvidos. Uma possível situação ideal seria formar esta rede multilateral de cooperação Portugal - Príncipe, de forma a envolver todos os agentes (Municípios, Associações, ONGDs, Paróquias e a Sociedade Civil em geral), pois “o trabalho em rede, a CD e a criação de sinergias entre os parceiros são catalisadores para uso de recursos e estratégias mútuos.”⁶⁹

É importante salientar que a **Conferência Intermunicipal para o Desenvolvimento da Ilha do Príncipe**, realizada em 2007 por iniciativa da CM de Aveiro e da ANAIP, onde os Municípios geminados com o Príncipe e o Governo Regional estiveram presentes, e onde foram traçadas pistas estratégicas bem como foi apresentado o PDR para o Príncipe, são já alguns passos na perspectiva da criação efectiva desta **Rede de Cooperação**.⁷⁰ No entanto, estas iniciativas deveriam existir de forma mais regular e aprofundada e com um ritmo de trabalho e competências bem definidos.

Os **benefícios desta Rede de Cooperação** seriam, então, os seguintes:

- o Coordenação das acções de cooperação;
- o Não duplicidade de acções;
- o Racionalização na canalização de meios financeiros, técnicos, humanos e materiais;
- o Aumento da eficiência na realização de projectos comuns;
- o Ampliação dos resultados esperados e concretização dos mesmos de forma mais eficiente e eficaz;

⁶⁹ FEC (2009:33).

⁷⁰ Destacamos, também, o Protocolo de Colaboração entre o ICP (actual IPAD), as CM de Aveiro, Oeiras, Marco de Canaveses e Benavente e a Região Autónoma do Príncipe, que foi celebrado ao abrigo do Protocolo de Cooperação entre o MNE e a ANMP, em 12/04/1999. Este protocolo pretendia estabelecer áreas e formas de actuação conjunta entre estes parceiros, tendo em conta um conjunto de acções que visavam a salvaguarda e recuperação do Património Histórico e Cultural do Príncipe. Este protocolo foi-nos cedido pela CM de Oeiras. Poderia ser um vector-chave e um exemplo a seguir na nossa Rede de Cooperação.

- o O trabalho conjunto e integrado possibilita uma visão global mais abrangente, tendo em conta as diferentes experiências dos actores, num sentido de busca de mais e melhores soluções para o actual problema de desenvolvimento do Príncipe;
- o Troca de experiências e aprendizagem não só do Príncipe com os actores de cooperação, como entre os vários actores;
- o Maior envolvimento de todos os actores de cooperação através de parcerias, não só no sentido Portugal – Príncipe, como também entre os Municípios, Empresas, Associações, ONGDs, Paróquias e Escolas envolvidos na CIM com o Príncipe.

2.8.2. Modo de funcionamento

Recordando a primeira parte desta dissertação, quando referimos que o significado da Rede “ (...) quando se trata do domínio da intervenção social em rede, é o de reunir organizações e pessoas à volta de um projecto comum. A acção em rede desencoraja a competição e a sectorialização e convida à cooperação, à inter-institucionalidade e à multidisciplinaridade”⁷¹ e, por outro lado, “as redes são estruturas abertas, capazes de se expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar dentro da rede, nomeadamente, desde que partilhem os mesmos códigos de comunicação”⁷², então esta proposta de Rede pretende integrar todos os actores envolvidos na CIM, ou seja, que partilhem os mesmos códigos de comunicação. A Rede é uma estrutura aberta, pelo que os actores de cooperação que estão ligados na Rede podem sair ou entrar (no caso de novos actores) a qualquer momento.

No decorrer da nossa análise, os **actores** que iriam fazer parte desta Rede de Cooperação seriam os seguintes, de acordo com a situação actual:

➤ Região Autónoma do Príncipe

⁷¹ Madeira (2001).

⁷² Castells (2000:607).

- o Governo Regional do Príncipe;
- o Assembleia Regional do Príncipe.

➤ **Municípios Portugueses/Assembleia Regional**

- o Município de Aveiro;
- o Município de Oeiras;
- o Município de Benavente;
- o Município de Marco de Canaveses;
- o Município de Odivelas;
- o Município de Faro;
- o Assembleia Regional dos Açores.

➤ **Sociedade Civil Portuguesa**

- o ANAIP - Associação Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe;
- o SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento;
- o Escolas (Associação de Jardins-Escola João de Deus, Escola Profissional Gustave Eiffel, Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, Escola Profissional Agrícola D. Dinis);
- o Empresa Obriverca – Construções e Projectos SA, com a cedência de um Parque Infantil;
- o Municipália – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas EM, Empresa Municipal no âmbito da Cultura;
- o Paróquia da Ramada; Centro Comunitário e Paroquial da Ramada e Associação de Gestão Humanitária para o Desenvolvimento – Ligar à Vida; Movimento Missionário da Ramada/ MOVER MUNDOS – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento e Paróquia de Algés;

- o Instituição de Solidariedade Social de Faro;
- o IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr;
- o Municípiã, SA;
- o Associação Proatlântico;
- o URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano;
- o AMI – Assistência Médica Internacional.

➤ **Sociedade Civil do Príncipe**

- o Missão Católica;
- o AMP – Associação de Mulheres do Príncipe;
- o Escuteiros do Príncipe.

➤ **Organismos de Apoio**

- o ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- o UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas;
- o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
- o IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

De forma a fazer face a algumas dificuldades práticas, deverá ser o **GRP** a gerir de forma muito bem planeada e articulada os diversos níveis de competências, disponibilidades e recursos colocados à sua disposição. Assim, a Rede de Cooperação funcionaria através de uma **Equipa de Cooperação** que faça a gestão dos projectos, sirva de mediadora entre todos os agentes, siga de perto as acções de cooperação e realize, de forma regular, uma avaliação e monitorização das mesmas. Esta Equipa de Cooperação seria constituída por um membro representante do seu actor de cooperação, e seria coordenada a partir do GRP, tal como foi já explicitado nas intenções do PDR 2009/2012.

As **áreas de intervenção** de cada actor, bem como os **projectos a realizar** seriam discutidos em conjunto e em articulação com o GRP. Estes projectos e áreas de intervenção

teriam como base a lista de **necessidades da RAP**, bem como as prioridades do GRP para a RAP, tendo em conta os ODM e o desenvolvimento sustentável do Príncipe. O **PDR** serviria de base de trabalho, uma vez que os seus princípios são baseados exactamente nesta perspectiva de trabalho integrado. Por sua vez, os **actores de cooperação estariam organizados da seguinte forma** e teriam as seguintes **atribuições**:

- O GRP teria a função de coordenar a Equipa de Coordenação (EC);
- Municípios Portugueses: actores principais da Rede, e que trabalham de forma coordenada (em parceria e horizontalmente, não numa relação de subordinação) com os actores da Sociedade Civil do seu Concelho;
- Sociedade Civil do Príncipe e Portuguesa (não abrangida por nenhum Município), poderiam fazer propostas de projectos, e fazer-se representar na Rede;
- Organismos de Apoio e Assembleia Regional – podem colaborar e participar na Rede, e têm um papel complementar dos restantes actores.

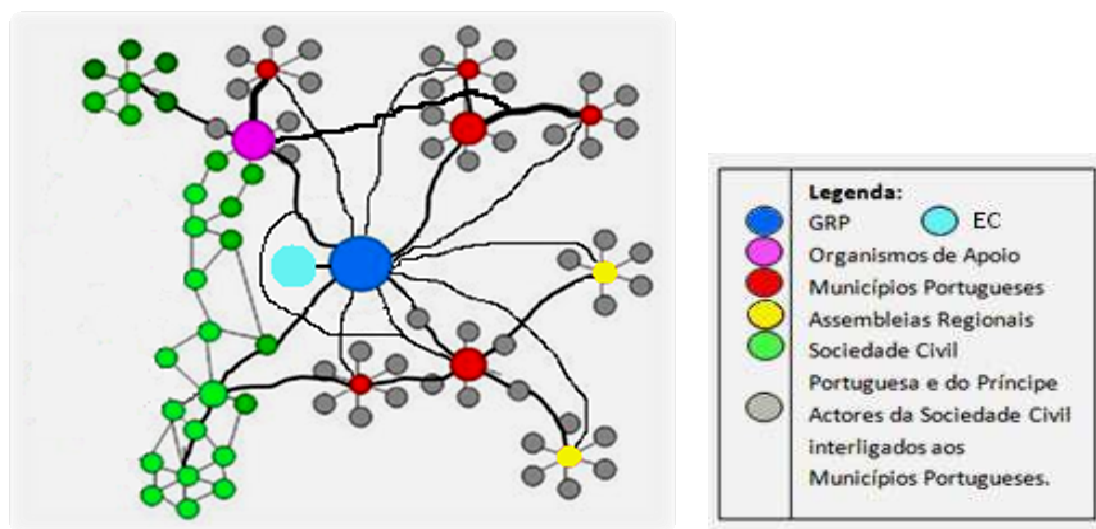
Nas figuras abaixo (**Figuras 3 e 4**) podemos analisar, de forma sintética, como seria a forma de funcionamento desta **Equipa de Cooperação (EC)** e da **Rede de Cooperação**. Realçamos, na Rede de Cooperação, a possibilidade de existência de múltiplos canais de cooperação horizontal entre todos os actores de cooperação envolvidos, e as relações complexas que entre os mesmos se podem estabelecer, em todos os sentidos da Rede. Daí ser vantajoso e inovador o trabalho em Rede, pois a Rede não limita as acções dos seus intervenientes, é flexível e permite estabelecer relações dinâmicas e ilimitadas entre todos os agentes.

Figura 3: Equipa de Cooperação Portugal – Príncipe – sugestão



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 4: Rede de Cooperação Portugal – Príncipe – sugestão



Fonte: elaborado pela autora e adaptado de:

http://auqustodefranco.locaweb.com.br/cartas_comments.php?id=333_0_2_0_C.

De acordo com a análise realizada nos inquéritos elaborados nesta dissertação, chamamos a atenção para o facto de que a coordenação do trabalho em Rede ser realizada a partir do Príncipe poderá trazer **vantagens e inconvenientes**. Os actores que responderam ao nosso inquérito apontam as seguintes **vantagens**: enfoque da RAP nos objectivos próprios, interesses e aptidões; aprendizagem; responsabilização interna para com os resultados a alcançar; e maior profissionalismo. Por sua vez, destacamos alguns **inconvenientes**: falta de experiência; menor capacidade de coordenação de recursos externos; formação; distância aos parceiros; compromisso com o território.

2.8.3. Cenário Actual versus Cenário com Rede de Cooperação

Num **cenário com Rede de Cooperação**, haveria uma maior coordenação de todos os actores no desenrolar dos projectos de cooperação e na definição de prioridades estratégicas, tendo em conta as necessidades que o Príncipe apresenta. Haveria, também, um maior rigor no cumprimento de promessas de ambas as partes, bem como uma definição clara de objectivos de médio e longo prazo a cumprir. Por sua vez, os recursos canalizados seriam maiores e não haveria um desperdício dos mesmos, visto que todas as acções seriam planeadas e concretizadas de forma concertada e coordenada. Assim, aumentamos os recursos e a eficiência dos projectos a concretizar. Conseguimos, também, um maior envolvimento da Sociedade Civil e uma integração na rede de outros agentes de CD, os quais actualmente podem já ter ideias originais de projectos de desenvolvimento para o Príncipe, mas não têm meios financeiros para os concretizar. A Rede teria que funcionar numa lógica de integração e parceria, de abertura a novos actores de cooperação, sendo que o objectivo maior é o apoio ao desenvolvimento do Príncipe e a troca de experiências em todos os sentidos e nós da Rede.

No entanto, poderão surgir alguns **pontos negativos e dificuldades** na concretização desta perspectiva de trabalho reticular: dispersão de interesses dos vários actores; localização física desses mesmos actores; diferença de interesses, prioridades, recursos e ritmos de trabalho e, sobretudo, calendários e objectivos políticos internos e específicos a cada Município Português que, procurando protagonismo, os fazem ter um comportamento de “*free rider*”.

Face ao **cenário actual**, em que existem inúmeros actores que cooperam com o Príncipe, em que alguns projectos são duplicados e outros não resultam e acabam por fracassar, em que o próprio GRP tenta captar cada vez mais actores com quem firmar um acordo de geminação procurando receber mais e melhor, o trabalho em Rede poderia ser uma perspectiva inovadora e eficaz de encarar e perspectivar a CIM dirigida ao Príncipe. Como Costa e Ferreira (2003:33) destacam, “um dos grandes desafios que se tem vindo a colocar é o de saber como passar dos acordos de primeira geração, centrados nas vertentes cultural e de educação, para as geminações de segunda geração, cujo acento tónico aponta para os domínios económico e social.” Estes desafios poderiam ser suplantados com esta Rede Intermunicipal, pois “tudo indica que a cooperação pode sair ainda mais reforçada e os seus efeitos potenciados, quando a acção se desenvolve multilateralmente.”⁷³

Em síntese, a análise empírica sugere que uma Rede Intermunicipal traria benefícios para o Príncipe. No entanto, não podemos com todo o rigor afirmar se a mesma teria viabilidade ou não, pois é necessário dar os primeiros passos no sentido da concretização da mesma. E é nesses primeiros passos que se começa a desenhar a Rede na prática e se pode inferir se os resultados concretos são ou não os esperados inicialmente.

⁷³ Costa e Ferreira (2003:33).

CONCLUSÃO

Num contexto de **Globalização**, tendo em conta a complexidade dos relacionamentos que se podem observar em todos os sentidos da Sociedade em Rede, verifica-se que por vezes podem haver actores, organizações, países, ou regiões que são excluídos da Sociedade em Rede. Isto acontece porque nem todos os actores partilham os mesmos códigos de comunicação desta Rede, ou porque alguns actores não têm recursos suficientes para fazerem parte da mesma, pelo que ficam excluídos de todo este processo. Assim, na Sociedade em Rede nem tudo é perfeito e existe, por vezes, uma **assimetria de poder**, não só entre organizações, estados e regiões, como também dentro de um mesmo país relativamente aos vários níveis de poder – Governo Central, Autarquias Locais, Associações, etc.

A tendência actual na **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento** aponta para uma **Cooperação em Rede**, resultante da nova dimensão intercontinental dos relacionamentos entre os vários actores. Esta tendência aponta, também, para o aparecimento de novos actores com poder de intervenção a nível local, tendo em conta os princípios da subsidiariedade e da solidariedade. Neste contexto, os **Municípios** têm um papel fundamental nestes relacionamentos em articulação com a Sociedade Civil, pois têm atribuições no âmbito da cooperação externa.

Surge, assim, a necessidade de reforçar o *empowerment* a nível local. Neste sentido, surgiram formas inovadoras de conceber e de por em prática a **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)**, como a **Cooperação Descentralizada (CD)** que ultrapassa as formas clássicas de **CID** e que envolve novos actores no processo de desenvolvimento. A **Cooperação Intermunicipal (CIM)** é uma forma de **CD** que tem como principais intervenientes os **Municípios**.

Num contexto de **Rede**, quer se trate de uma Rede de Empresas, de uma Rede de Países ou de uma Rede de Actores de Cooperação (sejam estes Países, Municípios, ONGDs, Paróquias, Empresas, Associações, ou outros), podemos encontrar traços e características comuns. Uma Rede é uma forma de organização inovadora e dinâmica de vários actores que estabelecem entre si uma relação social. As Redes são estruturas sociais abertas e baseiam-se em acordos e relações pessoais, ao contrário das hierarquias verticais formais. Numa Rede as relações sociais que se estabelecem são feitas de forma **descentralizada** (podendo também coexistir uma centralização de algumas decisões), onde predomina a **colaboração** e a **cooperação**, eliminando as relações competitivas. O mais importante numa Rede é o actor em si, mais do que a tarefa ou acção que o mesmo desempenha. As relações de cooperação tendem a ser **horizontais**, podendo coexistir algumas relações **verticais**, e estas relações em Rede seguem os seguintes princípios: integração, horizontalidade, descentralização, heterogeneidade, interdependência, confiança, estabilidade e mudança contínua. Uma Rede tem as seguintes **vantagens**, face a outras formas de organização de relações sociais: dinamismo, eficácia, eficiência, coordenação, cooperação, flexibilidade, adaptabilidade às mudanças e inovações tecnológicas, economias de escala, vantagens comparativas.

Assim, as **Redes de Cooperação Transnacional** são uma forma de fazer face à competição que por vezes existe entre os vários municípios que cooperam com um mesmo actor. Estas Redes podem contribuir para tornar a CIM mais eficaz, evitar o desperdício de recursos, promover uma troca de experiências entre os vários Municípios e contribuir para a realização de projectos de cooperação mais amplos.

Ao analisar a possibilidade de concretizar uma **Rede de Cooperação Descentralizada entre a Região Autónoma do Príncipe (RAP) e Portugal** verificámos e estudámos as seguintes **Geminações** com o Príncipe: Municípios Portugueses (Aveiro, Oeiras, Marco Canaveses, Benavente, Odivelas, Faro); Assembleia Regional dos Açores; Angola (Luanda), Cabo Verde

(Santa Cruz) e alguns actores da Sociedade Civil Portuguesa. Foram realizados **Inquéritos** em Portugal e no Príncipe, com os objectivos de caracterizar cada uma das geminações e de avaliar a opinião e o grau de abertura dos actores de cooperação inquiridos, para a implementação de uma Rede de CIM.

Relativamente à análise dos Inquéritos, apresentamos novamente a síntese da informação recolhida, presente num ponto desta dissertação. Verificámos, da análise decorrente, que a **forma de cooperação intermunicipal** mais comum com a RAP é a **geminção bilateral**, sendo que existem também alguns **Protocolos de Cooperação**. Relativamente aos **domínios de cooperação** com a RAP, verificámos que os domínios **cultural** e de **formação** são os mais frequentes. Seguem-se os domínios: **técnico, educação e ambiental**. Por sua vez, em relação às **motivações** que estiveram na base do estabelecimento das relações de cooperação, verificamos que a motivação predominante é a **humanitária** e, em segundo lugar estão as motivações: **histórica, cultural e social**. Em relação ao **balanço dos resultados obtidos**, verificamos algumas respostas contraditórias não só entre os membros do GRP, como também entre os Municípios Portugueses e a RAP. A melhor avaliação foi atribuída a Oeiras e a classificação mais baixa a Marco de Canaveses e a Benavente. Quanto aos **impactos locais na RAP** apontados pelos Municípios Portugueses, destacamos a melhoria do saneamento básico e reflexos nos sectores da Educação, Saúde e Formação Profissional (nomeadamente através de estágios). Por sua vez, em relação aos **impactos locais no seu próprio Município** destacamos uma sensibilização e envolvimento da Sociedade Civil e uma aproximação cultural e social em relação à população do Príncipe. O que foi referido pelo GRP vai de encontro às respostas dos Municípios Portugueses. Verificámos que em Portugal e no Príncipe, existem alguns actores da **Sociedade Civil** (alguns associados aos Municípios Portugueses geminados com a RAP), envolvidos na CIM Portugal - Príncipe. Relativamente ao desenvolvimento de **acções multilaterais**, Aveiro, Oeiras, Faro e a RAP têm alguma experiência neste sentido. O factor

mais referido como **factor que dificulta a cooperação autárquica** é a falta de meios financeiros. Por último, sobre a questão de um trabalho de **Cooperação em Rede**, encontramos opiniões comuns dos vários actores. A perspectiva de um trabalho de Cooperação em Rede, que interligasse todos os agentes que estão geminados com a RAP, é aceite pelos Municípios Portugueses e pelo Príncipe. O trabalho em Rede é fundamental para se conseguir um maior apoio ao desenvolvimento do Príncipe, pois se estiverem várias cidades e outros actores de cooperação envolvidos no processo, os esforços concentram-se e não se duplicam acções. É muito importante a criação de uma Equipa de Seguimento e de Avaliação de todas as acções, de forma a potenciar o trabalho em Rede.

De tudo quanto foi dito e analisado, é proposta nesta dissertação uma **Rede de Cooperação Descentralizada Portugal – Príncipe**, com os seguintes **objectivos e vantagens**:

- Coordenação entre todos os agentes envolvidos;
- Canalização mais ampla e eficaz de recursos financeiros, humanos e materiais;
- Aumento da eficiência dos projectos, em que os resultados esperados teriam maiores proporções – realização de projectos amplos de grande envergadura;
- Integração;
- Trabalho conjunto;
- Não duplicidade de acções;
- Troca de experiências;
- Aumento de parcerias entre os Municípios e a Sociedade Civil.

Os **Actores da Rede** seriam a própria RAP (representada pelo GRP); os Municípios Portugueses; a Sociedade Civil (Portuguesa e do Príncipe) e os Organismos de Apoio (IPAD, MNE). A gestão da Rede seria feita a partir do GRP, em parceria por uma **Equipa de Coordenação** composta por um representante de cada actor. Por sua vez, as acções de CIM

seriam projectadas tendo em conta as necessidades concretas do Príncipe, à luz dos ODM, que estão preconizadas no Plano de Desenvolvimento Regional.

É importante salientar que esta ideia de Parceria e de trabalho integrado conjunto entre o Príncipe e os Municípios Portugueses geminados tem já alguns elementos precursores, em que destacamos a **Conferência Intermunicipal para o Desenvolvimento da Ilha do Príncipe**, realizada em 2007 por iniciativa da CM de Aveiro e da ANAIP e o próprio **PDR**, pela forma como é concebido e como sugere a sua implementação.

Por último, e em síntese, é importante realçar que a análise empírica sugere que uma Rede de CIM traria benefícios para o Príncipe. No entanto, não podemos com todo o rigor afirmar se a mesma teria viabilidade ou não, pois é necessário dar os primeiros passos no sentido da concretização da mesma. E é nesses primeiros passos que se começa a desenhar a Rede na prática e se pode inferir se os resultados concretos são ou não os esperados inicialmente. Lançamos aqui este desafio, para que este projecto se possa concretizar e para que o mesmo possa contribuir para o Desenvolvimento Sustentável Integrado do Príncipe.

BIBLIOGRAFIA

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (2001), *Autarquias Portuguesas - cooperação e desenvolvimento – Pesquisa sobre os conceitos de desenvolvimento humano, cooperação descentralizada e luta contra a exclusão social*, Lisboa.

Afonso, Maria Manuela (1998), *Cooperação Descentralizada. O caso dos municípios portugueses*, Lisboa: CIDAC.

Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Paula (2005), *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*, Instituto Marquês de Valle Flôr e Oikos.

Alves, Maria Inês Pacheco (1996), *As ONG na Política Comunitária de Cooperação para o Desenvolvimento*, Lisboa: CIDAC.

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (s.d.), *Geminações. Guia Prático. Porque, com quem, como realizar e desenvolver uma geminação*.

Benko, Georges e Lipietz, Alain (org.) (1994), *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras: Celta Editora.

Besanko, D.; Dranove, D.; Shanley, M. e Schaefer, S. (2003), *Economics of Strategy*, 3ª Edição, Wiley International Edition. (Capítulo 16, pp. 534 – 566).

Bravo, Ana Bela Santos e Sá, Jorge A. Vasconcelos (2000), *Autarquias Locais. Descentralização e Melhor Gestão*, Lisboa, São Paulo: Verbo.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS; SGE Mediateca (2006), *São Tomé e Príncipe: Olhar o Futuro*, Lisboa, CGD – SGE Mediateca.

Castells, Manuel (2000a), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Volume I, 3.ª edição, São Paulo: Paz e Terra.

CIDAC - Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (1999), *Cooperação Intermunicipal no Quadro da Cooperação Descentralizada*, Seminário realizado em Lisboa, 8 e 9 de Maio de 1998, Lisboa: CIDAC.

CMO - Câmara Municipal de Oeiras (2002), “Política de cooperação no concelho de Oeiras”, *Oeiras Actual, Boletim Municipal*, n.º 122, Março, pp. 22-23

CMS – Câmara Municipal do Seixal (2001), *Seminário Internacional Cooperação para o Desenvolvimento*, Seminário Realizado no Seixal a 26 e 27 de Abril de 2001, CMS.

Coelho, Vasco André Ferreira Dinis Seco (2004), *Cooperação Descentralizada e Participativa entre Portugal e Moçambique: o exemplo do Município da Matola*, Tese de Mestrado ISEG-UTL.

Costa, Maria do Rosário (2003), *Redes Intermunicipais: uma nova dimensão económica no quadro da CPLP?*, Tese de Mestrado ISEG-UTL.

Costa, Maria do Rosário e Ferreira, Manuel Ennes (2003), “A Dimensão Económica da Cooperação Intermunicipal na CPLP”, in *Galileu, Revista de Economia e Direito*, Vol. VIII, n.º 2, 2003, pp. 9-38.

Costa, Maria do Rosário e Ferreira, Manuel Ennes (2004), *Geminações Autárquicas e CPLP: que articulação no apoio ao desenvolvimento económico local*, Centro de Estudos Sociais.

Faria, Alexandre (2004), “Uma proposta de *Framework* em Gerência Estratégica de Redes Verticais”, in *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*.

FEC – Fundação Evangelização e Culturas (2009), *Seminário Nacional Educação para o Desenvolvimento e Cooperação Descentralizada: recursos e estratégias locais*, FEC.

Hunger, J. David e Wheelen, Thomas L. (1993), *Strategic Management*, 4ª Edição, Addison-Wesley Publishing Company (Capítulo 8 pp. 236 – 270).

INESTP (2006), *São Tomé e Príncipe em números – 2006*, INESTP.

IPAD e MNE (2006), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, IPAD.

Madeira, Dra. Maria Joaquina (IEFP/Gestora no Programa POEFDS) (2001), “O Valor Acrescentado do Trabalho em Rede”, INDE.

<http://arquivo-www.inde.pt/construirjuntos/Arquivo/JoaquinaMadeira.pdf>

Marnoto, Sandra Maria Fevereiro (2007), *Sistemas de Franchising: Uma Perspectiva de Competências e Redes de Relacionamentos*, Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, FEP.

Mesquita, Ana Guedes (2005), *A política portuguesa de cooperação para o desenvolvimento*, CESA documento de trabalho n.º 67

Moura, Gil Nei Luiz de; Carmo, Marcelo do; Calia, Rogério Rosário e Façanha, Sandra Lilian O. (2008), “Learning in Networks and the In-company Innovation Process: The Case of Mextra”, in *RAE-eletrónica*, v. 7 n. 1, Art. 5, Jan./Jun. 2008.

Neto, Ana Maria (2000), “Depois de Lomé o Acordo de Cotonou”, in *Cadernos de Economia*, Ano XIII, Jul/Set, n.º 52, pp. 72-75.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2003), *Human Development Report 1993*, PNUD.

PNUD e Governo Regional do Príncipe (2008), *1º Plano de Desenvolvimento Regional 2009-2012*, GRP.

REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (2007), *Parcerias para o Desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe. Reunião com Câmaras Municipais: Oeiras, Aveiro, Benavente, Marco de Canaveses*, RAP.

Rothfuss, Dr. Rainer, (2006), *Redes urbanas transnacionais como instrumento da cooperação intermunicipal no ambiente da sociedade global em rede – A rede URB-AL de cooperação entre cidades da América Latina e da Europa*, Universidade de Tubingen, Alemanha.

Santos, Christiane Cordeiro e Filho, Helio Zanquetto (2008), "Cooperação Interorganizacional nas Redes Verticais: Dois Casos do Sector Metalmeccânico", *XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, RJ Outubro de 2008.

Stiglitz, Joseph E. (2002), *Globalização a grande desilusão*, Terramar, 3ª Edição 2004.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1984), "Formas Jurídicas de Cooperação Intermunicipal" de Fernando Correia in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Afonso Rodrigues Queiró I*, Boletim da Faculdade de Direito.

Wegner, Douglas; Costenaro, Alessandra; Schmitt, Claudia Lunkes e Wittmann, Milton Luiz (2008), "Factores críticos para a formação de *Clusters* e Redes de Empresas: um estudo exploratório", *Política dos Negócios e Economia de Empresa*, VII SEMEAD.

World Bank (2009), *World Development Indicators database, April 2009*, WB. Dia 17 de Outubro de 2009

Xavier, Beatriz Oliveira (1999), *Cidades, geminações e globalização: A força dos pequenos laços*, Tese de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- **DOCUMENTOS E DADOS ANALISADOS:**

Protocolo de Colaboração entre MNE e Plataforma Portuguesa das ONGD (2001).

Acordo de Parceiros entre IPAD e ANMP (2005).

Documentos do Projecto Pagué.

Dados do INE de São Tomé e Príncipe.

Dados dos inquéritos realizados na Região Autónoma do Príncipe e em Portugal.

Dados do PNUD, FMI, BM.

Documentos do Governo Regional do Príncipe.

Documentos do IPAD.

Orçamento Regional do Príncipe (vários anos).

Protocolos de Cooperação e relatórios sobre as várias geminações e cooperações.

- **CONSULTA DE SITES:**

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12101.htm>

http://www.europarl.europa.eu/factsheets/6_4_6_pt.htm?textMode=on

http://www.cm-aveiro.pt/www/Templates/GenericDetails.aspx?id_object=31131

<http://int.twinning.org/pt/page/gemina%C3%A7%C3%A3o-e-parcerias-para-o-desenvolvimento.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Integra%C3%A7%C3%A3o_vertical

http://wiki.advfn.com/pt/Integra%C3%A7%C3%A3o_horizontal

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Glocaliza%C3%A7%C3%A3o>

www.eudevays.eu/twinning

www.twinnings.eu

<http://www.ipad.mne.gov.pt/>

http://www.caecplp.org/politicas/portugal/legislacao/cooperacao_portuguesa.pdf

<http://www.uccla.pt/index.php?id=773>

www.imf.org

www.worldbank.org

www.bportugal.pt

www.anmp.pt

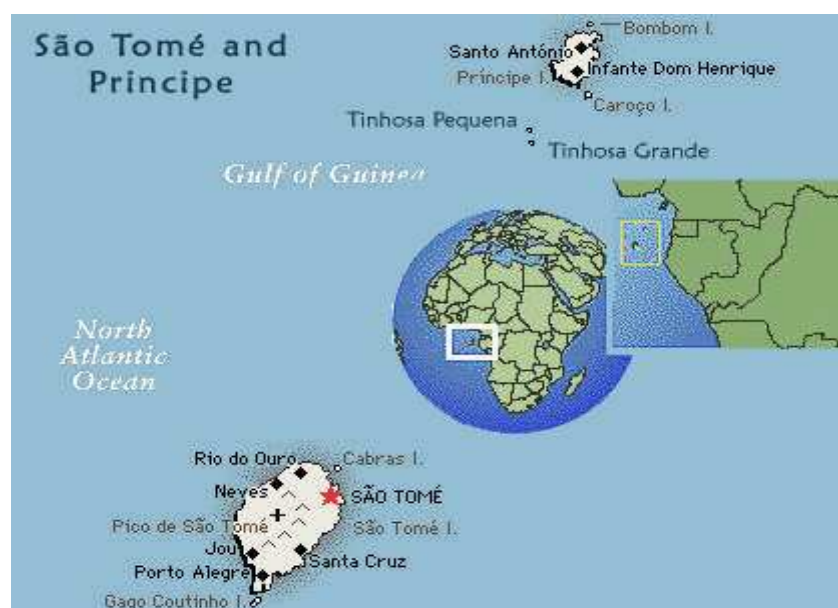
www.cplp.org

www.idcplp.net

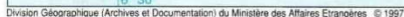
http://www.aitec-oeiras.pt/index.php?lang=pt_PT

www.foralcplp.org

ANEXOS

ANEXO 1: MAPA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE





Imprimé par le M. A. E.

ANEXO 2: VANTAGENS E POTENCIALIDADES DA CIM

1. O apoio do Poder Local Português pode contribuir para reforçar e credibilizar o movimento de descentralização do Poder nos PVD, e em particular dos PALOP;
2. O espaço lusófono tem potencialidades de intercâmbio e de cooperação a diversos níveis: recursos humanos, gestão e administração pública, incremento da iniciativa privada e da participação dos cidadãos. A CIM pode ser uma via privilegiada para promover essas potencialidades;
3. O envolvimento pessoal e os contactos personalizados são um dos aspectos mais positivos da CIM porque muitas actividades e projectos são de pequena escala e há um contacto pessoal bastante grande que facilita o diálogo e a realização das acções, sendo mais fácil proceder a ajustamentos quando necessário. Esta personalização dos contactos promove e facilita a aproximação dos cidadãos de ambas as comunidades conduzindo ao estreitamento e ao fortalecimento de laços;
4. A CIM aumenta o conhecimento público – apesar de muitas actividades serem de pequena envergadura podem envolver muitas pessoas, tornando-se este tipo de cooperação bastante conhecido. Ela torna-se também um meio ideal para informar as pessoas sobre o que está a acontecer noutras partes do mundo e aumentar o seu conhecimento global e sensibilidade para as questões do desenvolvimento, levando-as a uma maior participação social para ambos os lados;
5. Através da CIM, o pessoal municipal de ambos os lados adquire conhecimentos que lhe permitem melhorar as práticas administrativas locais, a capacidade institucional, o funcionamento dos serviços e, no caso dos municípios portugueses, lidar com os problemas relacionados com as comunidades imigrantes e resolvê-los de forma mais adequada;
6. Como a este nível os projectos são de pequena escala o seu sucesso é, à partida, maior por serem mais facilmente geridos e possibilitarem um grande envolvimento da população. A monitorização das despesas e a avaliação das actividades simplificam-se. Os pequenos projectos são mais flexíveis, menos burocráticos e precisam de menos tempo para obter resultados, ainda que devam fazer parte de uma lógica de desenvolvimento a longo prazo;
7. Por outro lado, através da CIM existe maior capacidade de resposta aos problemas das populações pois é ao nível local que mais facilmente se apreendem os anseios e necessidades das populações. Por isso, há uma maior utilidade social dos investimentos e projectos empreendidos, se estes tiverem em conta as dinâmicas globais, podendo servir para atenuar os efeitos sociais dos PAE;
8. A CIM tem subjacente o envolvimento de longo prazo – a parceria continua após a realização do projecto, e outros projectos podem surgir para além da continuidade dos intercâmbios culturais, desportivos e educacionais e,
9. A possibilidade de se criarem redes e geminações trilaterais traz, também, vantagens acrescidas possibilitando o acesso a diferentes níveis de resolução dos problemas e a potenciação dos recursos existentes.

LIMITAÇÕES/CONSTRANGIMENTOS DA CIM

Algumas das vantagens enumeradas podem transformar-se em limitações se não forem bem equacionadas. Senão vejamos:

1. O financiamento é uma das fraquezas da CIM. Muitas actividades e projectos dependem da criatividade das duas partes para encontrarem financiamento complementar às suas magras verbas. Os orçamentos municipais são limitados obrigando frequentemente à intervenção de uma terceira parte (seja ela uma entidade estatal ou privada) e, se esta terceira parte for dominante, corre-se o risco de dominar a parceria de tal forma que a especificidade da CIM desaparece;
2. A falta de formação adequada (sobre a temática da cooperação para o desenvolvimento e sobre as realidades africanas) para os políticos técnicos que lidam com estas questões levantam algumas dificuldades – o “agir com o coração” deve dar lugar a formas mais profissionais e organizadas;
3. A dependência de alguns indivíduos – o envolvimento pessoal é um “pau de dois bicos”. Sem o impulso de algumas pessoas (que são frequentemente os presidentes das câmaras) muitas das relações intermunicipais não existiriam mas correm o risco de deixar de existir quando essas pessoas deixarem os cargos. Quanto mais baixo for o nível de institucionalização da CIM, maior é este perigo;
4. De facto, a fraca institucionalização é uma limitação a ter em consideração. Muitas das actividades estão não só dependentes de um reduzido número de pessoas como são baseadas no voluntariado, com frequência sem estruturas de apoio ou, quando existem, incipientes, sem inscrição na estratégia global dos municípios;
5. Uma outra limitação tem a ver com os objectivos abstractos e o alto nível de expectativas dos parceiros. Muitas vezes são criadas grandes expectativas nos parceiros que podem conduzir à desilusão. Os parceiros do Sul tendem a fazer listas intermináveis de necessidades, tendo frequentemente dificuldades em identificar as prioridades. Por outro lado, o Norte promete ou sugere capacidades que na realidade não tem. Por isso, há que formular objectivos claros e precisos que vão ao encontro das expectativas de cada um;
6. O balanço das acções é desigual. Na maior parte dos casos as relações têm um só sentido (N/S). Os sectores onde existe alguma reciprocidade são reduzidos, como já vimos (cultura, intercâmbios escolares e desportivos, comércio e algum intercâmbio de pessoal técnico);
7. A fraca monitorização e avaliação são outra limitação. Ainda que a CIM funcione na pequena escala e por isso numa posição favorável à monitorização das despesas e à avaliação dos projectos, frequentemente não são aplicadas. Há reduzido *feedback* e reflexão sobre as acções realizadas;
8. Há falta de informação e coordenação das actividades. Os municípios portugueses desconhecem o que outros estão a fazer com o mesmo parceiro, perdendo a oportunidade de eventuais parcerias para potenciar recursos;
9. Há falta de apoio político. A prática ainda está longe dos discursos no apoio e incentivo da CIM. A inexistência de mecanismos legais e linhas de financiamento para este tipo de cooperação é um constrangimento que afecta a variedade e intensidade das actividades da parceria. Esta limitação verifica-se quer ao nível da UE quer do Estado Português. Da mesma forma, nos PALOP, em especial Angola e S. Tomé e Príncipe, a instabilidade política também frustra a CIM;

10. As limitações burocráticas de ambos os lados, constituem outro factor limitador da concretização de acções de cooperação por parte dos municípios (bolsas de estudo, transporte – alfândegas, tribunal de contas);
11. Ao contrário daquilo que já acontece noutros países europeus, o envolvimento das ONG e das associações locais na CIM português é diminuto;
12. A inexistência de descentralização administrativa e de um Poder Local eleito democraticamente em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, impedem uma verdadeira autonomia político-administrativa e financeira das autoridades territoriais e limitam a sua intervenção na resolução dos problemas das populações e,
13. Não existe um espaço de diálogo entre os Poderes Locais da CPLP, que permita um entendimento profícuo nos mais diversos planos, lacuna que poderá ser colmatada com a institucionalização da UALOP.

DESAFIOS:

1. A institucionalização da CIM, no quadro do Poder Local, nos 7 países da CPLP, criando regulamentação própria, linhas de co-financiamento específicas e inserindo-as nas actividades do dia-a-dia nos municípios, com estruturas e recursos (financeiros e humanos) específicos;
2. A criação de mecanismos de apoio à CIM, no quadro da Convenção de Lomé, ou do que dela resultar a partir do ano 2000, e no quadro do programa PALOP da UE, à semelhança do que já acontece em outras regiões do mundo;
3. Ter capacidade para, em conjunto, identificar os objectivos, prioridades, recursos e meios por forma a alcançar um desenvolvimento sustentado;
4. Pôr a funcionar a UALOP de modo a que tenha a capacidade de incentivar, informar, coordenar e apoiar o envolvimento do Poder Local na cooperação para o desenvolvimento;
5. Promover a descentralização do Poder nos PALOP, ou seja, ajudar a tornar o Poder Local democrático uma realidade nestes países, dando apoio na sua institucionalização e actuação;
6. Fomentar o envolvimento das empresas na CIM, promovendo o investimento directo externo, facilitando as trocas comerciais, em suma contribuindo para a inserção das economias dos PALOP na economia global;
7. Desenvolver critérios estáveis para a CIM, quanto à:
 - Legislação regulamentar;
 - Planificação da política de cooperação a médio e longo prazos;
 - Formação de pessoal para trabalhar nesta área;
 - Coordenação Intermunicipal e entre os Municípios e o Poder Central;
 - Definição das bases de participação das ONGD;
 - Definição de programas e linhas de co-financiamento;
 - Avaliação das actividades de cooperação;
 - Divulgação de informação;
8. O maior desafio está em todas estas organizações assumirem o trabalho de cooperação como uma propriedade, ou clarificarem o seu lugar nas actividades municipais e o seu alcance, e, ao mesmo tempo, superarem as suas próprias dificuldades de funcionamento.

FONTE: Afonso (1998:185-190)

ANEXO 3: CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA E POLÍTICA DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE

Aspectos Sociais e Económicos: Caracterização Geral do País

Nesta parte iremos apresentar uma breve caracterização socio-económica da **Região Autónoma do Príncipe (RAP)**. Uma dificuldade prática encontrada foi a inexistência de dados só para a RAP, pelo que iremos referir, sempre que possível, a existência dos mesmos, e iremos fazer uma breve caracterização do país como um todo. “São Tomé e Príncipe é um país insular, situado na zona equatorial do Oceano Atlântico, ao largo do Golfo da Guiné”⁷⁴. É constituído por duas Ilhas: “São Tomé” e “Príncipe” e por um conjunto de Ilhéus. A RAP tem uma **área** aproximada de 142 Km², sendo que o país tem uma área total de 960 Km².

Vamos utilizar dados estatísticos do **Banco Mundial (BM)** e do **Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe (INESTP)**. Verificámos que existem algumas diferenças entre os dados destas duas fontes. No entanto, estas diferenças não alteram as nossas conclusões. Na existência de valores para o mesmo dado, iremos utilizar os dados do BM. Utilizaremos os dados do INESTP para efeitos de comparação ou da utilização de dados em falta no BM. Em relação aos anos em análise, optámos por utilizar os últimos quatro anos, tendo o ano de 2000 como um termo de referência.

São Tomé e Príncipe	2000	2005	2006	2007	2008
População Total	140131	152622	155126	158013	160954
Crescimento Anual da População (%)	1.8	1.7	1.6	1.8	1.8
ÁreaKm ² (ver dados em anexo do INESTP)	1001	1001	1001	1001	1001
PNB, Método Atlas (currentUS\$)	..	116551114	130073663	145260626	164227907
PNB per capita, Atlas method (currentUS\$)	..	760	840	920	1020
PNB, PPP (currentinternational \$)	..	210235268	242352065	269767652	286223833
PNB per capita, PPP (currentinternational \$)	..	1380	1560	1710	1780

Fonte: World Development Indicators database, April 2009 - Dia 17 de Outubro de 2009

Quadro A: Dados Gerais para São Tomé e Príncipe

Assim, e tendo em conta os dados do **quadro A**, observamos que a **população** santomense apresentou um crescimento positivo nos últimos anos, na ordem dos 2%, apresentando em 2008 um número de cerca de 161000 habitantes.

⁷⁴ CGD (2006:10).

		Projeção					
	População Total	2001	2005	2006	2007	2008	2009
STP	Homens	68236	73504	74876	76256	77641	79027
	Mulheres	69363	75463	77036	78619	80206	81794
	Total	137599	148967	151912	154875	157847	160821
RAP	Homens	3087	3433	2456			
	Mulheres	2879	3263	3281			
	Total	5966	6696	5737			
Fonte: INE STP 2006							

Quadro B: Dados para a População do INESTP

Observando o **quadro B**, apesar de algumas diferenças entre os dados das fontes apresentadas, retiramos a mesma conclusão e ainda podemos observar que a população da RAP era cerca de 6000 habitantes em 2006, ou seja, cerca de 3,8% da população total santomense. Em relação à **distribuição entre os sexos**, disponíveis nos dados do **quadro 3** não verificamos diferenças significativas. No **quadro 4C**, podemos verificar que a **esperança de vida à nascença** é, actualmente, de 65 anos.

População - STP	2000	2005	2006	2007	2008
Esperança de Vida à nascença, total (anos)	64	65	65	65	..
Taxa de Fertilidade, total (births per woman)	4.5	4.0	4.0	3.9	..
Taxa de Mortalidade, under-5 (per 1,000)	100	99	99	99	..
Rácio Raparigas/Rapazes na escolaridade primária e secundária (%)	..	99	99	101	100
Taxa de Conclusão do Ensino Primário, total (% dos grupos de idades relevantes)	..	74	74	72	76

Fonte: *World Development Indicators database, April 2009 - Dia 17 de Outubro de 2009*

Quadro C: Dados sobre a População do BM

Relativamente à **Economia (quadros A e D)** de STP, o PIB a preços correntes em 2008 foi de 174,6 milhões de USD. Tem-se verificado, em média, um crescimento anual do PIB na ordem dos 6%. No entanto, este país apresenta ainda uma grande vulnerabilidade e um índice de pobreza muito elevado. O PNB em 2008 foi de 164,2 milhões de USD, e o PNB *pc* do mesmo ano foi de 1020 USD.

Economia	2000	2005	2006	2007	2008
PIB (current US\$)	..	113808430	124524047	144919405	174609833
Crescimento Anual do PIB %	..	5,7	6,7	6,0	5,8
Inflação, PIB deflator (anual %)	..	7,6	21	19,4	23,7
Valor Acrescentado da Agricultura (% do PIB)	..	17	..	..	..
Valor Acrescentado da Indústria (% do PIB)	..	21	..	..	..
Valor Acrescentado dos Serviços (% do PIB)	..	63	..	..	..
Exportação de bens e serviços (% do PIB)	..	..	..	..	..
Importação de Bens e Serviços (% do PIB)	..	..	..	..	..

Source: World Development Indicators database, April 2009 – Dia 17 de Outubro de 2009

Quadro D: Dados Económicos para STP

Apesar de não termos encontrado dados do BM para as **exportações e importações**, segundo dados do INESTP em anexo, pode observar-se que “a **Balança Comercial** santomense tem acumulado um elevado défice comercial”⁷⁵. Verificamos que, em 2006, existe um défice da Balança Comercial de 836379 milhões de dobras (**quadro F**), que corresponde a aproximadamente 84,5 milhões de USD (com uma taxa de câmbio de 9902,3 DBS para 1 USD – **quadro E**).

Câmbios Médios Anuais		1 EUR=X DBS		
Pais/Moeda	2001	2005	2006	
EUA - US\$	8842,1	9347,6	9902,3	
EU - EURO	7917,7	10567,7	12305,9	

Fonte: INESTP 2006

Quadro E: Câmbios Médios Anuais – INESTP

12.5 Indicadores de Comércio Externo, 2001-2006

Indicateurs de commerce extérieur, 2001-2003

Indicadores Indicateurs	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Importação (CIF), 10 ⁶ DBS / Importation (CIF)	253.578,5	282.672,5	380.513,0	410.032,50	524680,7	884.550,1
Exportação (FOB), 10 ⁶ DBS / Exportation (FOB)	23.267,4	45.348,6	61.958,1	35.161,60	35950,4	48.171,6
Balança Comercial, 10 ⁶ DBS / Balance Commerciale	-230.311,1	-237.323,9	-318554,9	-374.870,90	-488730,3	-836.378,4
Taxa de cobertura, (%) / Taux de couverture	9,2	16,0	16,3	8,6	6,9	5,4

Fonte: Direção das Alfândegas - Source: Direction des Douanes

Quadro F: Balança Comercial. Fonte: INESTP 2006

STP é, assim, altamente dependente do exterior. “O país importa grande parte dos produtos de consumo e investimento de que necessita (...) [e] as exportações consistem essencialmente em cacau, copra, coconote, café e óleo de palma.”⁷⁶ O cacau é a principal exportação de São Tomé, e a sua economia depende estruturalmente do mesmo, “que

⁷⁵ Barreira et al. (2007:4).

⁷⁶ CGD (2006 :58).

durante os anos 80 correspondeu a 90% das exportações do país. A dependência do cacau aumentou desde a independência, deixando a economia vulnerável às oscilações do mercado mundial.”⁷⁷ STP importa alguns produtos derivados do petróleo sendo que, e tendo em conta as jazidas recentemente descobertas e, território nacional, poderá retirar algumas potencialidades da exploração de petróleo. “STP é um país insular que se encontra num processo de curto/médio prazo de aumento das suas receitas por via da produção de petróleo.”⁷⁸

O **sector de actividade** predominante é cada vez mais o sector Terciário, seguido do sector primário e por último o secundário. O sector agrícola, baseado numa **agricultura de subsistência** foi a base da economia santomense durante muitos séculos. “Hoje, a economia santomense ainda é pouco diversificada: baseia-se quase só na produção e exploração do cacau, a qual representa 90% das receitas das exportações locais.”⁷⁹ A pesca artesanal também é bastante importante para as famílias santomenses. O sector comercial assenta, na sua maioria, em pequenos quiosques espalhados pelas duas Ilhas, onde podemos encontrar de tudo um pouco.

STP apresenta, em 2005, com um **IDH** de 0,654 e ocupa o lugar n.º 123, estando classificado como um país de desenvolvimento humano médio⁸⁰.

Ordem do IDH	País	Valor do IDH 2005	Esperança de vida à nascença (anos) - 2005	Taxa de alfabetização adultos (% 15 anos e mais) 1995-2005	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2005	PIB per capita (dólares PPC) 2005 (por dia)	Índice da esperança média de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dólares PPC) menos ordem do IDH
29	Portugal	0,897	77,7	93,81	89,8	20,410	0,879	0,925	0,888	6
123	STP	0,654	64,9	84,9	65,2	2,178	0,665	0,783	0,514	10

Quadro G: Dados do PNUD para STP, 2007 - 2008

Relativamente à **educação**, segundo o **quadro C**, o rácio raparigas/rapazes que frequentam a escolaridade primária e secundária é, segundo o BM, equitativo em STP. Na RAP existem oito escolas do Ensino Básico (1ª à 4ª classe) e 4 escolas secundárias (5º ao 11º ano). Através de um levantamento de dados realizados por nós, constatámos que no ensino básico existem 1068 crianças (568 rapazes e 500 raparigas) e no ensino secundário existem 860 estudantes (394 rapazes e 466 raparigas)⁸¹. Existem, ainda, algumas creches. Na Roça do Aeroporto, na RAP, temos conhecimento de que estavam matriculadas cerca de 70 crianças, para este ano lectivo. Ao nível dos investimentos e esforços no que concerne a educação, STP

⁷⁷ Campos (2008:63).

⁷⁸ Sangreman (2001:22).

⁷⁹ CGD (2006:49).

⁸⁰ PNUD (2007:233).

⁸¹ Estes dados podem ser consultados em anexo. Foram levantados em Setembro e Outubro de 2008.

apresenta um índice de escolarização bastante elevado, especialmente ao nível da educação básica, embora se verifique um declínio em termos de qualidade. Esta situação fica a dever-se essencialmente à crescente falta de capacidade tanto a um nível físico como técnico, de acolhimento nas escolas, particularmente a limitação cada vez mais significativa em matéria de salas de aula, bem como a diminuída qualificação e desmotivação do próprio corpo docente.

Relativamente à **Saúde**, constatámos que na RAP o Hospital apresenta muitas vulnerabilidades e falta de apetrechamento de equipamentos e medicamentos. Existe apenas um médico no Hospital, e alguns enfermeiros e técnicos de saúde.

Por sua vez, o **Turismo** ainda está aquém da sua potencialidade. Existem algumas pensões na RAP e um Resort de Luxo (Ilhéu Bombom). No entanto, a falta de transportes, a ausência de um porto em condições, bem como de um aeroporto com as devidas condições mínimas de segurança contribuem para a ausência de um Turismo mais activo. Sobre a **água** e a **electricidade**, apenas a cidade e algumas zonas da RAP têm saneamento básico e estão abrangidas pelo sistema eléctrico da EMAE. E a electricidade encontra-se limitada a algumas horas do dia. Em relação às **comunicações**, existe a nível nacional e na RAP em particular, um serviço de redes móveis e de internet (embora muito limitado em termos de acesso) da CST.

Um desafio importante para STP está relacionado com a **dívida externa**: “STP tem a dívida externa mais elevada do mundo em percentagem do PIB.”⁸² Do decorrente desta análise apresentamos uma síntese feita por Romana (1996): “STP apresenta na globalidade: a) profundas vulnerabilidades na estrutura económica; b) grandes fragilidades institucionais e organizacionais; c) elevada escassez de meios técnicos e de recursos humanos; d) incapacidade para mobilizar a sociedade à volta dum projecto colectivo.”⁸³ Para vencer estes obstáculos o país tem alguns desafios pela frente: garantir a auto-suficiência alimentar; vencer o isolamento geográfico, apostar no turismo, no sector terciário e no sector privado; reduzir a pobreza e promover a participação da Sociedade Civil. É necessário apostar, também, no reforço da qualificação dos recursos humanos e da capacidade das instituições públicas, bem como promover a democracia e a boa governação.

Aspectos Políticos

O país atingiu a sua independência em 1975, e a RAP atingiu a sua autonomia administrativa em 29 de Abril de 1995.⁸⁴ A designação oficial do país é República Democrática de São Tomé e Príncipe, sendo a língua oficial a portuguesa, e a religião predominante a Cristã (maioritariamente a Católica).

⁸² CGD (2006:121).

⁸³ ROMANA (1996:119).

⁸⁴ “A 12 de Julho de 1975, «sob a esclarecida direcção do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o Povo Santomense alcançou a sua Independência Nacional e proclamou perante a África e a Humanidade inteira a República Democrática de São Tomé e Príncipe».” Costa (2003:167), citado do Preâmbulo da Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (CRDSTP).

Foi a partir da Constituição de 1990 que os órgãos do Poder Local foram consagrados oficialmente, através da institucionalização de uma democracia multipartidária. “Aí fica estabelecido que «a República Democrática de São Tomé e Príncipe é um Estado unitário, sem prejuízo da existência de autarquias locais».”⁸⁵

Relativamente à organização administrativa, existem quatro regiões administrativas que se encontram divididas em sete distritos. Destes sete distritos, um é a RAP. O facto de não haver uma correcta coordenação de acções de desenvolvimento e de cooperação, entre os Governos Central e Regional, potencia a actual situação de dupla insularidade do Príncipe e, também, o fracasso de muitos projectos. “Apesar de já existir em STP Poder Local eleito por sufrágio universal, inúmeros problemas têm obstruído o seu real funcionamento, limitando as possibilidades de relacionamento internacional.”⁸⁶ Assim, são cada vez mais importantes as parcerias entre o poder central e o poder local, “ (...) como forma de em conjunto enfrentarem e vencerem os desafios e os obstáculos que se nos colocam ao desenvolvimento,”⁸⁷ tendo em conta as dificuldades de dupla insularidade que a RAP enfrenta.

Na RAP, o poder político encontra-se organizado da seguinte forma⁸⁸:

- Gabinete do Presidente do Governo Regional: Agricultura, Pescas e Rádio Regional.
- Secretaria Regional dos Assuntos Económicos e Financeiros: Direcção Geral das Finanças, Comércio, Indústria, Turismo e Inspecção das Actividades Económicas.
- Secretaria Regional do Meio Ambiente, do Ordenamento do Território e das Infra-estruturas: Meio Ambiente, Ordenamento do Território, Infra-estruturas, Sector da Água e Saneamento do Meio.
- Secretaria Regional para os Assuntos Políticos e Socioculturais: Saúde, Educação, Cultura, Juventude e Desporto.
- Secretaria Regional dos Assuntos Organizacionais e Institucionais: Acção Social, Mulher e Família, Registo e Notariado, Política de Investimento.
- Assembleia Regional.

⁸⁵ Costa e Ferreira (2003:21).

⁸⁶ Afonso (1998:87).

⁸⁷ CMS (2001), “Problemas e Potencialidades da Cooperação Intermunicipal”, pp. 11.

⁸⁸ RAP (2006) e RAP (2008).

OUTROS QUADROS

Densidade Populacional (População/Km ²)	2001	2005	2006	Superfície do País, em Km ² <i>Superficie du Pays, en Km²</i>
Total	137,5	148	151,8	Total 1001,0
RAP	42	47,2	47,4	S. Tomé 859,0
Taxa Natalidade ‰	30,8	33,9	33,4	Água-Grande 16,5
Taxa Mortalidade ‰	7,65	7,6	7,3	Mé-Zóchi 122,0
Taxa Mortalidade Infantil ‰	63,23	45,9	43,9	Cantagalo 119,0
Taxa de crescimento natural %	2,25	2,64	2,61	Caué 267,0
Taxa de crescimento efectiva %	1,76	1,95	1,94	Lembá 229,5
Esperança de Vida à Nascença	63,9	65,6	66	Lobata 105,0
Fonte: INE STP 2006				R.Aut. Príncipe 142,0

Ligações com o Resto do Mundo	2000	2005	2006	2007	2008
Comércio de Mercadorias (% do PIB)	..	49.7	60.5	59,3	60,4
Serviço da Dívida Total (% das exportações de bens, serviços e rendimento)	25.8	29.5	39.1	39.2	..
Migrações Líquidas (thousands)	-6000	-7000	..	..	..
Investimento Directo Estrangeiro, entradas líquidas (BoP, current US\$)	3800000	15670000	37510000	35310000	..
APD (current US\$)	34890000	32450000	21530000	35980000	..
Stocks de Dívida Externa, total (DOD, current US\$)	310103000	340323000	355254000	168643000	..

Saúde	2000	2005	2006	2007	2008
Imunização contra Sarampo (% de crianças com 12-23 meses)	69	88	85	86	..

Source: World Development Indicators database, April 2009 - Dia 17 de Outubro de 2009

Educação

Taxa de alfabetização	84,40%
Fonte: INE/QUIBB 2005	

	Agentes Docentes (5ª à 9ª Classe)
C/ Formação Específica	107
C/ Formação Não Específica	29
Sem Formação	294
Total	430
Fonte: INE STP 2006	

Principais Indicadores Macroeconómicos

Designação	2001	2005	2006	Câmbios USD
				2006
PIB preços correntes 10 ⁶ DBS	676071	1208742	1444622	145887521,1
PIB preços constantes 10 ⁶ DBS	676071	893669	952391	96178766,55
Consumo Final 10 ⁶ DBS	687382	1228965	1468791	
Consumo Público 10 ⁶ DBS	84352	150812,3	180242,5	
Consumo Privado 10 ⁶ DBS	603030	1078153	1288549	
Formação Bruta de Capital Fixo 10 ⁶ DBS	193777	322518,2	385456	
Exportações 10 ⁶ DBS	23267,4	35950,4	48171,6	
Importações 10 ⁶ DBS	253578,5	524680,7	884550,1	
Saldo da Balança Comercial 10 ⁶ DBS	-230311	-488730	-836379	-84463054
Rendimento Nacional Bruto, preços de mercado, 10 ⁶ DBS	719433,4	1278484	1527974	154304939,3
Procura Interna 10 ⁶ DBS	881159	1551483	1854247	187254203,6
População	137599	148968	151912	
Poupança Bruta 10 ⁶ DBS	-	0	0	0
PIB per capita, DBS	4913342	8114105	9509598	960,3423144
PIB per capita, US\$	555,7	768,5	764,1	
Deflactor do PIB %	1	0,1	0,2	
PIB Nominal %		0,1	0,2	
PIB Real %		5,7	6,6	
Fonte: INE STP 2006				

12.6 Balança de Pagamentos, 2001-2006

Balance des paiements, 2001-2006

Designação Designation	10 ⁶ US\$					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Balança de Transacções correntes / Balance des transactions courantes	-32,3	-29,9	-35,5	-37,9	-44,5	nd
Exportação (FOB) / Exportation (FOB)	3,3	5,1	6,6	3,5	3,4	nd
Cacau / Cacao	2,8	4,6	6,1	3,2	3	nd
Outros / Autres	0,5	0,6	0,5	0,4	0,4	nd
Importações / Importations	-44,8	-44,9	-52,8	-57	-46,6	nd
Saldo de Balança Comercial / Solde de balance commerciale	-22,9	-23,3	-27,0	-32,4	-38,2	nd

Fonte: INESTP 2006.

Emprego

RAP	2006
Taxa de Actividade %	
Total	52,7
Homens	55,3
Mulheres	50
Taxa de Desemprego %	
Total	5,3
Homens	2,7
Mulheres	8,2
Taxa de Ocupação %	
Total	42,3
Homens	42,4
Mulheres	42,2
Fonte: INE STP 2006	

Principais Produtos Agrícolas

Produtos Agrícolas	Produção em TONELADAS		
	2001	2005	2006
Banana	17377,6	28800	31648
Fruta-pão	3520	120	140
Matabala	9470,6	1175	30300
Cacau	3651,5	1843,3	1900
Café	12,8	nd	1,3
Pimenta	1,7	nd	nd
Baunilha	...	nd	nd
Azeite de Palma	318,8	196,9	115,8
Total	34353	32135,2	64105,1
... - Dado inexistente			
Fonte: INE STP 2006			

 BANCO CENTRAL DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE Alguns Indicadores da Economia Santomense					
	2004	2005	2006	2007	2008
Sector Monetário e Financeiro /3					
<i>Saldo no final do período (em milhões de dobras)</i>					
Massa Monetária (M3)	307.750	458.702	630.377	865.940	1.192.180
Activos Internos Líquidos	-69.874	-386.955	-341.160	-435.218	-707.277
Crédito Líquido ao Governo	42.633	-247.927	-108.309	-162.512	-406.390
Crédito à Economia	175.758	319.574	465.812	617.917	758.279
Activos externos Líquidos	197.073	595.226	557.203	776.898	1.223.391
PIB(Bilhões de dobras)	n.d	1,189	1,522	1,952	2,361
PIB(%)	n.d	5,7	6,7	6,0	6,0
Sector Externo /3					
Taxa de Cobertura de Importações por Exportações	8,5%	6,8%	5,4%	5,0%	4,9%
Taxa de Câmbio Medio Nominal					
(Dbs / USD)	9.902,3	10558	12.445,4	13.814,4	14.695,0
(Dbs / Euro)	12.305,9	13.123,4	15.629,7	18.130,5	21.616,4
(Dbs / FCFA)	18,8	19,8	24,6	29,2	33,0
Exportação de Bens e Serviços (em milhões de USD)	20,1	21,1	17,2	13,5	17,8
Importação de Bens e Serviços (em milhões de USD)	-57,0	-63,8	-86,2	-83,5	-115,8
Reservas Internacionais Líquidas (em milhões de USD)	16,9	18,1	24,7	22,1	40,9
em meses de importação de bens e serviços	3,6	3,4	4,4	4,0	5,6
<i>n.d. Não disponíveis</i> 1/ Fonte: INE e estimativas do BCSTP e do FMI 2/ Ministério de Finanças 3/ BCSTP www.bcstp.st/estatisticas/Outros_Indicadores					

ANEXO 4: DADOS DAS ESCOLAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE**ENSINO BÁSICO (1ª À 4ª CLASSE)**

Ensino Básico (1ª à 4ª classe)				
Escola	M	F	T	
Escola Paula Lavres	245	199	444	
Escola Januário Graça	89	66	155	
Praia Inhame	55	67	122	
Escola da Nova Estrela	58	58	116	
Escola do Sundy	41	36	77	
Escola de Porto Real	50	44	94	
Escola de São Joaquim	14	13	27	
Escola de Abade	16	17	33	
Total	568	500	1068	

ENSINO SECUNDÁRIO (5ª À 11ª CLASSE)

Ensino Secundário (5ª à 11ª classe)				
Escola	M	F	T	
Sundy	21	25	46	
Praia Inhame	36	44	80	
Santo António II	255	318	573	
Escola Secundária Centro	82	79	161	
Total	394	466	860	

No ensino secundário, as turmas estão distribuídas da seguinte forma:

- Sundy: 5ª e 6ª classe;
- Praia Inhame: 5ª classe, 6ª classe A, 6ª classe B;
- Santo António II: 5º A, 5º B, 5º C, 5º D, 6º A, 6º B, 6º C, 6º D, 7º A, 7º B, 7º C, 7º D, 9º A, 9º B, 9º C, 9º D.
- Escola Secundária Centro: 10º A (área das Ciências e Matemática), 10º C (área das Letras), 11º A, 11º C, 8º A, 8º B.

Nota: Só existem essas áreas disponíveis na Ilha do Príncipe. Levantamento de dados efectuado em Setembro e Outubro de 2008, com apoio das Directoras das Escolas: Graça Lavres (graca_lavres@hotmail.com, 938537/ 251345) e Urogenita Lina (916343).

Nota2: Professores ensino básico: 50 efectivos e 15 Cabo-Verdianos. Nesta data ainda não havia dados das creches, sendo que existem as seguintes: Cidade, Aeroporto, Praia Burra e Sundy. Existem ainda um ATL/ Ludoteca na Cidade.

Fonte: dados apurados pela autora, no trabalho de campo.

ANEXO 5: PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A RAP E ARTICULAÇÃO COM O PNUD

Em 2008 foi elaborado o **Primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)** para a RAP, para o período 2009/2012, por iniciativa do GRP e em articulação com o PNUD. Este PDR surge na sequência do processo de afirmação da Autonomia da RAP, e tem como principal pressuposto a integração de todos os cidadãos e actores da Sociedade Civil no processo de desenvolvimento da RAP. “O PDR (...) assenta em três peças: **análise panorâmica** da situação actual; **opções estratégicas** e **plano operacional**.”⁸⁹

O PDR reflecte um conjunto de perspectivas e medidas de acção, tendo em conta a articulação de esforços dos vários agentes regionais, nacionais e internacionais, e tem como objectivo o desenvolvimento da Região, em conformidade com os ODM. Este PDR tem como pressuposto a realização e cumprimento de um plano eficiente, de forma a evitar uma multiplicidade de acções e projectos, que se tem verificado até então.

Tendo em conta as especificidades e constrangimentos que a RAP apresenta, a par da dupla insularidade e da ausência de uma cultura de planeamento, o PDR é um instrumento útil, dado que “é um instrumento destinado a enquadrar as operações prioritárias para um certo período de tempo de acordo com as linhas gerais definidas politicamente.” (pp.3). A ausência de planos coordenados pode levar a uma multiplicação de esforços e projectos, o que dificulta um desenvolvimento equilibrado.

Na **Análise Panorâmica** o PDR refere uma nova política regional, no sentido de fazer face à situação de **dupla insularidade**, de garantir estabilidade relativamente ao Estatuto Político-Administrativo, de introduzir uma cultura de planeamento eficaz e de introduzir uma visão institucional sobre questões incontornáveis **globais** (globalização; tensões energéticas; dinâmicas demográficas e questões ambientais) e **nacionais** (exploração do petróleo; projecto do porto de águas profundas; desenvolvimento do sector do turismo; segurança alimentar/pobreza; problemas institucionais; problemas ao nível das infra-estruturas, do abastecimento de água e de energia e dos transportes) que afectam a RAP.

Existem essencialmente duas questões relativas à dupla insularidade: “questão da autonomia regional e a problemática dos transportes/conexões inter-ilhas.” (pp.11). Relativamente à conexão inter-ilhas, já foi referido que é feita por duas vias: **marítima** e **aérea**. Tal como foi referido anteriormente, e no PDR, estes meios de transportes apresentam várias deficiências que potenciam uma conexão limitada e incerta entre as Ilhas. A questão dos transportes marítimos traz ainda outro efeito adverso: os preços dos bens importados são mais elevados no Príncipe devido ao preço destes transportes. O PDR prevê medidas acerca deste problema, que deverão ser articuladas com o Governo Central.

A análise deve ser feita de uma forma integradora e não sectorial (muitos sectores não têm estatísticas fiáveis e compartimentar em diversos sectores pode dispersar a informação –

⁸⁹ PNUD e GRP (2008:2).

por exemplo, é difícil de quantificar o sector informal que constitui a maioria da economia da RAP). O PDR considera como questão primordial o ambiente e a sua preservação, e refere o êxodo rural para as zonas urbanas como um fenómeno actual na RAP. A Análise Panorâmica termina com uma análise sobre a reestruturação do território, que assenta na “perspectiva do **turismo** e outras actividades económicas num pano de fundo ambiental saudável e sustentável” (pp.35), e aponta várias sugestões para uma aposta no sector do Turismo.

Na segunda parte do PDR, são enunciadas as suas **Opções Estratégicas**: Estabilidade relativamente ao Estatuto Político-Administrativo; Introdução do sistema de planeamento no âmbito da Boa Governação e uma Visão Institucional que englobe as questões Globais e Locais. Relativamente ao **Estatuto** e à questão da **conexão inter-ilhas**, o PDR aponta medidas que irão ser introduzidas, e que já foram apontadas anteriormente (aquisição de um navio; subsídio que iguale os preços nas duas Ilhas; aposta no desenvolvimento dos transportes marítimos aéreos, relativamente à frequência). Relativamente à **organização do sistema de planeamento**, o PDR prevê a instituição do **Gabinete de Planeamento Regional (GPR)**, que irá organizar, monitorizar e gerir as operações de implementação do PDR, a par com o Governo Regional do Príncipe (GRP). Relativamente à **Organização Base de Ideias**, o GRP organiza o PDR a partir de **Rotas Temáticas**: “Valorização social e cultural das populações, Valorização do Território (mar e terras), Reforço das conectividades (físicas e comunicacionais); Catalogação da Economia Regional e Modernização do sistema de Administração Pública Regional.” (pp.45). Em relação à **organização territorial**, o PDR define as seguintes zonas: Zona Plano I Capital e Arredores; Zona Plano II Norte; Zona Plano III Sul e Zona Plano IV Mar.

Por último, o **Plano Operacional** define o desenvolvimento do PDR ao longo dos próximos quatro anos. Neste sentido, foram considerados os seguintes **Programas Macro**: **PROGEST** (criação do GPR e dinamização de relações com o exterior, como as geminações) e **PROFORM**. Foram definidos, também, cinco **Programas de Intervenção**: **PROURB**, **PRORUR**, **PROCULTUR**, **PROMAR** e **PROTUR**. O PDR termina com considerações práticas sobre a governação, implementação, monitorização e avaliação. Em anexo pode consultar-se o Plano Operacional do PDR.

Anexo 6: PLANO OPERACIONAL DO PDR

ROTAS TEMÁTICAS	ORIENTAÇÕES GERAIS	RESPONSÁVEL	PROGRAMAS OPERACIONAIS (DE ACORDO COM AS OPÇÕES ESTRATÉGICAS)	ANOS
Valorização social e cultural das populações	*Pequeno número de programas operacionais de modo a tornar o processo gerível *Gestão e monitorização estratégica das intervenções *Selectividade de projectos (públicos, privados, da SC)	GPR	PROGRAMAS MACRO	2009 - 2010
			PROGEST- tem como finalidade a criação do GPR e da BDAR e ainda a estratégia relativa dinamização das relações com o exterior (geminções, imagem internacional, regras ou pautas para empreendimentos futuros na ilha, sejam estes de pequenos ou grandes, etc.)	
			PROFORM: formação estratégica com a finalidade de acompanhar todo o processo durante os quatro anos, em particular o programa PROGEST.	2009 - 2012
Valorização do território (mar e terra)	*Integração horizontal dos programas definidos pelos parceiros de desenvolvimento *A organização territorial redefinida em 3 Zonas Plano		PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO	2010 - 2012
Reforço das conectividades (físicas e comunicacionais)			PROURB: tem como finalidade as intervenções ao nível urbano.	2011 - 2012
Catalisação da economia regional			PROCULTUR: tem como finalidade intervenções de carácter sócio cultural	2010 - 2012
Modernização do sistema de administração pública regional			PROTUR: tem como finalidade perspectivar e organizar o sector do turismo.	2010 - 2012
			PROMAR: tem como finalidade as intervenções no domínio do mar e das pescas.	2010 - 2012

Fonte: PNUD e Governo Regional do Príncipe (2008).

ANEXO 7: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CM DE AVEIRO

De acordo com documentação disponibilizada por Aveiro⁹⁰, destacamos as seguintes acções desenvolvidas, desde 1988, entre Aveiro e o Príncipe:

- 1988: envio de uma viatura e de equipamento diverso para o Príncipe. Apoio a diversas famílias e estudantes, através da concessão de alojamento, pagamento de rendas de habitação e de subsídios de refeição.
- 1990: Oferta de materiais escolares a cerca de 1200 alunos da RAP.
- 1994: Envio de materiais e de medicamentos para o Hospital do Príncipe, de materiais escolares e agrícolas.
- Dezembro de 1995: aprovação pela CM de Aveiro da constituição do **Gabinete de Cooperação Descentralizada**, a partir da junção da **ANAIP** (Associação de Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe) e da **SUL** (Associação de Cooperação para o Desenvolvimento). “O Gabinete desenvolverá acções de ajuda aos países em desenvolvimento, através de projectos de cooperação e intercâmbio cultural e acções de solidariedade a realizar com os Municípios com quem Aveiro tem acordos firmados.”⁹¹
- 1995: Obras de recuperação do Mercado do Peixe, do Padrão dos Descobrimentos e do cemitério. Apoios na área da promoção cultural (envio de livros), saúde (recolha e envio de medicamentos), oferta de materiais de iluminação pública e de equipamentos de jardinagem.
- 1996: deslocação ao Príncipe de uma comitiva Oficial de Aveiro. Envio de equipamento desportivo.
- Desde 1995: oferta, ao GRP, de viaturas e materiais de combate aos incêndios, pela CM de Aveiro e pelos Bombeiros Novos de Aveiro.
- 1997: Envio de um motor e de uma caixa de velocidades para um barco de transporte de passageiros para fazer a ligação inter-ilhas.
- 2002: visita a Aveiro, de uma delegação oficial da RAP.
- 2007: **Conferência Intermunicipal para o Desenvolvimento da Ilha do Príncipe**: iniciativa da CM de Aveiro e da ANAIP. Nesta conferência estiveram presentes elementos do GRP (como o Presidente José Cassandra), bem como algumas das CM geminadas com o Príncipe: Aveiro, Oeiras e Marco de Canaveses. Foram objectivos desta conferência: aprofundar conhecimentos sobre a realidade da RAP, levantamento das necessidades mais urgentes e estabelecimento de metas para serem alcançadas em conjunto por todos os actores. Foi apresentada, pelo Presidente do GRP, uma estratégia concertada entre os

⁹⁰ Para mais informações sobre as acções de CIM de Aveiro, consultar FEC (2009:32-34).

⁹¹ Documento fornecido pela CM de Aveiro.

Municípios geminados para o Desenvolvimento da RAP, de forma a não duplicar esforços e resultados. Fica, assim, ao encargo do GRP proceder à partilha e à gestão de informação e recursos. Ainda em 2007, foi apresentado o **Plano de Desenvolvimento Estratégico para a RAP**, em que a **educação** surgiu como uma importante aposta. Neste mesmo ano, a chefe do Gabinete de Relações Internacionais deslocou-se à RAP, fazendo um balanço desta geminação.

ANEXO 8: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CM DE OEIRAS

Do que foi realizado, destacamos o seguinte⁹²:

- Acção Social: oferta de uma viatura para apoio a um projecto social;
- Cultura: apoio a várias actividades culturais;
- Desporto: oferta de equipamentos desportivos;
- Formação em Portugal: estágios de funcionários do Governo Regional do Príncipe na CM de Oeiras (através de estágios nos serviços da CM de Oeiras, em que o GRP procura adaptar o funcionamento dos quadros da CM de Oeiras) e formação de professores;
- Educação: através da concessão de duas bolsas de estudo anuais, que incluem o pagamento de propinas, de estadia e de alimentação;
- Infra-estruturas⁹³: apoio à electrificação da cidade de Santo António, com materiais, assistência técnica e formação; participação no Projecto Salvaguarda e Recuperação do Património Histórico e Mobiliário da cidade de Santo António, para a reabilitação do edifício dos Paços do Concelho;
- Ambiente: tratamento e canalização da água, desenvolvimento na RAP de serviços municipalizados;
- Fornecimento de vários materiais para a área das Obras e do Ambiente e, também, para sinalização do trânsito.

ANEXO 9: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CM DE MARCO DE CANAVESES

Em Agosto de 1998 uma delegação de Marco de Canaveses deslocou-se ao Príncipe, com oferta de material escolar e de vestuário adquiridos com o apoio das Juntas de Freguesia do Concelho de Marco de Canaveses. Por sua vez, em 1998 uma delegação do Príncipe visitou Marco de Canaveses, com uma deslocação à Expo 1998. No entanto, poucas acções foram desenvolvidas até hoje.

⁹² Estas informações foram retiradas da documentação analisada e do site da CM de Oeiras: <http://www.cm-oeiras.pt/municipio/RelIns/Geminacoes/Paginas/Principe.aspx>.

⁹³ Foi assinado, em 28/05/2008, o protocolo n.º 76/2008 de Cooperação Externa com o Governo Regional do Príncipe, que tem como objecto a atribuição de uma comparticipação financeira destinada à remodelação e recuperação do Centro Cultural no Príncipe.

Da análise dos Inquéritos, destacamos as seguintes acções já desenvolvidas por Marco de Canaveses, no âmbito desta geminação:

- Deslocações de delegações entre o Município de Marco de Canaveses e a RAP;
- Envio de um contentor de ajuda socio-humanitária para a RAP;
- Acolhimento de estagiários de STP na Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses (EPAMAC) com subvenção;
- Participação do Município de Marco de Canaveses na Conferência intitulada: *“Ilha do Príncipe – Que Futuro”*;
- Participação na fundação da Associação para a Cooperação, Cultura e Desporto entre Portugal e STP, em 22/12/2005.

ANEXO 10: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CM DE BENAVENTE

Das acções já desenvolvidas, destacamos as seguintes:

- Desde 2001 até hoje: Formação a Jovens e Quadros da Administração Pública através de bolsas de estudo a quatro alunos/as do Príncipe, que frequentaram (duas alunas ainda frequentam) a Escola Profissional de Salvaterra de Magos e Coruche.
- Formação Autárquica: apoio a seis funcionários do GRP, com estágios de três meses em diversos serviços (Comunicação Social, Área Financeira, Administração, Planeamento e Topografia).

ANEXO 11: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CM DE ODIVELAS

- Entrega de um Parque Infantil;
- Receber e formar alunos do Príncipe em Odivelas;
- Fazer diligências no sentido de enviar professores para formar professores locais.

Foram assinados os seguintes acordos e protocolos, aos quais tivemos acesso:

- **Acordo de Geminação e Acordo de Cooperação entre o Município de Odivelas e o GRP:** foca os objectivos concretos desta Geminação, tendo em conta os laços de **amizade e cooperação** entre os dois povos, bem como a importância do envolvimento da **Sociedade Civil** em todo este processo, através de parcerias entre instituições sociais. Refere a **Paróquia da Ramada**, como instituição social de mérito tanto pelo trabalho efectuado no Concelho de Odivelas, como pelo Projecto **Pagué** no Príncipe, que já existe há cerca de oito anos e que envolve muitos jovens da Paróquia a nível de voluntariado social e do **Movimento Missionário**⁹⁴. Os objectivos desta geminação são os seguintes: intercâmbio

⁹⁴ E da Associação MOVER MUNDOS – Associação para a Cooperação e Desenvolvimento, alicerçada no Movimento Missionário, e recentemente constituída no dia 27 de Novembro de 2009.

de experiências e conhecimentos, qualificação profissional, desenvolvimento social local, promoção da cultura e da lusofonia.

- O **Protocolo de Cooperação para a Cultura**: celebrado entre a Municpália e o GRP, e tem como objectivo a cooperação entre ambas as partes em programas de desenvolvimento de cariz cultural.
- O **Protocolo de Cooperação para a Educação**: envolve as seguintes entidades – Escola Profissional Agrícola D. Dinis, Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar, Escola Profissional Gustave Eiffel, Centro Comunitário e Paroquial da Ramada, Associação de Jardins-Escola João de Deus, CM de Odivelas e GRP. Prevê uma parceria entre estas entidades, no sentido de acolher alunos do Príncipe em Odivelas.
- O **Protocolo de Cooperação para a Promoção da Infância**: envolve as seguintes entidades – Obriverca e Associação Ligar à Vida – e tem como objectivo promover a infância, como base essencial e estruturante de uma comunidade solidária e desenvolvida, através da instalação uma infra-estrutura de lazer e recreio para o Colégio de Santa Teresinha, no Príncipe.

ANEXO 12: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CM DE FARO

Prevêem-se as seguintes acções:

- Preparação de iniciativas de apoio e cooperação institucional, nos domínios da saúde, desporto, pescas e ordenamento do território;
- Preparação de Projectos Formativos e de apoio ao Desenvolvimento;
- Investimento no sector do Turismo, em Faro e no Príncipe;
- Promoção de iniciativas de carácter empresarial e de investimentos privados.

ANEXO 13: ACÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DOS AÇORES

- Cooperação inter-institucional, centrada no Estatuto Político-Administrativo da RAP;
- Deslocações de deputados e equipas técnicas;
- Oferta de material informático à ALRAP;
- Acções de Formação.

ANEXO 14: INQUÉRITO – MUNICÍPIOS PORTUGUESES**1. Identificação:**

Câmara Municipal de _____ Concelho: _____ Distrito: _____

Departamento/Divisão/Gabinete/Área: _____

Função: _____

Contactos: _____

2. Municípios Portugueses Geminados com a Região Autónoma do Príncipe:*2.1. História*

Data de Início da Geminção: ____/____/____

2.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminção ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância [1, 2, ...])?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais? _____

*2.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com a Região Autónoma do Príncipe?*Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Energia ____ Outros ____
Quais? _____

2.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.6. Quais os reflexos /impactos locais **na Região Autónoma do Príncipe** das acções de cooperação do seu município?

2.7. Quais os reflexos /impactos locais **no seu município** destas acções de cooperação com a Região Autónoma do Príncipe?

2.8. Existem associações e parcerias com membros da sociedade civil, no âmbito da cooperação com a Região Autónoma do Príncipe? Quais?

2.9. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação com a Região Autónoma do Príncipe?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.10. O que poderia ser melhorado?

3. Na sua opinião, quais os principais factores que dificultam ou que podem estimular a cooperação autárquica?

4. O seu município desenvolve acções de cooperação a nível multilateral ou em rede? Com que instituições/municípios?

5. Na sua opinião, quais as principais necessidades da Região Autónoma do Príncipe? O que considera mais urgente de forma a reduzir a pobreza, tendo em vista o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?

6. De forma a coordenar todos os acordos e protocolos de cooperação, com a Região Autónoma do Príncipe:

- 6.1. Qual a sua opinião sobre o trabalho em rede de todos os municípios e instituições geminadas que cooperam com a Região Autónoma do Príncipe?

- 6.2. Quais as vantagens e inconvenientes num cenário em que a coordenação do trabalho em Rede fosse feita a partir da Região Autónoma do Príncipe?

7. Sugestões:

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração.

*Ana Maria Luciano Barreira
Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*

ANEXO 15: INQUÉRITO – ASSEMBLEIAS REGIONAIS PORTUGUESAS**1. Identificação:**

Assembleia Regional de: _____
 Departamento/Divisão/Gabinete/Área: _____
 Função: _____
 Contactos: _____

2. Assembleias Regionais Portuguesas Geminadas com a Região Autónoma do Príncipe:*2.1. História*

Data de Início da Geminção: ____/____/____

2.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminção ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de
 colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância [1, 2, ...])?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais?

2.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com a Região Autónoma do Príncipe?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico
 ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação
 ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Energia ____ Outros ____
 Quais? _____

2.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.6. Quais os reflexos /impactos locais **na Região Autónoma do Príncipe** das acções de cooperação da sua Assembleia Regional?

2.7. Quais os reflexos /impactos locais **na sua Região Autónoma** destas acções de cooperação com a Região Autónoma do Príncipe?

2.8. Existem associações e parcerias com membros da sociedade civil, no âmbito da cooperação com a Região Autónoma do Príncipe? Quais?

2.9. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação com a Região Autónoma do Príncipe?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.10. O que poderia ser melhorado?

3. Na sua opinião, quais os principais factores que dificultam ou que podem estimular a cooperação autárquica?

4. A sua Região Autónoma desenvolve acções de cooperação a nível multilateral ou em rede? Com que instituições/municípios?

5. Na sua opinião, quais as principais necessidades da Região Autónoma do Príncipe? O que considera mais urgente de forma a reduzir a pobreza, tendo em vista o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?

6. De forma a coordenar todos os acordos e protocolos de cooperação, com a Região Autónoma do Príncipe:

- 6.1. Qual a sua opinião sobre o trabalho em rede de todos os municípios e instituições geminadas que cooperam com a Região Autónoma do Príncipe?

- 6.2. Quais as vantagens e inconvenientes num cenário em que a coordenação do trabalho em Rede fosse feita a partir da Região Autónoma do Príncipe?

7. Sugestões:

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração.

*Ana Maria Luciano Barreira
Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional*

ANEXO 16: INQUÉRITO – ILHA DO PRÍNCIPE**1. Identificação**

Função: _____

Contactos: _____

2. Municípios Portugueses Geminados com a Ilha do Príncipe**2.1. Câmara Municipal de Aveiro****2.1.1. História**

2.1.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.1.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais?

2.1.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais?

2.1.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.1.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

2.1.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.1.8. O que poderia ser melhorado?

2.2. Câmara Municipal de Benavente

2.2.1. História

2.2.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.2.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais?

2.2.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais?

2.2.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.2.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

2.2.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.2.8. O que poderia ser melhorado?

2.3. Câmara Municipal de Marco de Canaveses**2.3.1. História**

2.3.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.3.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais? _____

2.3.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais? _____

2.3.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.3.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

2.3.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.3.8. O que poderia ser melhorado?

2.4. Câmara Municipal de Odivelas**2.4.1. História**

2.4.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.4.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais?

2.4.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais?

2.4.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.4.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

2.4.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.4.8. O que poderia ser melhorado?

2.5. Câmara Municipal de Oeiras*2.5.1. História*

2.5.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

2.5.3. *Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?*

Económica ___ Histórica ___ Cultural ___ Humanitária ___ Social ___ Outras ___ Quais?

2.5.4. *Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?*

Económico ___ (Comércio ___ Indústria ___ Serviços ___ Agricultura ___ Transportes ___) Técnico ___ Cultural ___ Educação ___ Formação ___ Ambiental ___ Infra-estruturas ___ Habitação ___ Saúde ___ Desporto ___ Social ___ Saneamento Básico ___ Outros ___ Quais?

2.5.5. *O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?*

2.5.6. *Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?*

2.5.7. *Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?*

Muito Bom ___ Bom ___ Indiferente ___ Razoável ___ Fraco ___ Nulo ___

2.5.8. *O que poderia ser melhorado?*

2.6. Assembleia Regional dos Açores

2.6.1. História

2.6.2. *Formas que assumem as acções de cooperação:*

Geminação ___ Protocolos de Cooperação ___ Acordos de Cooperação ___ Redes ___ Acordos de colaboração ___ Acordos de cooperação e amizade ___ Outras ___ Especifique: _____

2.6.3. *Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?*

Económica ___ Histórica ___ Cultural ___ Humanitária ___ Social ___ Outras ___ Quais?

2.6.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____
 Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____
 Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais?

2.6.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.6.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

2.6.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.6.8. O que poderia ser melhorado?

2.7. Outras Geminações e Protocolos de Cooperação (Irmãs Servas da Sagrada Família, Missionários Eudistas, Paróquia da Ramada, Associações, ONGDs, Instituto Marquês de Valle Flôr etc.)

Especificação (quais as geminações e protocolos existentes?):

2.7.1. História

2.7.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de
 colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____
 Outras ____ Especifique: _____

2.7.3. *Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?*

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Quais?

2.7.4. *Quais as áreas/ domínios de cooperação com estas instituições?*

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____
Quais? _____

2.7.5. *O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?*

2.7.6. *Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação destas instituições?*

2.7.7. *Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação destas instituições?*

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

2.7.8. *O que poderia ser melhorado?*

3. Cooperação com Santa Cruz – Cabo Verde

3.1. História

3.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

3.3. *Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?*

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais?

3.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais?

3.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

3.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

3.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

3.8. O que poderia ser melhorado?

4. Cooperação com Luanda – Angola

4.1. História

4.2. Formas que assumem as acções de cooperação:

Geminação ____ Protocolos de Cooperação ____ Acordos de Cooperação ____ Redes ____ Acordos de colaboração ____ Acordos de cooperação e amizade ____ Outras ____ Especifique: _____

4.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância)?

Económica ____ Histórica ____ Cultural ____ Humanitária ____ Social ____ Outras ____ Quais?

4.4. Quais as áreas/ domínios de cooperação com este município?

Económico ____ (Comércio ____ Indústria ____ Serviços ____ Agricultura ____ Transportes ____) Técnico ____ Cultural ____ Educação ____ Formação ____ Ambiental ____ Infra-estruturas ____ Habitação ____ Saúde ____ Desporto ____ Social ____ Saneamento Básico ____ Outros ____ Quais?

4.5. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

4.6. Quais os reflexos /impactos na Ilha do Príncipe das acções de cooperação deste município?

4.7. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação deste município?

Muito Bom ____ Bom ____ Indiferente ____ Razoável ____ Fraco ____ Nulo ____

4.8. O que poderia ser melhorado?

5. Na sua opinião, quais os principais factores que dificultam ou o que podem estimular a cooperação autárquica?

6. A Ilha do Príncipe desenvolve acções de cooperação a nível multilateral ou em rede? Com que instituições?

7. Que outras acções de cooperação (bilateral ou multilateral) a Ilha do Príncipe desenvolve? Com que países, e em que consistem essas acções?

8. Quais as principais necessidades da Ilha do Príncipe? O que considera mais urgente de forma a reduzir a pobreza, tendo em vista o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?

9. De forma a coordenar todos os acordos e protocolos de cooperação, qual a sua opinião sobre o trabalho em rede de todos os municípios e instituições geminadas que cooperam com a Ilha do Príncipe?

10. Sugestões:

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração.

Ana Maria Luciano Barreira

ANEXO 17 - LISTA DE PESSOAS INQUIRIDAS			
Entidade	Nome	Função	Inquérito
Governo Regional do Príncipe	António José Cassandra	Presidente	Príncipe
Governo Regional do Príncipe	Francisco Gula	Director de Cooperação Descentralizada	Príncipe
Governo Regional do Príncipe	Valentim Trovoada	Director do Gabinete do Presidente	Príncipe
Governo Regional do Príncipe	Hélio Lavres	Secretário Regional Assuntos Económicos e Financeiros	Príncipe
Governo Regional do Príncipe	Carlos Gomes	Secretário Regional Assuntos Políticos e Sócio-culturais	Príncipe
Governo Regional do Príncipe	Felícia Silva	Secretária regional Assuntos Institucionais e Organizacionais	Príncipe
Assembleia Regional do Príncipe	Nestor Lopes Umbelina	Presidente	Príncipe
Assembleia Regional do Príncipe	Jamil Cassandra	Chefe do Gabinete do Presidente da AR	Príncipe
Câmara Municipal de Aveiro	Vera Reis	Técnica Superior. Gabinete Relações Internacionais	Portugal
Câmara Municipal de Marco de Canaveses	Cidália Mota	Presidente da Câmara Municipal	Portugal
Câmara Municipal de Benavente	José Domingos	Secretário. Gabinete de Apoio ao Presidente	Portugal
Câmara Municipal de Odívetas	Paulo César e Patrícia Martins	Gabinete de Relações Institucionais	Portugal
Câmara Municipal de Faro	João Vargues	Director. Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento.	Portugal
Câmara Municipal de Oeiras	Nuno Manalvo e Emanuel Francisco Gonçalves	Gabinete de Apoio ao Presidente e Responsável das Relações Externas	Portugal
Assembleia Regional dos Açores	Amália Tavares	Gabinete de Relações Externas, Protocolo e Comunicação Social	Portugal
Assembleia Regional da Madeira	Filipe Malheiro		-

ANEXO 18: RESPOSTA AOS INQUÉRITOS REALIZADOS (NO PRÍNCIPE E EM PORTUGAL)**FORMAS DE COOPERAÇÃO**

Formas de Cooperação	Aveiro	Oeiras	Marco Canaveses	Benavente	Odivelas	Faro	Açores
Geminação	X	X	X	X	X	X	
Protocolos de Cooperação					X		X
Acordos de Cooperação			X				
Redes							
Acordos de Colaboração							
Acordos de Cooperação e Amizade							
Outro (qual?)							

Aveiro

Formas de Cooperação	CM Aveiro	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Geminação	X	X	X	X
Protocolos de Cooperação		X		
Acordos de Cooperação			X	
Redes				
Acordos de Colaboração		X		
Acordos de Cooperação e Amizade				
Outro (qual?)				

Benavente

Formas de Cooperação	CM Benavente	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Geminação	X		X	X
Protocolos de Cooperação				
Acordos de Cooperação		X		
Redes				
Acordos de Colaboração				
Acordos de Cooperação e Amizade				
Outro (qual?)				

Marco de Canaveses

Formas de Cooperação	CM Marco Canaveses	Presidente GR	Director Gab. Pres.
Geminação	X	X	X
Protocolos de Cooperação			
Acordos de Cooperação	X		
Redes			
Acordos de Colaboração			
Acordos de Cooperação e Amizade			
Outro (qual?)			

Odivelas

Formas de Cooperação	CM Odivelas	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Geminação	X	X	X	X
Protocolos de Cooperação	X	X	X	
Acordos de Cooperação				
Redes				
Acordos de Colaboração		X		
Acordos de Cooperação e Amizade		X		
Outro (qual?)				

Oeiras

Formas de Cooperação	CM Oeiras	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Geminação	X	X	X	X
Protocolos de Cooperação		X	X	X
Acordos de Cooperação				
Redes				
Acordos de Colaboração		X	X	
Acordos de Cooperação e Amizade		X		
Outro (qual?)				

AR Açores

Formas de Cooperação	AR Açores	Presidente AR
Geminação		
Protocolos de Cooperação	X	X
Acordos de Cooperação		
Redes		
Acordos de Colaboração		
Acordos de Cooperação e Amizade		
Outro (qual?)		

DOMÍNIOS/ÁREAS DE COOPERAÇÃO

Áreas/ Domínios	Aveiro	Oeiras	Marco Canaveses	Benavente	Odivelas	Faro
Económico					X	X
Comércio						
Indústria						X
Serviços					X	X
Agricultura						
Transportes						
Técnico		X		X	X	X
Cultural	X	X	X	X	X	X
Educação	X	X		X	X	
Formação	X	X	X	X	X	X
Ambiental	X	X		X		X
Infra-estruturas	X	X				X
Habitação		X				
Saúde		X				X
Desporto	X	X	X			
Social		X				X
Saneamento Básico	X	X				X
Energia		X				X
Outros (Quais?)						

Áreas/ Domínios de Cooperação	CM Aveiro	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económico				
Comércio				
Indústria				
Serviços				
Agricultura				
Transportes				
Técnico				
Cultural	X		X	X
Educação	X	X	X	X
Formação	X	X	X	
Ambiental	X			
Infra-estruturas	X	X	X	
Habitação				
Saúde		X	X	
Desporto	X			
Social			X	X
Saneamento Básico	X	X	X	
Energia				
Outros (Quais?)				
Áreas/ Domínios de Cooperação	CM Benavente	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económico				
Comércio				
Indústria				
Serviços				
Agricultura				
Transportes				
Técnico	X			
Cultural	X		X	X
Educação	X	X	X	X
Formação	X	X		
Ambiental	X		X	
Infra-estruturas			X	
Habitação				
Saúde			X	
Desporto			X	
Social			X	
Saneamento Básico				
Energia				
Outros (Quais?)				

Áreas/ Domínios de Cooperação	CM Marco Canaveses	Presidente GR
Económico		
Comércio		
Indústria		
Serviços		
Agricultura		
Transportes		
Técnico		
Cultural	X	X
Educação		X
Formação	X	X
Ambiental		
Infra-estruturas		
Habitação		
Saúde		
Desporto	X	
Social		
Saneamento Básico		
Energia		
Outros (Quais?)		

Áreas/ Domínios de Cooperação	CM Odivelas	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económico	X			
Comércio				
Indústria		X		
Serviços	X			
Agricultura		X		
Transportes				
Técnico	X			X
Cultural	X		X	X
Educação	X	X	X	X
Formação	X	X	X	
Ambiental				
Infra-estruturas		X		
Habitação				
Saúde				X
Desporto				
Social			X	X
Saneamento Básico		X		
Energia				
Outros (Quais?)				

Áreas/ Domínios de Cooperação	CM Oeiras	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económico				
Comércio				
Indústria				
Serviços				
Agricultura				
Transportes		X		
Técnico	X			X
Cultural	X	X	X	X
Educação	X	X	X	X
Formação	X	X	X	X
Ambiental	X			
Infra-estruturas	X	X		
Habitação	X			
Saúde	X			
Desporto	X			
Social	X	X	X	
Saneamento Básico	X	X		X
Energia	X	X		
Outros (Quais?)				

MOTIVAÇÕES SUBJACENTES

Motivações	Aveiro	Oeiras	Marco Canaveses	Benavente	Odivelas	Faro	AR Açores
Económica		4	5	2	5	5	
Histórica	1	1	3		2	2	1
Cultural	1	3	4	1	3		2
Humanitária	1		1	1	4	4	
Social		2	2	1	1	3	
Outras (Quais?)			1*			1**	
* - Desporto e Formação ** - Contributo Mútuo para o Desenvolvimento							

Motivações	CM Aveiro	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económica		3	3	4
Histórica	1	1	1	1
Cultural	1	4	2	3
Humanitária	1	5	4	2
Social		2		
Outras (Quais?)				

Motivações	CM Benavente	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económica	2	4	3	4
Histórica		3	1	1
Cultural	1	2	2	3
Humanitária	1	5		2
Social	1	1	4	
Outras (Quais?)				

Motivações	CM Marco Canaveses	Presidente GR	Director Gab. Pres.
Económica	5	4	4
Histórica	3	2	1
Cultural	4	3	3
Humanitária	1	5	2
Social	2	1	
Outras (Quais?)	1*		

Motivações	CM Odivelas	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económica	5	4		4
Histórica	2	2	1	1
Cultural	3	3	1	3
Humanitária	4	5		2
Social	1	1	1	
Outras (Quais?)				

Motivações	CM Oeiras	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
Económica	4	3		4
Histórica	1	4	1	1
Cultural	3	2	1	3
Humanitária		5		2
Social	2	1	1	
Outras (Quais?)				

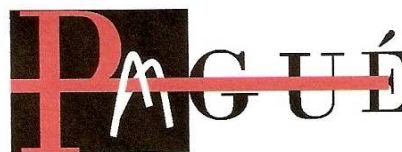
Motivações	AR Açores	Presidente AR
Económica		
Histórica	1	1
Cultural	2	1
Humanitária		
Social		
Outras (Quais?)		1*
* Transferência de conhecimentos, experiência autónoma		

BALANÇO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Municípios	Grau de Satisfação
CM Aveiro	Razoável
CM Oeiras	Muito Bom
CM Marco de Canaveses	Bom
CM Benavente	Razoável
CM Odivelas	Muito Bom
CM Faro	Bom

Comparação: Graus de Satisfação	Municípios Portugueses	Presidente GR	Director CD	Director Gab. Pres.
CM Aveiro	Razoável	Bom	Bom	Fraco
CM Oeiras	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Muito Bom
CM Marco de Canaveses	Bom	Fraco/Nulo		Nulo
CM Benavente	Razoável	Razoável	Fraco	Indiferente
CM Odivelas	Muito Bom	Nulo	Bom	Muito Bom
CM Faro	Bom			

FONTE: DADOS APURADOS NOS INQUÉRITOS REALIZADOS.

ANEXO 19: PROJECTO PAGUÉ***Cooperação e Desenvolvimento***

Numa tentativa de apoiar os pobres dos mais pobres e querendo participar nos Objectivos do Milénio definidos pela ONU, nomeadamente:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar a educação primária universal;
3. Promover a igualdade do género e capacitar as mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Assegurar a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Nasce o Projecto Pagué – Intervenção Social na Ilha do Príncipe.

1. Localização do Projecto:

País: São Tomé e Príncipe

2. Breve resumo histórico

Este projecto surge da geminação paroquial entre a Paróquia de Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos da Ramada e a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Príncipe, feita em 24 de Outubro de 2001. A nossa intervenção social inicia-se em Novembro de 2002, após um levantamento das necessidades feito por um grupo de estudantes universitários voluntários durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 2001.

Numa breve descrição da nossa intervenção social realizada desde 2001, destacamos a criação dos seguintes serviços e equipamentos:

Data	Actividades desenvolvidas	Nº utentes apoiados
Novembro de 2002	Serviço de Apoio Domiciliário aos idosos mais pobres (provenientes grande parte de Cabo Verde) residentes nas roças do Sundy, Aeroporto, Porto Real, Picão, São Joaquim, Ponta do Sol, Montalegre, Cidade de Santo António.	50
Novembro de 2002	Apoio pecuniário a crianças órfãos e/ou portadoras de deficiência, para compra de alimentação, medicamentos e material escolar;	30

Julho de 2004	Construção e inauguração do Centro de Acolhimento Temporário a Idosos e/ou dependentes que necessitem de cuidados de saúde e sociais; Este equipamento está situado na Cidade de Santo António e tem capacidade para acolher e prestar os cuidados de saúde e sociais a sete doentes permanentemente. Conta com o apoio dado por um médico da Ilha e é apoiado pelo Governo Regional.	7 doentes em regime internamento
Julho a Setembro de 2005	Início da actividade da Ludoteca, Apoio Pastoral, Aulas de Música, Criação de Grupos Corais, Formação Cívica e Catequética, Formação de Fisioterapia	50 crianças
Fevereiro de 2006	Centro de Fisioterapia e Centro de Actividades Ocupacionais	80
Agosto de 2006	Apoio ao Projecto Pagué e dinamização Pastoral	
Outubro de 2006	Abertura de um ATL, destinado a apoiar as crianças com dificuldades escolares e que frequentam a escola primária. Abertura de um espaço destinado às crianças portadoras de deficiência. Funcionamento: serão contempladas actividades de apoio escolar, recreativas e lúdicas estimulando as suas capacidades mentais e físicas em todo o seu potencial, mas também pretende-se que desenvolvam o respeito pela sua identidade cultural, os seus valores, e o respeito pelo meio ambiente; para tal serão criados ateliers temáticos; No período das férias de Verão, serão organizados Campos de Férias, que serão realizados por roças durante o mês de Agosto e também terão ateliers temáticos sobre assuntos que as crianças demonstrem interesse;	36 crianças
Agosto de 2007	Foi implementado um projecto educativo; actividades recreativas (plasticina, massa de cores, cortagem, picotagem, jogos didácticos, entre outras) que desenvolvam as capacidades manuais e intelectuais.	130 crianças
Julho a Setembro de 2008	Centro de Acolhimento Definição: Equipamento social destinado a acolher crianças em risco, vítimas de abandono familiar, portadoras de HIV, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global. Paralelamente, as mulheres que são vítimas de maus tratos poderão ser integradas neste centro, apoiar nas tarefas da casa e apoiar as crianças que se encontram na instituição. ATL; Apoio Pastoral; Apoio técnico à creche da roça do Aeroporto.	

Esta rede de apoio social permite que muitas famílias, idosos e crianças das diversas roças, tenham assegurada uma refeição diária, apoio na aquisição de medicamentos e de material escolar. Com a implementação destes serviços, criou-se de forma directa 12 postos de trabalho e de forma indirecta outros tantos no sector agrícola e de pescas, pois tentamos que todos os produtos alimentares tenham origem na Ilha. Só assim é possível apoiar o Desenvolvimento Sustentável, criando expectativas e motivações para a produção de bens, criando emprego, promovendo a riqueza e a partilha da mesma.

3. Justificação do Projecto

A Ilha do Príncipe sofre do “Síndrome das pequenas Ilhas”, ou seja, insularidade, limitada capacidade institucional, forte vulnerabilidade às condicionantes internacionais e acesso limitado ao capital exterior. A sua dependência do exterior é dupla, quer em termos de

financiamento externo quer em termos das necessidades de importações.

Para além destes factores, outros teremos que ter em conta, nomeadamente:

1. Deficiente manutenção das infra-estruturas sociais;
2. Insuficiência de infra-estruturas adequadas para a promoção do ensino;
3. Elevada taxa de abandono e de insucesso escolar;
4. Baixa taxa de cobertura da rede de ensino pré-escolar e de creches.

Na continuidade do trabalho social realizado pelo Centro Paroquial da Ramada em conjunto Diocese de S. Tomé e Príncipe (as Irmãs da Sagrada Família, residentes na Ilha do Príncipe) na Ilha do Príncipe desde 2001, e sentindo as dificuldades da população local, torna-se necessário apostar na qualidade do ensino de modo a diminuir o insucesso e abandono escolar, bem como aumentar a rede de equipamentos sociais de apoio às crianças e jovens.

4. Objectivos:

- ☑ Redução da pobreza extrema e exclusão social;
- ☑ Criação de infra-estruturas básicas e de serviços de saúde e de cariz social;
- ☑ Apoio à infância e à educação;
- ☑ Criação de emprego;
- ☑ Desenvolvimento sustentável;
- ☑ Ajuda humanitária;
- ☑ Programas económicos e ecológicos de apoio ao desenvolvimento, estendidos num futuro próximo a outros Países em Vias de Desenvolvimento (Angola, Moçambique e Timor);
- ☑ Apoio pastoral às missões locais;
- ☑ Serviços paroquiais;
- ☑ Dinamização Missionária;
- ☑ Formação Musical, Técnica, Cívica e Catequética;
- ☑ Apoio Escolar.

5. Serviços e Equipamentos criados pelo Projecto Pagué

1. Casa de Betânia – centro de apoio a Idosos;
2. Centro de Fisioterapia e de Reabilitação;
3. ATL e Ludoteca;
4. Colégio Santa Teresinha (creche e jardim de infância);
5. Cozinhas nas roças (apoio a idosos e a famílias carenciadas com uma refeição diária preparada por ajudantes domiciliárias);
6. Apadrinhamento através de apoio pecuniário e donativos, que serão entregues às pessoas apoiadas (bens alimentares, medicamentos, material escolar, roupa, etc...);
7. Formação e apoio técnico (Saúde e Educação);
8. Apoio Pastoral em parceria com as Irmãs da Sagrada Família e os Irmãos de São João Eudes;
9. Apoio escolar;

10. Avaliação e implementação de novas vertentes neste projecto, por parte do Movimento Missionário, através de pessoal qualificado nas áreas da Engenharia, Economia, Educação para o Desenvolvimento e Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

6. Parcerias

1. Identificação/ natureza jurídica;
2. Centro Comunitário Paroquial da Ramada – IPSS;
3. Diocese de São Tomé - Paróquia de Santo António do Príncipe;
4. Congregação das Irmãs da Sagrada Família – Parceiro/promotor;
5. Paróquia da Ramada;
6. Movimento Missionário;
7. Escuteiros Católicos do Príncipe (já parceiro);
8. CNE – nº 1242 – Ramada;
9. Instituto de Beneficência Maria da Conceição Ferrão Pimentel;
10. IPAD, Cooperação Portuguesa, Embaixada de Portugal e Governo Regional.

Nota: ** Única congregação religiosa na Ilha do Príncipe. Desenvolve actualmente um trabalho social com crianças e idosos.

Fonte: Movimento Missionário da Ramada/Associação MOVER MUNDOS.





ANEXO 20: MOVIMENTO MISSIONÁRIO DA RAMADA

Apresentação

A Paróquia das Ramada (Odivelas) respondendo ao apelo missionário da Igreja através do desafio lançado pelo Santo Padre: “Faz-te ao largo” e do nosso Patriarca no seu programa pastoral trienal: “Edificar comunidades evangelizadas e evangelizadoras”, resolveu responder a este apelo através da geminação com uma outra paróquia num país distante, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição na Ilha do Príncipe, em São Tomé e Príncipe.

A Paróquia da Ramada nasceu em 27/9/02 e tem procurado cada vez mais estar atenta e responder às solicitações pastorais e sociais que surgem no quotidiano, numa atitude de apoio e de promoção aos mais necessitados, e é neste contexto que surge a oportunidade de ajudar os nossos irmãos mais pobres de São Tomé e Príncipe.

Os contactos entre os vários grupos das duas paróquias geminadas (Acólitos, Catequese, Centro de Convívio, Conferência Vicentina, Cursistas, Escuteiros, Grupo Coral, Grupo de Jovens da Ramada, Legião de Maria, Renovamento Carismático) fez crescer o desejo de uma ajuda mais próxima e mais física, e foi assim que surgiu a ideia e a oportunidade de um grupo de jovens voluntários da Paróquia da Ramada ir fazer uma missão de dois meses na Ilha do Príncipe, acompanhados pelo Padre Daniel Batalha Henriques, com o objectivo de fortalecer os laços de geminação através de trabalhos pastorais e sociais.

Em 2006, com a chegada do Padre Arsénio Isidoro à Paróquia da Ramada foi criado o Movimento Missionário. O Movimento Missionário da Paróquia da Ramada é um grupo de pessoas que busca promover um espaço de encontro. Onde podemos dar um pouco de nós, para construir elos de amizade dentro da nossa comunidade, para crescermos de uma forma interior e pessoal, e assim sermos testemunha de inspiração cristã.

Procuramos encontrar caminhos para O seguir, dando o nosso exemplo onde quer que estejamos. Não se trata de um caminho fácil, mas é um caminho que nos enche a cada passo que damos.

País de Actuação

São Tomé e Príncipe, mais precisamente na Ilha do Príncipe. E também em Portugal.

Formação dos Voluntários

- Participação nas actividades pastorais e sociais promovidas pela Paróquia da Ramada e pelo Movimento Missionário;
- Presença nas reuniões de sexta às 21h30;
- Programa de Formação “Leigos Missionários Portugueses” promovido pelos IMAG/FEC;
- Retiro Final.

Requisitos

- Idade mínima 16 anos; (18 anos em caso de projecto internacional);
- Integração na Paróquia da Ramada;
- Frequentar as formações propostas;
- Disponibilidade para estar dois meses na Ilha do Príncipe;
- Maturidade Humana e Espiritual.

Projectos

Chama-se “Pagué” o Projecto desenvolvido pela Paróquia da Ramada em parceria com o Centro Comunitário Paroquial da Ramada. A palavra Pagué significa papagaio e é o nome da região onde se desenvolve o nosso Projecto. O Projecto Pagué tem duas vertentes: social e pastoral. A nível social o Projecto Pagué visa, em parceria com entidades locais, a intervenção no âmbito do associativismo juvenil através da formação de dirigentes associativos e animadores juvenis; a integração social de grupos desfavorecidos e em risco de exclusão social, como é o caso das crianças e principalmente dos idosos; encontros de educação e aulas de alfabetização, entre outros. A nível pastoral o Projecto Pagué visa a formação e a dinamização dos vários grupos paroquiais geminados.

Outros projectos implementados são:

- Apoio a Idosos marginalizados, através da criação do Apoio Domiciliário;
- Apoio a crianças muito carenciadas;
- Apoio a deficientes.

O apoio a cada um destes projectos faz-se com a ajuda específica às pessoas seleccionadas por nós como sendo as mais carenciadas, através do contributo financeiro de 20 € mensais que serão enviados para as nossas parceiras locais, a Congregação Religiosa Servas da Sagrada Família, que se responsabilizam pela gestão desta verba conforme as necessidades prioritárias de cada uma das pessoas apoiadas.

Desde 2006

Encontros semanais à sexta-feira (21h30); Apoio a grupos da paróquia em actividades que já existem, e também realização de actividades para angariação de fundos; Animação em lares da nossa freguesia; Animação da Eucaristia Dominical (ensaio às 17h30 e Missa às 19h); Promoção de encontros para as crianças da Catequese (ECR); Noites de Oração na Paróquia da Ramada; Participação nas actividades da FEC; Jornal bimensal “Mãos da Missão” para promover as actividades e angariar mais voluntários.

Durante o Verão: Na Ilha do Príncipe, dando continuidade ao projecto de geminação - Projecto Pagué, levando o Evangelho, apoiando idosos e crianças e apoiando a vertente social do Projecto; No concelho do Fundão e Évora, dinamizando aldeias à semelhança do que se faz na Ilha do Príncipe, focando crianças, jovens e idosos; Apoio nas colónias de praia promovidas por instituições que nós conhecemos, e apoio voluntário junto das crianças (Centro de Acolhimento Temporário) CAT, e no período de férias do Instituto da Sãozinha, em São Martinho do Porto.

A **Associação MOVER MUNDOS - Associação para a Cooperação e Desenvolvimento**, nasceu no dia 27 de Novembro de 2009, com o objectivo de apoiar os projectos e actividades do Movimento Missionário. A **Associação MOVER MUNDOS** é uma Associação sem fins lucrativos e que tem como **Missão “Por um Mundo melhor!”**.

A Associação rege-se pelos **Valores e Princípios** da Fé Cristã, da Igreja Católica, da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, da Solidariedade e da Subsidiariedade.

Fonte: Movimento Missionário da Ramada/Associação MOVER MUNDOS.



ANEXO 21: RELATÓRIO TRABALHO TÉCNICO**DADOS FAMÍLIA DA D. NATÁLIA, DO SECTOR DE SANTO ANTÓNIO – EXEMPLO DE UMA FAMÍLIA DO PRÍNCIPE (DADOS DA AUTORA)**

- João Ferreira Lopes (Toti)

Idade: 79 anos. DN: 03/01/1929

Profissão: Agricultor para consumo

Pensão de reforma: 245 000 db

- Natália

Idade: 53 anos. DN: 24/12/1954

Profissão: agricultora e doméstica.

- 6 Filhos: 4 rapazes e 2 raparigas.
- Têm 3 filhos ao seu encargo mais um neto, também ao seu encargo:

Mário, 11 anos, 5ª classe.

Domingos Alves Lopes, 20 anos, desempregado, voltou da tropa.

João Alves Lopes, 24 anos, não frequenta a escola.

Neto: Edgar Lopes, 6 anos, 1º ano.

Selo mais material escolar – mais ou menos 3 000 db.

Ajuda das Irmãs: 180 000 db.



ANEXO 22: COOPERAÇÃO NA ILHA DO PRÍNCIPE (DADOS DA AUTORA)

Irmãos Servas da Sagrada Família

- Centro de Dia
- Visitas ao domicílio
- Visitas e coordenação da Casa de Betânia
- Legião de Maria
- Catequese
- Distribuição de medicação e alimentos aos mais necessitados
- Coordenação das Cozinhas Sociais
- Coordenação e tratamentos no Centro de Fisioterapia
- Coordenação dos apadrinhamentos



Paróquia de Algés - Padre Daniel

- Iniciou os seguintes projectos no âmbito da Paróquia da Ramada:
 - o Casa de Betânia
 - o Cozinha Social
 - o Apadrinhamentos
 - o Centro de Fisioterapia
 - o ATL
 - o Ludoteca
- Actualmente está a construir uma creche na Praia Burra e apadrinha crianças no âmbito da Paróquia de Algés

Paróquia da Ramada – Pagué

- Casa de Betânia
- Cozinha Social
- Apadrinhamentos
- Centro de Fisioterapia
- ATL
- Ludoteca
- Creche no Aeroporto



Santa Casa da Misericórdia

- Distribuição de refeições
- Animação com os jovens voluntários
- Apoio social

Irmãos Eudistas

- Pastoral:



- o Grupo Coral
- o Escuteiros
- o Grupo de Jovens por Amor
- o Catequese
- o Celebrações Eucarísticas
- o Visitas e celebrações nas roças



Câmaras Municipais

- CM Oeiras
- CM Aveiro
- CM Odivelas
- CM Benavente
- CM Marco de Canaveses
- CM Faro



Projecto ISEG_IST

- Fornos Solares
- Investigação sobre a Cooperação Portuguesa

Projecto Movimento Missionário

- Trabalho Pastoral com os Irmãos
- Trabalho Social com as Irmãs
- Apadrinhamentos com o Pe. Daniel
- Trabalho na Ludoteca com a Ramada
- Trabalho com o Governo sobre energias alternativas
- Trabalho com o Governo no apoio à coordenação dos vários projectos de Cooperação Descentralizada
- Reabilitação da Capela da Sagrada Família
- Dinamização missionária da Ilha do Príncipe
- Geminação com os grupos da Ilha do Príncipe
- Apoio no envio de material por barco e por avião
- Apoio nas viagens relativamente ao peso permitido
- Envio de medicamentos e material hospitalar
- Envio de material escolar, de brinquedos e de roupa
- Envio de material de construção



ANEXO 23: LISTA DE ROÇAS NA ILHA DO PRÍNCIPE (DADOS DA AUTORA)

Praia Abade
 Praia Campanha
 Praia Burra – creche e capela São Pedro e São Paulo
 Porto Real – coro, capela Nossa Senhora de Fátima
 Sundry – coro, Capela Nossa Senhora de Lourdes
 Aeroporto – Capela São João Eudes - coro
 São Joaquim
 Belo Monte – Praia Banana
 Nova Estrela
 Terreiro Velho
 Santo Cristo – Capela da Sagrada Família, coro
 Cruz Nascida
 Picão – Capela Santo António, coro
 Ponta do sol – coro (mais recente)
 Tchada
 Bela Vista
 Gaspar
 Paciência
 Monte Alegre
 Picaste
Sector de Santo António
 Ribeira Formiga
 O quê ponte
 Centro da cidade
 Rua feliz
 Rua dos trabalhadores
 Hospital Velho
 Santo António II
 Alojamento
 Recta do Porto Real
 Largo da Juventude
 Horta Cana
 Cidade – Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

**Praias**

Praia Évora
 Praia Portinho
 Praia Banana
 Praia Macaco



Praia Boi
Ilhéu Bombom

ANEXO 24: BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E RELEVANTE

ACEP (2007), *Fronteiras da Europa - a Europa no mundo: cooperação, desenvolvimento e migrações em debate*, ACEP.

Afonso, Maria Manuela (1995), *Cooperação para o desenvolvimento. Características, evolução e perspectivas futuras*, Lisboa: CIDAC.

ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (1985), “Estatutos”, in *Diário da República*, III Série, n.º 75, de 30 de Março de 1985.

(1999a), “Cooperação Internacional. Financiamento das Geminações”, in *ANMP Boletim*, n.º 69, Janeiro/99, (<http://www.anmp.pt/anmp/press/bol/1999/bol6999.html#a4>).

(1999c), “Delegação da ANMP reafirmou Cooperação Descentralizada Objectiva Desenvolvimento Humanista de Moçambique”, in *ANMP Boletim*, n.º 73, Maio/99, <http://www.anmp.pt/anmp/press/bol/1999/bol7399.html#a4>

(2000e), “Transferência de Competências. Cooperação Externa”, in *XII Congresso da ANMP*, Loulé, 5 e 6 de Maio de 2000, (<http://www.anmp.pt/anmp/age/cong/12/coop.pdf>).

BANCO CENTRAL DE STP (2009), “Alguns Indicadores da Economia Santomense”, www.bcstp.st/estatisticas/Outros_Indicadores

Barreira, Ana, NUNES, Nuno e Matos, Rui (2007), *São Tomé e Príncipe*, Trabalho de Economia Africana, ISEG - UTL (não publicado)

Bilal, Sanoussi (2006), *Redefinindo as Relações Comerciais entre Estados ACP e a UE: Acordos de Parceria Económica*, ECDPM

Campos, Fernando (2008), “O lugar e o papel da cooperação internacional no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe” in *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Estudos e Ensaios*, n.º 12 – 2007/2008. http://rhumanidades.ulusofona.pt/arquivo/nr_12/artigos/5_fernando_campos.pdf

CE (1997), *Os municípios e a Europa: guia prático das geminações*, Comissão Europeia

CEUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (2008), *Cooperação Descentralizada Portugal – África, os Municípios Portugueses, Realidades e Fantasias, Cooperação e Desenvolvimento*, CEUP

Costa, Fernando Marques e Falé, Natália (1992), *Guia Político dos PALOP*, Editorial Fragmentos, Lda., Fundação de Relações Internacionais.

Costa, Maria Luísa (2000), *La Coopération Décentralisée au Portugal*, Tese de Mestrado Institut Universitaire d'Etudes du Développement Genève.

Cruz, Maria do Carmo (2005), *Cooperação Intermunicipal: a experiência do estado de S. Paulo, Brasil*, CLAD.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. And ENGBERG-PEDERSEN, P. (2003), *Aid: Understanding International Development Cooperation*, Zed Books Ltd, London.

DIRECTEL CABO VERDE (2009), *Guia Turístico São Tomé e Príncipe*, Directel Cabo Verde.

Douxchamps, Francis (coord.) (1996), *Decentralized Cooperation. A New European Approach at the Service of Participatory Development*, Methodological Study, Brussels.

Duarte, J., Arzeni, S., et al. (s.d.), *Estudo sobre Alternativas e Potencialidades Económicas para a Região Autónoma do Príncipe. Relatório Provisório*. Banco Mundial.

Faria, Fernanda e Chichava, Ana (1999), *Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique*, CE.

Henriques, J. (1990), *Municípios e Desenvolvimento. Caminhos Possíveis*, Lisboa: Escher.

ICEP Portugal (2002), *Ficha de Mercado São Tomé e Príncipe*, ICEP.

INDE (2009), *Ciclo de Formação “Migrações e Desenvolvimento”*, INDE.

INESTP (2004), *Resultados Globais (III Recenseamento Geral da População e da Habitação. RGPH – 2001)*, INESTP.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (2009), *World Economic Outlook Database, April 2009*, IMF.

IPAD (2005), *Programa Indicativo de Cooperação Portugal: São Tomé e Príncipe 2005-2007*, IPAD.

IPAD (2007), *Plano Anual de Cooperação Portugal – S. Tomé e Príncipe 2007*, IPAD.

IPAD (2008), *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe relativo ao Programa Indicativo de Cooperação para o quadriénio 2008-2011*, IPAD.

IPAD (2008), *Programa Indicativo de Cooperação Portugal/ S. Tomé e Príncipe 2008-2011*, IPAD.

Koka, Balaji R. e Prescott, John E. (2008), “Designing Alliance Networks: The Influence of Network position, Environmental Change, and Strategy on Firm Performance”, in *Strategic Management Journal* nº 29: 639 – 661.

Lopes, Catarina (s.d.), “Cooperação Descentralizada: uma proposta autárquica frutífera”, FEC – Fundação Evangelização e Culturas.

Matos, Rui Pedro Paula (2001), *As ONG (D) e a Crise do Estado Soberano*, Lisboa: Universidade Lusíada.

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995), *Dez Anos de Política de Cooperação*, Lisboa: MNE.

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros (1999), *A Cooperação Portuguesa no Limiar do século XXI*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99.

Moura, Tatiana e Pureza, José Manuel (2004), *Desenvolvimento e Cooperação Internacional: novas institucionalidades e modelos de governação transfronteiriça*, Centro de Estudos Ibéricos.

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (1996), *O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI*, CAD.

Oliveira, Jorge Eduardo da Costa (1993), *A Economia de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Instituto para a Cooperação Económica, Instituto de Investigação Científica Tropical.

PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD (2004), Ficha formativa n.º 1, 2 e 12.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2007), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/ 2008*, PNUD <http://www.undp.org/>.

REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (2006), *Programa do II Governo Regional Constitucional*. Santo António, RAP.

REGIÃO AUTÓNOMA DO PRÍNCIPE (2008), *As Grandes Opções do Plano para 2007/2009*. Santo António, RAP.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE (2006), *Programa do XI Governo Institucional*, RDSTP.

Ribeiro, Arnaldo (2007), “Geminções Internacionais e cooperação descentralizada em Portugal. A experiência de Viana do Castelo”, Fórum Cultural para a Europa, Presidência Portuguesa da União Europeia.

Ribeiro, Mário Luís Lima (1995), *O Potencial das Organizações Não-Governamentais Portuguesas de Desenvolvimento (ONGD)*, CIDAC.

Rocha, Carlos e Faria, Carlos (2004), *Descentralização e Cooperação Intermunicipal no Brasil*, Centro de Estudos Sociais.

Rolo, José Manuel (1987), *Redescobrir a África. A cooperação portuguesa no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais

Romana, Heitor Alberto Coelho Barras (1997), *São Tomé e Príncipe. Elementos para uma Análise Antropológica das suas Vulnerabilidades e Potencialidades*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Sangreman, Carlos (2001), *O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe*, CESA documento de trabalho n.º 62

Sangreman, Carlos e Carvalho, Fernando (2007), *Os “clusters” e a Reforma da Administração Pública na Cooperação Internacional Portuguesa para o Desenvolvimento*, CESA, documento de trabalho n.º 73

Seibert, Gerhard (2001), *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Vega.

Stiglitz, Joseph E. (1999), *Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm*, February 27, Seoul, Korea.

Tavares, António e Camões, Pedro (2007), *Understanding Intergovernmental Cooperation in a context of Devolution: an empirical study of collaboration among Portuguese Municipalities*, Universidade do Minho

Torres, Adelino (1998), *Horizontes do Desenvolvimento Africano. No Limiar do século XXI*, 1.ª edição, Lisboa: Veja

VISÃO (2005), *África 30 anos depois*, Visão.